

ESCOLA DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA

MARIANA CANAZARO COUTINHO

“O PROFESSOR DA NAÇÃO”: PEDRO CALMON E AS CRÔNICAS PARA A SEÇÃO
SEGREDOS E REVELAÇÕES DA HISTÓRIA DO BRASIL NA REVISTA “O
CRUZEIRO” ENTRE 1960 E 1969

Porto Alegre
2023

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA

MARIANA CANAZARO COUTINHO

“O PROFESSOR DA NAÇÃO”: PEDRO CALMON E AS CRÔNICAS PARA A SEÇÃO
SEGREDOS E REVELAÇÕES DA HISTÓRIA DO BRASIL NA REVISTA “O
CRUZEIRO” ENTRE 1960 E 1969

Dissertação apresentada como requisito parcial
para obtenção do título de Mestra em História
pelo Programa de Pós-Graduação em História
da Pontifícia Universidade Católica do Rio
Grande do Sul.

Área de Concentração: História das
Sociedades Ibéricas e Americanas.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Tatyana de Amaral
Maia (até 03/01/2023)

Orientador: Prof. Dr. Luis Carlos Passos
Martins (a partir de 04/01/2023)

Porto Alegre

2023

Ficha Catalográfica

C871p Coutinho, Mariana Canazaro Coutinho

O Professor da Nação : Pedro Calmon e as crônicas para a seção Segredos e Revelações da História do Brasil na Revista "O Cruzeiro" entre 1960 e 1969 / Mariana Canazaro Coutinho Coutinho. – 2023.

110.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, PUCRS.

Orientador: Prof. Dr. Luis Carlos Passos Martins.

1. Pedro Calmon. 2. intelectualidade brasileira. 3. tradição modernista-conservadora. 4. civismo. 5. identidade nacional. I. Martins, Luis Carlos Passos. II. Título.

MARIANA CANAZARO COUTINHO

**“O PROFESSOR DA NAÇÃO”: PEDRO CALMON E AS CRÔNICAS PARA A SEÇÃO
SEGREDOS E REVELAÇÕES DA HISTÓRIA DO BRASIL NA REVISTA “O
CRUZEIRO” ENTRE 1960 E 1969**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Área de Concentração: História das Sociedades Ibéricas e Americanas.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Tatyana de Amaral Maia (até 03/01/2023)

Orientador: Prof. Dr. Luis Carlos Passos Martins (a partir de 04/01/2023)

Aprovada em: 24 de Março de 2023.

BANCA EXAMINADORA:

Presidente da Banca Examinadora: Prof. Dr. Luis Carlos Passos Martins (PUCRS)

Examinadora: Prof^ª. Dra. Luciana Murari (PUCRS)

Examinador: Prof. Dr. Gerson Wasen Fraga (UFFS)

Porto Alegre
2023

AGRADECIMENTOS

Inicialmente, gostaria de agradecer a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), pelo espaço proporcionado e pelo investimento em um ensino de qualidade. Aos programas de Graduação e Pós-Graduação em História da PUCRS, aos funcionários e aos excelentes professores que dividiram um pouco do seu conhecimento comigo nesta fase.

Agradeço ao Prof. Luis Carlos dos Passos Martins, um exemplo de professor, que desde que iniciei a licenciatura em História, minha segunda graduação, me recebeu e inspirou. Hoje um amigo a quem agradeço por ter adicionado à minha família minhas irmãs felinas que amo tanto.

Um agradecimento em especial dedico à minha orientadora querida Tatyana de Amaral Maia, que desde a iniciação científica vem me guiando com carinho e dedicação. Nesta jornada do Mestrado, mais longa que o esperado, sempre me orientou com atenção e compreendeu minhas dificuldades me ajudando a superá-las para, enfim, chegar até o final deste capítulo da minha vida. Foi um privilégio ser orientada por ti e ter tido a oportunidade de aprender contigo, uma professora, pesquisadora e pessoa tão especial.

Agradeço aos meus colegas e amigos de pesquisa, Leonardo Fetter e Isadora Freitas, que admiro muito e com quem é sempre um prazer trabalhar. Vocês são colegas maravilhosos que me receberam de braços abertos no grupo de estudos, sempre me ajudando e me amparando no caminho acadêmico.

Um grande obrigada às minhas amigas que me apoiaram e ouviram minhas reclamações, ansiedades, angústias e sempre comemoram comigo minhas vitórias, mesmo que pequenas. Agradeço à Deborah Barbosa, minha colega e amiga de jornada na PUCRS. Iniciamos e terminamos a Graduação e agora estamos comemorando juntas mais uma etapa finalizada na aventura acadêmica. Obrigada por ser minha parceira de trabalhos, estudos, de muitas conversas, vinho e café. Agradeço à Michelle Almeida, minha amiga do coração da PUCRS para a vida. De colegas nos tornamos família com o nosso amor por gatos. Além de admirar a professora que tu te tornaste, vou ser sempre grata por ter me trazido nesta fase de desafios minhas manas felinas Briseide e Penélope, obrigada. Um muito obrigada à Marília Garske, que de aluna se tornou uma amiga tão querida, que me recebeu e dividiu o cantinho dela no Rio neste final do mestrado para eu descansar. Agradeço também minha querida amiga Mariana McGrath, linda pessoa, que mesmo longe em distância e fuso horário, está sempre perto, me ouvindo, me acalmando e me fazendo rir.

Finalmente, um agradecimento muito especial à minha família que sempre me apoia em todas minhas aventuras e me aguenta quando as coisas ficam difíceis, não teria conseguido terminar essa dissertação sem vocês. Um obrigado eterno aos meus pais, pois não importa o quão doidas possam parecer minhas invenções e ideias, vocês sempre me dão todo o apoio e continuam me proporcionando todo o suporte que eu possa precisar, amo vocês. Agradeço aos meus irmãos, meu irmão, André, um super mano que é sempre nossa calma e segurança, e minha baby sister Camila, amiga e parceira de todas as idas e vindas da vida, inclusive na vida acadêmica e profissional. Agradeço à minha cunhada Bianca, mana que a vida me deu, à minha sobrinha Sofia e ao meu afilhado Bruno, que são a alegria e o orgulho da minha vida.

RESUMO

Em 1960, Pedro Calmon assumiu a seção “Segredos e Revelações da História do Brasil”, na revista “O Cruzeiro”, e passou, então, a escrever para o grande público sobre o passado do país. Entre 1960 e 1969 Calmon escreveu 338 crônicas. O objetivo deste estudo é realizar uma análise destas crônicas, investigar os elementos apresentados pelo historiador, o discurso que utilizava, e o fato de manter características da escrita da história no campo jornalístico, além do sentimento de orgulho pela pátria que passa aos seus leitores. Logo, neste estudo foi possível observar que Calmon se colocou neste espaço como um verdadeiro “Professor da Nação”. O historiador trazia em suas crônicas um discurso cívico-patriótico ao utilizar elementos da História para passar aos seus leitores uma visão otimista e harmônica sobre o passado do país, garantindo que suas narrativas demonstrassem o orgulho que se deveria ter pela nação brasileira.

Palavras-chaves: Pedro Calmon; Intelectualidade Brasileira; Tradição modernista-conservadora; Civismo; Identidade nacional.

ABSTRACT

In 1960, Pedro Calmon took on the section “Secrets and Revelations of the History of Brazil”, in the magazine “O Cruzeiro”, and started, then, to write to the great public about the past of the country. Between 1960 and 1969, Calmon wrote 338 chronicles. Our objective in this study is to analyze these chronicles, investigate the elements presented by the historian, the speech he used, and the fact that he maintained the writing of history in the journalistic field, besides the feeling of pride for the homeland he passed onto his readers. Therefore, in this study it was possible to observe that Calmon placed himself in this space as a true “Teacher of the Nation”. The historian brought to his chronicles a civic-patriotic speech when using elements of History to bring to his readers an optimist and harmonic view of the past of the country, making sure that his narrative showed the pride one should have for the Brazilian nation.

Keywords: Pedro Calmon; Brazilian intellectuality; Modernist-conservative tradition; Civism; National identity.

LISTA DE SIGLAS

ABL	Academia Brasileira de Letras
CFC	Conselho Federal de Cultura
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
ISEB	Instituto Superior de Estudos Brasileiros
MEC	Ministério de Educação e Cultura
MHN	Museu Histórico Nacional
UB	Universidade do Brasil
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 INTELLECTUAIS, TRADIÇÃO BRASILEIRA E USOS DA HISTÓRIA	19
2.1 INTELLECTUAIS	19
2.2 OS USOS DA HISTÓRIA	23
2.3 A INTELLECTUALIDADE BRASILEIRA E A TRADIÇÃO MODERNISTA CONSERVADORA.....	31
2.3.1 O movimento modernista e o projeto nacionalista da intelectualidade moderna brasileira.....	39
3 PEDRO CALMON E A REVISTA “O CRUZEIRO”	48
3.1 PEDRO CALMON, HISTORIADOR E INTELLECTUAL BRASILEIRO	48
3.2 “O CRUZEIRO”, MAIS UM ESPAÇO PARA CALMON	57
3.2.1 Segredos e revelações da História do Brasil	67
4 AS CRÔNICAS DE PEDRO CALMON	72
4.1 TEMAS EM TORNO DO ORGULHO PELA NAÇÃO	72
4.1.1 Cultura, literatura e patriotismo.....	74
4.1.2 A rica natureza do Brasil.....	77
4.1.3 Igreja, Militares e Educação	80
4.1.4 Os símbolos da Nação: Objetos, Locais e Heróis.....	83
4.1.5 O Império Brasileiro e D. Pedro II, o brasileiro.....	88
4.1.6 O Brasil no exterior	91
4.2 CALMON E SUAS FONTES	94
5 CONCLUSÃO.....	101
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	105

1 INTRODUÇÃO

A memória se cruza com a história, e compreender o uso da história para formar uma memória coletiva que constrói uma identidade é fundamental para compreendermos a atuação dos intelectuais modernistas conservadores do século XX que assumiam o papel de agentes da consciência nacional. Monica Velloso (2019) afirma que os intelectuais se assumiram como os verdadeiros guias no processo de construção da nação brasileira. Eles se viam com a missão de mediar e decodificar a história e as ideias além de ensinar para a sociedade o civismo e educar sobre a História Pátria da nossa grande nação brasileira. A ação dos intelectuais, ao longo do Brasil republicano, ultrapassou a produção de obras científicas ou literárias, o exercício do magistério ou ainda o ingresso na burocracia estatal (neste último caso, sobretudo, a partir dos anos de 1930).

Dentre os múltiplos espaços de atuação dos intelectuais temos, também, a presença na grande imprensa de articulistas, colaboradores assíduos ou cronistas. Essa presença constante na imprensa brasileira favoreceu a atuação desses personagens como produtores/difusores de uma cultura histórica para o grande público, tornando-os mediadores privilegiados na tarefa de popularizadores de “imagens” sobre o passado histórico e as possibilidades de futuro. Entre os muitos intelectuais que assumiram a tarefa de contribuir para a formação de uma “cultura histórica”, damos destaque a Pedro Calmon e sua atuação na revista “O Cruzeiro”. Entre 1960 e 1969, Calmon publicou crônicas sobre a História do Brasil para a coluna “Segredos e Revelações da História do Brasil” que havia sido inaugurada por Gustavo Barroso em 1948.

Pedro Calmon Moniz de Bittencourt (1902-1985) foi um dos muitos intelectuais modernistas conservadores que assumiu a missão de Professor da Nação. Um intelectual de prestígio no âmbito acadêmico brasileiro desde a década de 1920, Calmon foi um bacharel em Direito, historiador, autor e político. Nascido em Amargosa, proveniente de uma família tradicional da Bahia, foi uma figura de grande destaque na elite intelectual brasileira e foi, também, membro em diversas instituições, nacionais e internacionais, relacionadas à cultura e à intelectualidade no país. Além de suas diversas obras sobre História do Brasil. Calmon também foi um professor bastante envolvido com as universidades e o ensino, principalmente o de História, chegando a posição de Reitor da Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro, por muitos anos.

Além de escrever diversas obras de História, sobre Direito e Biografias, Calmon atuou fortemente na academia. Em 1960, com a morte de Gustavo Barroso, Calmon assumiu a seção “Segredos e Revelações da História do Brasil”, na revista “O Cruzeiro”. A seção, que havia sido inaugurada por Barroso em 1948, narrava eventos da história do país para os leitores do periódico. Desta maneira, partindo do princípio de que “os periódicos são fontes magníficas para os historiadores” (FERREIRA; GOMES, 2014, p. 12), vemos as crônicas como uma fonte para entendermos o discurso que os intelectuais desta tradição estavam utilizando para difundir uma ideia de nação brasileira, ademais, seu estudo nos permite aprofundar a atuação dos intelectuais no período. Ainda, a escolha por ampliar sua visibilidade para além do círculo de intelectuais, e de seus espaços tradicionais de sociabilidade, reforça a perspectiva de que seu interesse se encontrava, também, na conformação de uma certa cultura histórica e na ampliação de sua audiência.

Portanto, o espaço em que Calmon se coloca com as crônicas é em si uma questão cara para o nosso estudo. A revista “O Cruzeiro”, que foi inaugurada em 1928, foi um destaque de publicação dentro da sociedade brasileira e, principalmente, um sucesso entre o público das classes mais altas. Com sua inovação do *fotojornalismo* e a alta qualidade gráfica de sua impressão, era considerada uma formadora de opiniões, além de fazer parte do Grupo Associados. Logo, a revista foi “durante muito tempo, o carro-chefe [deste] primeiro conglomerado de imprensa e a primeira rede de comunicação instituída no país” (MEYRER, 2010, p. 199).

A magazine, que era publicada semanalmente, foi destaque no processo de modernização e transformação da imprensa brasileira, sendo uma das revistas ilustradas mais proeminentes do período. Seu projeto gráfico era altamente sofisticado se comparado com suas congêneres e seu público leitor era composto pelas camadas altas e médias da sociedade brasileira. Em função do prestígio que possuía e de sua posição privilegiada no campo da comunicação, a revista exercia significativa influência na formação da opinião pública. Sendo assim, contou com diversas figuras de renome da intelectualidade do país como colaboradores, entre eles Pedro Calmon, Rachel de Queiroz e Gilberto Freire.

O corte cronológico deste estudo se dá entre 1960 e 1969. Nosso objetivo foi analisar as 338 crônicas escritas por Pedro Calmon para a Revista “O Cruzeiro” neste período, e compreender o discurso que Calmon estava divulgando para os seus leitores. Buscamos investigar como o autor utiliza uma narrativa que centra em símbolos para remeter uma ideia de “nação brasileira” e de “amor à pátria”. Através da divulgação da História do Brasil, o autor

busca gerar um sentimento otimista acerca da nossa trajetória histórica e, portanto, aponta para um futuro glorioso, reforçando no imaginário uma identidade comum nacional em seus leitores.

Como um “Professor da Nação”, Calmon se propõe a construir um passado nacional através da narrativa histórica amplamente marcada pela importância do Estado centralizado e intervencionista como uma característica fundamental e necessária da trajetória histórica brasileira. Deste modo, nossa hipótese é a de que Pedro Calmon, como um intelectual da tradição modernista conservadora da elite brasileira, estava se colocando como o “Professor da Nação” neste espaço, utilizando um discurso cívico-patriótico para ensinar a população e, assim, construindo a nação e a identidade brasileira. Sendo assim, as crônicas de Pedro Calmon revelam a construção de uma cultura cívico-patriótica ancorada nas tradições intelectuais dos modernistas-conservadores¹ que buscavam criar no imaginário social uma identidade nacional através de um passado comum e um presente que devesse espelhar as ações de um Estado centralizado e autoritário.

No primeiro capítulo apresentamos uma breve discussão em torno dos conceitos de intelectual, geração e tradição. Assim, trouxemos autores que acreditamos nos auxiliar a compreender estes conceitos. A partir de François Sirielli, investigamos os intelectuais como um grupo com uma posição de significância dentro da sociedade. Sendo este um conceito bastante complexo, como diz Sirielli, neste capítulo buscamos demonstrar o papel que os intelectuais assumem de mediadores culturais e como se estruturam em grupos e, também, como devemos estudá-los a partir de suas gerações. Pois, como afirma Tomas Sowell, um intelectual é reconhecido como tal quando é considerado assim por seus pares e geração é um conceito que parte de um vínculo entre um grupo de intelectuais.

Após a compreensão em torno da atuação dos intelectuais em uma sociedade, passamos a investigar os conceitos de imaginário social e identidade para compreendermos os usos da História por tais mediadores e, principalmente, o uso de uma história comum para se construir uma nação e uma identidade nacional. Segundo Pollak, o que pensamos ser nossa identidade está diretamente relacionada com a imagem que possuímos de nós mesmos e que apresentamos aos outros. Essa identidade é um sentimento desenvolvido a partir de diversos elementos como o espaço, o período e o grupo ao qual pertencemos. Ainda, é um sentimento constituído através da memória individual e coletiva. Segundo Thomaz Tadeu Silva, esta construção de uma identidade, seja ela individual ou coletiva, está interligada à cultura e ao

¹ Consideramos modernistas conservadores os intelectuais que se utilizavam de um poder simbólico para construir a nação e sua identidade brasileira. Estes intelectuais projetaram suas leituras sobre a existência da comunidade luso-brasileira, apresentando-a inserida num projeto de modernidade alternativa, a partir de uma visão conservadora da História que buscava afirmar a tradição e afirmar o Brasil como o país do futuro.

poder, pois, como afirma Maurice Halbwachs a memória em si é tanto uma experiência individual como uma experiência coletiva construída socialmente.

Para entendermos como uma identidade é construída em um coletivo a partir da memória e de uma história em comum buscamos o conceito de Imaginação social, como pensado por Bronislaw Bacsko. Para Bacsko, o imaginário está ligado a um sistema de representações coletivas, de simbolismos, e é com os símbolos que uma sociedade desenvolve um imaginário, uma narrativa e um sistema de representações selecionadas por um determinado público. Logo, com o imaginário social a sociedade pode desenvolver uma imagem de si para o coletivo e se legitimar dentro de um exercício de autoridade. Desta forma, utilizando o pensamento histórico, são formadas representações do passado que ligadas a estas representações coletivas no imaginário social acabam construindo uma identidade comum.

Após investigarmos melhor esses conceitos mencionados, aprofundaremos, então, a intelectualidade brasileira, dedicando em maior fôlego à missão de construção da nação assumida pelos modernistas-conservadores. Para compreender melhor o desenvolvimento do pensamento modernista-conservador retornaremos ao princípio do movimento modernista e sua “evolução” ao longo das décadas de 1920 e 1930, momento em que se desenvolveu esta intelectualidade modernista-conservadora na qual inserimos Calmon. No Brasil, a saída do sistema colonial deu início à busca por uma identidade em comum. Em um país de dimensões continentais como o Brasil, se tornou essencial a seleção de símbolos compartilhados a partir do imaginário social que representassem a brasilidade. Como diz Carlos Fico, as gerações intelectuais no final do século XIX e início do XX se dedicaram a construir uma imagem do Brasil que pudesse abarcar uma sociedade tão diversa como a nossa e construir uma nação e identidade nacional que englobasse as diferenças regionais.

Portanto, vemos os intelectuais assumindo a missão de construir a grande nação que é o Brasil a partir de um material histórico determinado que indicasse ser o nosso país a nação do futuro. Assim, com o otimismo, a harmonia entre as raças, o patriotismo e o civismo vemos a constituição da nossa história através de um olhar positivo e pacífico. É a construção de representações e símbolos harmoniosos e patriotas que leva a uma legitimação do poder conservador e autoritário. Esta atuação dos intelectuais nos leva também a abordar brevemente o movimento modernista e nacionalista da intelectualidade brasileira, movimento que buscou desenvolver uma cultura nacional, passando pelo regional e que prezava pelas tradições que constituíram o verdadeiro brasileiro, para então criar a civilização moderna brasileira.

No segundo capítulo buscamos compreender melhor quem foi o intelectual Pedro Calmon. Partindo de sua atuação na elite intelectual brasileira e principalmente em sua dedicação à disciplina de História, tentamos perceber como Calmon se posicionou na academia e na sociedade brasileira, quais eram suas ideias principais e porque acreditamos que ele esteja inserido na tradição modernista-conservadora. Ademais, buscamos entender melhor o movimento que Calmon faz ao sair da academia para se colocar em uma revista dedicada à população geral, atuando então como um “Professor da Nação”.

Calmon descende de uma família tradicional da Bahia que não se inseria mais na elite brasileira, porém, seu nome ainda era de destaque. O autor se dirige ao Rio de Janeiro, sob a proteção de seu padrinho, Miguel Calmon, na busca de reconhecimento e na tentativa de se tornar uma figura de renome no meio intelectual e na elite do país através da participação em diversas instituições, e ainda jovem alcançou uma posição de relevância dentro da academia e da educação universitária. Calmon também fez parte do mundo da política, porém, notamos que seu objetivo sempre se deu em torno da cultura e da educação do país.

Como historiador, Calmon acreditava em uma verdade histórica e defendia um ideal conservador de civilização, cultura, nação e pátria. O historiador compreendia a história cultural do Brasil através de costumes e valores da sociedade colonial e, como outros autores do mesmo período, buscava a construção da unidade nacional através da história. Marielle Araújo entende Calmon como um “sujeito histórico do seu tempo” (ARAÚJO, 2006, p. 14), por conseguinte, vemos um intelectual que centrava a colonização, e principalmente a coroa portuguesa, como fundamental na formação da civilização e da nação brasileira. Inserido entre os modernistas-conservadores, Calmon segue a preocupação da tradição em torno da construção da nação e da identidade brasileira através do passado, unindo nacionalismo, patriotismo e civismo para criar uma ideia de nação harmônica.

Em seguida, buscamos averiguar com maior detalhes o espaço que a revista “O Cruzeiro” ocupava na sociedade brasileira apresentando brevemente a imprensa na sociedade brasileira do período trabalhado. Como afirma Krilow (2019), é necessário localizar as publicações analisadas dentro da história da imprensa já que um periódico está diretamente associado à história no momento de sua publicação. Outra questão importante quando trabalhamos com periódicos é compreender a linha de pensamento de seu editorial e a empresa/donos que estão por trás das publicações, para então notarmos quais as representações apresentadas aos leitores do seu público-alvo.

Consequentemente, utilizando os estudos de Marlise Meyrer, percebemos que a revista “O Cruzeiro” passou por um momento em que as tecnologias gráficas se desenvolviam, e se tornou um sucesso com a inserção do *fotojornalismo* em suas publicações. Ademais, como parte do Grupo Associados, a revista era uma formadora de opinião que circulava entre as camadas mais altas da sociedade brasileira. Logo, a revista trazia a representação com a intenção de uma integração social, suas reportagens buscavam uma identificação por parte dos leitores como cidadãos de uma nação moderna e civilizada. Calmon, portanto, encontrou um espaço onde pudesse exercer a sua atividade como professor da nação em uma revista que ia de encontro com seus ideais e ao lado de outros intelectuais de renome.

Pretendemos por fim apresentar uma discussão em torno do conceito de representação e do poder simbólico no campo jornalístico, e compreender como a seção “Segredos e Revelações do Brasil”, inaugurada por Gustavo Barroso em 1948, se manifesta neste meio jornalístico com um poder de legitimação. A representação possui o poder de construir ideias e pensamentos no imaginário social de uma sociedade, e o âmbito jornalístico é um meio para a difusão de determinadas representações, sendo desta maneira utilizada nas disputas de poder. A Revista “O Cruzeiro” almejava inserir o Brasil em meio as grandes nações civilizadas e suas páginas representavam este país ideal para os leitores. Ao mesmo tempo, quando Gustavo Barroso inaugura a seção “Segredos e Revelações da História do Brasil” ele já apresenta sua intenção de uma pedagogia cívica, desta maneira, se torna o local perfeito para Calmon atuar como um “Professor da Nação”, ensinando a História Pátria ao público da revista.

Por fim, no terceiro capítulo nos dedicamos à análise das crônicas. Neste estudo abordamos apenas as crônicas escritas por Pedro Calmon, na seção “Segredos e Revelações da História do Brasil”. Estas se resumem às crônicas escritas entre 1960 e 1969, totalizando 338 textos publicados. Com um corpus documental tão numeroso e pelo fato de estarmos abordando textos do campo jornalístico, se tornou necessário uma certa organização dos temas e elementos das crônicas. Utilizamos então, de maneira livre, a análise de conteúdo para podermos organizar o que Calmon colocava nas suas narrativas e para nos atentarmos aos elementos presentes que se tornam importantes para este estudo. A análise de conteúdo nos permitiu compreender a relação entre a linguagem e a representação, por conseguinte, nos auxiliando a interpretar os símbolos utilizados pelo autor e a realidade construída através dos eventos narrados.

Selecionamos alguns temas que consideramos relevantes para a discussão deste estudo e buscamos compreender os elementos em torno destes temas presentes nas crônicas. É importante destacar que as crônicas não seguem uma ordem cronológica ou temática. Muitas vezes Calmon se dedica a algo de relevância em seu tempo presente, porém, em sua maioria os assuntos não parecem ter uma relação direta com qualquer acontecimento no momento em que o autor escreve, parecendo por vezes ser algo que foi decidido arbitrariamente por Calmon. Então, selecionamos os seguintes tópicos para análise: Cultura, literatura e patriotismo; A rica natureza do Brasil; Igreja, Militares e Educação; Os símbolos da Nação: Objetos, Locais e Heróis; O Império Brasileiro e D. Pedro II, o brasileiro; e O Brasil no exterior. Para finalizar nossa análise abordamos as fontes utilizadas por Calmon nas crônicas.

Quando tratamos o tema “Cultura, literatura e patriotismo”, buscamos relacionar como o patriotismo está diretamente ligado à cultura e à literatura brasileira nas narrativas de Calmon. O autor utiliza a cultura e, principalmente, a literatura para apresentar ao leitor a tradição brasileira e o verdadeiro brasileiro. Ademais, através deste tema Calmon demonstra a ligação entre a história do Brasil e a de Portugal. No tema “A rica natureza do Brasil”, Calmon destaca como a natureza do país é um símbolo de orgulho, um símbolo que comprova a grandeza e a riqueza do país, uma riqueza tanto alegórica quanto monetária.

Nos temas “Igreja, Militares e Educação” e “Os símbolos da Nação: Objetos, Locais e Heróis”, podemos perceber que a Igreja, o Exército e a Educação são centrais para o autor, tanto como os locais e instituições físicas quanto os símbolos que buscam representar a nação, a civilização e ensinar o patriotismo ao leitor. Para Calmon, a História do Brasil tem início apenas com a chegada dos Portugueses e foi a colonização que possibilitou a evolução do país para uma nação civilizada. A Igreja trouxe a educação e o Exército Militar possibilitou a união do território, além de ser um exemplo de patriotismo e do desenvolvimento do país. Ademais, estas “instituições”, objetos e locais históricos, em especial do período colonial e do império, são também símbolos que representam a nossa identidade nacional, e sua história nos lembra o orgulho pela nação.

Ao ler as crônicas em conjunto, é possível notar claramente a preferência do autor pelo período do Império brasileiro, especialmente, a prioridade dada a apresentar D. Pedro II pelo autor. Ademais, percebemos como era importantíssimo para Calmon o espaço que o Brasil assumia entre as grandes nações. Como afirma Reis (2006) Calmon enxerga o Brasil a partir do império brasileiro e da família imperial. Assim, um tema recorrente é expressar ao leitor como a vinda da coroa portuguesa para o país libertou o Brasil para a evolução de se civilizar. A família imperial representa a civilização brasileira, a honra e dignidade, ou seja, a

nação brasileira como uma grande nação. Também, notamos o destaque, sempre que possível, dado a D. Pedro II, e aqui lembramos que Calmon foi um biógrafo de D. Pedro II, e notamos a evidência dada ao imperador que nasceu em solo brasileiro. Portanto, ao investigar os temas “O Império Brasileiro e D. Pedro II, o brasileiro” e “O Brasil no exterior”, percebemos como Calmon se preocupa com a imagem que o exterior tem do Brasil.

A família imperial quando em viagens ao exterior, ou recebendo estrangeiros, sempre representa o país, e o faz de forma digna, honrada e civilizada. Aqueles estrangeiros que vêm visitar o Brasil sempre se apaixonam pelo país, e aqueles que apenas conhecem sua história ficam encantados e desejam conhecer o local e sua gente. Antes da invasão e colonização pelos portugueses, o Brasil era um território selvagem e sem História, 1808 foi um marco para a evolução da civilização e D. Pedro II foi o maior representante do verdadeiro brasileiro. Logo, a nação brasileira é uma nação com relações amigáveis e que se insere entre os países mais importantes do cenário global.

Para finalizar o capítulo três, trouxemos uma investigação em torno das fontes históricas que Calmon utilizava em suas crônicas. Notamos que Calmon se movimenta para a saída da academia ao escrever para uma revista com um público-alvo que não é especificamente intelectual, apesar de ser acamada mais alta da sociedade. Porém, nessa movimentação é importante ressaltar que Calmon se insere em uma posição de professor da História do Brasil, da História Pátria e ainda como um historiador de renome. Assim, vemos que Calmon em todas suas crônicas mantém a técnica de escrita da história e sempre cita suas fontes e seus autores. Logo, Calmon desenvolve suas narrativas a partir de livros, como biografias e obras de História, diários, cartas, notícias de jornais, memórias e reminiscências e até, surpreendentemente para o período, utiliza também a História oral, legitimando, assim, sua narrativa como verdadeira.

Este estudo foi uma análise que teve início ainda na Iniciação Científica. Porém, nosso recorte naquele momento se deu em torno da atuação de Calmon no Conselho Federal de Cultura (CFC) e nosso objetivo, então, era o de pensar o discurso que Calmon estava propagando durante uma ditadura militar que utilizava a nação e o orgulho pela pátria para legitimar um Estado autoritário. Ao percebermos que o discurso que Calmon estava apresentando nas crônicas transbordava o de sua atuação no CFC e mesmo o período da ditadura civil-militar, passamos a compreender que a análise era maior, e se enquadrava em uma hipótese de que Calmon buscava assumir com missão o papel de ser um “Professor da Nação”, e como outros modernistas conservadores, tentava construir uma ideia específica de nação no imaginário social.

Desta maneira, é importante frisar que nosso estudo não propõe uma análise sobre a recepção das representações e as narrativas construídas por Calmon, uma vez que tal análise não seria possível neste estudo. Buscamos aqui analisar a relação entre o texto escrito por Calmon e o contexto no qual ele se insere, investigar a posição assumida pelo intelectual dentro da sociedade brasileira, suas ideias no contexto acadêmico e intelectual do período. Ademais, pretendemos compreender como Calmon constrói suas representações e quais os símbolos nacionais que interpreta para seus leitores como um mediador, a partir de uma posição de poder, ele ensina a História do Brasil através de sua visão de mundo.

2 INTELECTUAIS, TRADIÇÃO BRASILEIRA E USOS DA HISTÓRIA

2.1 INTELECTUAIS

Para entendermos a posição assumida por Pedro Calmon na sociedade brasileira, iniciaremos nosso estudo com uma revisão do conceito de intelectual para compreendermos melhor esse conceito. De acordo com Jean-François Sirinelli (2003), a história dos intelectuais se encontra entre a história política, a social e a cultural e ela ficou à margem da historiografia por muito tempo. Os intelectuais se constituíam em um grupo de tamanho não significativo e de limites vagos e imprecisos. Além disso, o estudo em torno do conceito dos intelectuais traz uma questão complexa em relação ao seu pertencimento e a sua posição dentro da sociedade. Porém, os estudos de história recentes, a retomada da história do político, e as novas considerações que surgiram entre historiador e objeto, permitiram que os intelectuais se tornassem um objeto de estudo incontestável (SIRINELLI, 2003, p. 239).

Sirinelli evidencia que “com frequência se destacou o caráter polissêmico da noção de intelectual, o aspecto polimorfo do meio dos intelectuais, e a imprecisão daí decorrente para se estabelecer critério de definição da palavra [...]” (SIRINELLI, 2003, p. 242). Percebemos que o autor considera o estudo dos intelectuais como algo complexo devido à dificuldade que se tem em definir um intelectual. O autor caracteriza a noção de intelectual como uma ideia que contém uma “geometria variável, mas baseada em invariantes”, identificando dois sentidos para o conceito de ‘intelectual’: um de um grupo relacionado ao campo sociocultural que abrange os “criadores e os ‘mediadores’ culturais”, como jornalistas, professores e eruditos; e um que se relacionaria estritamente com a “noção de engajamento”.

O grupo social considerado “intelectual” está, então, tanto relacionado a uma profissão ou posição dentro da sociedade quanto a um papel assumido pelos indivíduos. Ao consideramos o primeiro grupo, por exemplo, devemos evidenciar que, para se chegar a este sentido, passamos por estudantes, potenciais “mediadores” culturais e outros “receptores” da cultura. Contudo, quando nos referimos ao segundo grupo, pensamos a noção de engajamento na cidade daqueles que defendem uma causa. Por isso “o historiador do político deve partir da definição ampla” (SIRINELLI, 2003, p. 243) para seu estudo.

“Todo grupo de intelectuais se organiza também em torno de uma sensibilidade ideológica ou cultural e de afinidades mais difusas” (SIRINELLI, 2003, p. 248), ou seja, para Sirinelli, existe, ainda, uma relação do reconhecimento e “estruturas de sociabilidade” que devemos considerar na definição de intelectuais como um grupo. Os intelectuais se ligam

através de laços, ou redes, como o local onde este escreve e socializa com aqueles considerados seus pares, por exemplo, o editorial de uma revista. Ademais, o meio intelectual se constitui de um meio onde se desenvolvem laços e fidelidade, e as estruturas de sociabilidade que são produzidas variam de acordo com período e subgrupos (SIRINELLI, 2003). Logo, além de considerarmos o conceito de intelectual para caracterizar um indivíduo por sua posição na sociedade brasileira, o meio em que este se insere é algo que também deve ser levado em conta.

Thomas Sowell (2011) entende intelectuais como uma “categoria ocupacional”. Para o autor, a profissão daqueles que consideramos intelectuais está relacionada às ideias, ou seja, pessoas como escritores e acadêmicos. Desta forma, não consideramos intelectuais profissionais de áreas como medicina, engenharia, finanças etc., mas sim profissionais que percebemos como “operador[es] de ideias”, que estão nos cursos acadêmicos onde o objetivo central são as ideias (SOWELL, 2011). Aqui, compreendemos como intelectuais aqueles profissionais que estão dentro do Jornalismo, da Sociologia, da Filosofia, da História etc. Ainda, a *Intelligentsia*, para Sowell (2011), tem seu papel voltado para o uso e a disseminação das ideias que estudam ou produzem.

Neste estudo, concordamos com Sowell quando ele afirma que devido ao “enorme impacto social que intelectuais podem causar, sendo ou não publicamente conhecidos, é de fundamental importância tentar compreender os padrões de seu comportamento e os incentivos e as restrições que afetam esses padrões” (SOWELL, 2011, p. 22). É importante compreender que os intelectuais não operam de acordo com as “exigências do mundo externo”. Para eles, é o mundo intelectual e acadêmico que dita as regras de popularidade e reconhecimento, ou seja, é a partir de seus pares que se encontram como intelectuais de renome e significância. Podemos entender esta linha de pensamento seguindo a afirmação de Sowell (2011) de que já no século XVIII existe uma noção de que as elites intelectuais são detentoras de um “conhecimento superior” e que o conhecimento se concentra apenas entre as pessoas que se encontram entre aqueles considerados intelectuais.

Notamos a importância, também, de averiguar a “classe” intelectual através do conceito de “geração”, pois se estamos considerando o reconhecimento entre os pares devemos levar em conta que estamos considerando que diferentes ideias e intelectuais se concentram em variados círculos. Karl Mannheim (1982), afirma ser imprescindível compreender a ideia de geração ao se “estudar movimentos sociais e intelectuais”, em especial quando se busca interpretar as mudanças sociais, algo que ocorre em ritmo acelerado. O autor certifica a necessidade de elucidar as inter-relações entre os indivíduos que se inserem em uma geração

para se ter uma melhor compreensão das estruturas que estabelecem este fenômeno (MANNHEIM, 1982).

Portanto, no que diz respeito ao vínculo social, a unidade geração não consiste em uma ligação que a forma como um grupo concreto. Por conseguinte, mesmo que possa haver um certo sentimento desenvolvido de maneira consciente na sua formação, o vínculo não se dá por objetivos definidos, mas por um “clique”, pois a constituição do grupo está baseada na consciência dos indivíduos de pertencerem a uma geração. A unidade geração não é uma comunidade, ou grupo concreto, apenas existe através do conhecimento concreto de seus membros e da proximidade física. Não se pode, também, comparar geração a associações, ou organizações, pois essas são criadas intencionalmente e baseadas em um objetivo específico. Desta forma, mesmo que os indivíduos de uma geração se encontrem unidos por um laço natural e consciente, não podemos considerá-los um grupo concreto.

Mannheim considera o fenômeno de “situação” para compreender a noção de geração. Segundo o autor, a unidade geração é constituída por uma situação comum na qual se encontram diversos indivíduos dentro de um “todo social”, de maneira que a similaridade de situação está baseada em um fator biológico, o de nascimento e morte, e, também, relacionada a um fator sociológico, o de realidade histórico-social. Assim, o fenômeno sociológico que forma uma mesma geração está vinculado ao fator biológico, mas não se reduz a apenas este fator, ou seja, uma geração deve ser entendida como um “tipo particular de identidade de situação, abrangendo ‘grupos etários’ relacionados, incrustados em um processo histórico-social” (MANNHEIM, 1982, p. 72).

Ao considerar a visão social dos intelectuais, Sowell (2011) identifica duas visões contrárias: uma que chama de visão dos intelectuais ungidos e outra que chama de visão trágica. Na visão trágica, encontramos intelectuais que percebem os defeitos dos seres humanos com os principais problemas do mundo, das sociedades. Nesta visão não se encontram soluções para os problemas, mas frustrações, tristeza e o perigo iminente do barbarismo. Essa visão acaba se voltando para as restrições e limitações para que não seja gerada a infelicidade. Na visão dos intelectuais ungidos temos algo contrário, os problemas criados pelas instituições desenvolvidas por nossas sociedades podem ser “solucionados” pelos intelectuais.

Entendemos que Pedro Calmon se aproxima desta segunda visão, a dos intelectuais ungidos, pois tais intelectuais não se veem como uma elite passiva, mas como uma elite *Ungida*, um grupo portador “da missão de guiar os outros a realização de uma vida melhor” (SOWELL, 2011, p. 125). Nesta visão existe a busca pela causa dos problemas, e os intelectuais geralmente a encontram nas instituições existentes. Desta maneira, os intelectuais

encontram nas instituições formadas os responsáveis pelos problemas enfrentados em uma sociedade, mas estes problemas podem sim ser solucionados através das mudanças nas instituições se tais mudanças forem elaboradas e guiadas pelas ideias destes intelectuais unguídos.

Na obra “Mediadores intelectuais”, Ângela de Castro Gomes (2016) aborda a história dos intelectuais, a atuação destes no meio cultural e político e o impacto que esses homens das letras têm na sociedade, o que acreditamos ser crucial para compreender o grupo social e político no qual Calmon está inserido. Ao se apoiar na tradição francesa da História Política renovada, Gomes considera que os intelectuais seriam uma “categoria socioprofissional”, sendo que tais pessoas se encontram “direta ou indiretamente vinculados à intervenção político-social” e “envolvidos na produção de conhecimento e comunicação de ideias” (GOMES; HANSEN, 2016, p. 10). A autora também entende que os intelectuais muitas vezes estão associados a instituições culturais, seja esta pública ou privada, atuando, desse modo, a partir de um lugar privilegiado de onde pode causar um impacto político significativo (GOMES; HANSEN, 2016). A partir destas considerações de Gomes, entendemos que Calmon se encaixa neste grupo que chamamos de intelectuais mediadores.

Sowell, porém, traz um ponto interessante em seu livro “Intelectuais e a Sociedade” (2011) quando questiona “como podemos saber quais são os objetivos e as prioridades de alguém?” e “quais tipos de preferências são revelados no comportamento real dos intelectuais e como essas preferências reveladas se relacionam com a retórica usada?”. Pensamos que podemos identificar certas opiniões, intenções, visões e até o tom de um texto, o que com o auxílio de outros textos podemos compreender as ideias e posições de seu autor. Mas é sempre importante lembrarmos que essas são hipóteses subjetivas, que abordamos os objetos de fato, mas que realizamos uma leitura baseada em uma visão selecionada deste objeto e seu contexto, e para isso nos baseamos em pares que também estudam e analisam a fundo objetos da mesma área de estudo.

Para aprofundarmos a nossa análise comparamos, investigamos e encaixamos em certa posição ou lugar os intelectuais estudados e suas ideias, textos e discursos. Em particular aqui estudamos Calmon e suas crônicas, para que possamos compreendê-los dentro de um espaço e tempo dentro da sociedade brasileira. Por isso, é também importante destacar que a intenção não é a de enquadrar Pedro Calmon em uma posição inflexível e imutável. Calmon foi um intelectual que passou por diversos eventos marcantes da História do Brasil e devemos lembrar que sua trajetória acadêmica e pessoal foi longa, e sua produção foi significativa em questão de quantidade.

Nossa intenção nesta análise é a de utilizar esses diversos conceitos para nos ajudar a compreender este momento em que Calmon escrevia suas crônicas, e, também, entender com quais linhas de pensamento suas ideias se identificavam e acompanhavam, com quais pares e correntes intelectuais o historiador se aproximava e, assim, pensar como isso transparecia em sua escrita neste momento da História do país. Por este motivo, consideramos este historiador e autor pertencente a uma geração de intelectuais mediadores do Brasil, mais especificamente participante do que chamamos de intelectuais modernistas conservadores.

2.2 OS USOS DA HISTÓRIA

Para desenvolvermos melhor o nosso estudo é importante nos debruçarmos, então, sobre a forma como ideias e opiniões passam dos intelectuais, da *intelligentsia*, para a sociedade, considerando, desse modo, a análise de sua influência sobre uma referida comunidade e a assimilação, ou não, da ideia transmitida por uma devida cultura política (SIRINELLI, 2003). Sirinelli afirma sobre a importância de se investigar a transmissão que ocorre entre intelectuais e sociedade o que nos direciona a tentar compreender, primeiramente, qual seria a relação entre intelectuais e cultura política. Para isso, iniciaremos abordando o conceito de imaginário social e identidade e, então, tentaremos esclarecer o significado de cultura política e cultura histórica e como os usos da história interligam esses conceitos aos intelectuais. Percebemos essas ideias como centrais no estudo das crônicas de Calmon, pois a narrativa histórica escrita por ele pretende trabalhar o imaginário social, principalmente quando consideramos que os eventos e personagens históricos que ele traz remetem à idealização positiva de um Estado com características autoritárias através de uma forma de pedagogia cívica.

Para Michael Pollack, a construção da identidade “é um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio da negociação direta com outros” (POLLACK, 1992, p. 204). A identidade para o autor está relacionada com a imagem que temos, que construímos e que apresentamos de nós mesmos. Assim como a memória, a construção da identidade envolve diversos elementos como o corpo, o grupo ao qual pertencemos, o tempo e espaço físico em que vivemos, além dos aspectos morais e psicológicos em que nos encontramos. Então, vemos a relação entre a memória e identidade como uma ligação clara e interdependente, como diz Pollack, “a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva” (POLLACK, 1992, p. 204).

Quando pensamos o conceito de identidade, este parece ser algo fácil de se definir. Quando é em sentido positivo pensando o que a pessoa “é”, Silva (2000) considera identidade como algo autocontido e autossuficiente. Porém, segundo o autor, existe uma dependência entre identidade e diferença, quando “somos” algo estamos também nos referenciando ao que “não somos”. Por exemplo, “sou brasileira”, portanto, “não sou argentina” ou “sou jovem”, logo, “não sou velha”. Desta maneira, a identidade positiva, o que se é, está diretamente relacionada também ao negativo, o que se deixa de ser.

A identidade e diferença são elementos inseparáveis e dependentes um do outro dentro de um sistema de oposição binário. Ademais, de acordo com Silva (2000) elas precisam ser compreendidas dentro da cultura e do sistema simbólico no qual são construídas, pois por serem constituídas de uma linguagem e de uma estrutura de balança, a identidade e a diferença não são fatores naturais ou absolutos, mas sim criados a partir da produção de discursos e símbolos.

Tomaz Tadeu da Silva (2000) analisa como se dá essa construção de uma identidade e a relação existente com a cultura e o poder. Para o autor, as identidades e diferenças são hierarquizadas pela normalização, o que engloba também uma relação de poder. De acordo com Silva (2000, p. 83),

[...] A normalização é um dos processos mais sutis pelos quais o poder se manifesta no campo da identidade e da diferença. Normalizar significa eleger – arbitrariamente – uma identidade específica como o parâmetro em relação ao qual as outras identidades são avaliadas e hierarquizadas. Normalizar significa atribuir a essa identidade todas as características positivas possíveis, em relação às quais as outras identidades só podem ser avaliadas de forma negativa [...] (SILVA, 2000, p. 83).

Ainda, para Silva (2000), a identidade cultural e social envolve diversas dimensões e os processos de fixação em cada dimensão são diferentes, pois os elementos de normalização serão diversos. A dimensão identidade nacional, central para o nosso estudo por exemplo, tende a utilizar os mitos fundadores e “comunidades imaginadas” (conceito de Benedict Anderson). Utilizando esses elementos para fixar a identidade nacional, torna-se possível normalizar características que formam laços entre indivíduos, como a língua nacional, gerando um sentimento de comunidade.

Ao pensar a relação entre memória e identidade social a partir das ideias de Maurice Halbwachs, Pollack (1992) afirma que mesmo que a memória pareça uma experiência unicamente pessoal e individual, ela é, também, construída em coletivo e está submetida a mudanças e transformações. Porém, o fenômeno que chamamos de memória, por outro lado, também está repleto de marcos ou pontos que se tornam, de certa forma, imutáveis. Isto posto,

ao mesmo tempo que a memória é uma experiência variável e flexível, ela possui elementos que se solidificam e passam a ser considerados como “fatos reais”. A memória é um fenômeno construído socialmente e, apesar de ser um fenômeno complexo, existem certos elementos que constituem a memória (POLLACK, 1992).

Segundo Pollack (1992), os elementos que constroem uma memória, seja ela particular ou comunitária, são conhecidos pelo indivíduo direta ou indiretamente. Eles incluem: os acontecimentos pessoais/individuais ou vividos em grupo, seja este o grupo do qual fazemos parte ou um acontecimento projetado por um grupo de outro espaço-tempo; as pessoas e personagens que nos são apresentados, pertencentes ou não ao nosso espaço-tempo; e os lugares de memória, lugares que fazem parte da nossa memória particular, lugares públicos que fazem parte da memória coletiva ou locais distantes em relação a espaço e tempo que se tornam importantes para um determinado grupo. Compreendemos, portanto, que a memória pode ser constituída por acontecimentos, pessoas e locais diretamente relacionados à nossa vida ou grupo e ao nosso tempo e espaço, ou indiretamente por meio de projeções e transferências.

Neste sentido, entendemos a importância da representação quando abordamos a construção de uma identidade. A representação envolve um sistema de símbolos, sendo a partir desse sistema “que a identidade e a diferença adquirem sentido” (SILVA, 2000, p. 91) e começam a existir em uma determinada comunidade. Assim, é com a representação que a construção de uma identidade se liga às relações de poder, pois aqueles que possuem o poder sobre as representações possuem o poder de fixar determinada identidade. Vemos, então, como as relações identidade e poder, e identidade e memória estão ligadas à pedagogia e, por sua vez, à História. As representações, a construção da identidade nacional e a memória se utilizam de elementos históricos ensinados para transformar um indivíduo isolado em um integrante de uma “comunidade imaginada” específica.

Bronislaw Bacsko (1985), autor do capítulo “Imaginação social” da Enciclopédia Einaudi, afirma que existe uma tendência em associar as ideias de imaginação e política e de imaginário e social. O autor evidencia o termo “imaginação” como sendo um elemento “importante de um dispositivo simbólico, através do qual um certo movimento de massas procura dar-se a si próprio identidade e coerência permitindo reconhecer e designar as suas recusas bem como as suas expectativas” (BACSKO, 1985, p. 298). A noção de “imaginação”, diante disso, está carregada de um simbolismo, no qual se concentram as recordações do vivido, e as expectativas de futuro. Conseqüentemente, observamos que o imaginário está diretamente ligado ao saber, ao mito, ao conhecimento e as representações coletivas.

Foi considerando essa ligação que os estudiosos começaram a perceber as funções do “imaginário na vida coletiva” e sua relação com o “exercício do poder”, destacando que qualquer poder pode se “rodear de representações coletivas” (BACSKO, 1985). Nesta conceitualização de Bacsco em torno do Imaginário e do Social, uma sociedade que desenvolve um imaginário e um sistema de representações que legitima um certo poder busca, também, “guardiões” para tal sistema, aqueles que irão manejar os símbolos, mitos, representações, conceitos a serem usadas no imaginário.

Outra questão levantada pelo autor que é significativa para o nosso estudo é que o imaginário está no centro de conflitos sociais e políticos, sendo que os imaginários estão intimamente ligados aos discursos e interesses de grupos específicos. Em outras palavras, diferentes grupos sociais buscam um sistema de representações que ajude a legitimar as suas reivindicações nos conflitos ideológicos da sua sociedade. Enquanto um grupo desenvolve no imaginário coletivo uma narrativa determinada a partir de sua ideologia, outro grupo antagonista busca desenvolver uma ideia oposta. Ademais, para o autor, o imaginário coletivo tem um valor significativo em relação às práticas coletivas de uma determinada sociedade, ou seja, o imaginário construído na sociedade irá determinar qual a sua visão sobre uma determinada prática, o que irá impactar na sua decisão de agregá-la como uma prática comum ou não.

Segundo Bacsco, o imaginário social é um conceito difícil de se definir, pois é um conceito que abrange termos que se encontram enraizados na tradição linguística, além disto, está associado de maneira particular às diferentes gerações. O autor considera que os imaginários sociais estão dentro de um sistema simbólico e possuem diversos pontos de referências, é através destes imaginários que uma coletividade elabora representações de si mesma e define uma identidade própria. Portanto, o imaginário é o elemento que permite que uma sociedade construa imagens de si mesma, e, também, que ela formule imagens de seus inimigos. Tais construções de imagens resultam em uma resposta aos conflitos e em uma força reguladora da vida social, além de ser uma forma de controle da vida coletiva pela legitimação do poder e o exercício da autoridade (BACSKO, 1985).

O autor Pierre Rosanvallon (1995), faz uma análise acerca da história conceitual do político e a reflexão que a sociedade faz sobre si mesma. Para o autor, “o objeto da história conceitual do político é a compreensão da formação e evolução das racionalidades políticas, ou seja, dos sistemas de representações que comandam a maneira pela qual uma época, um país ou grupos sociais conduzem sua ação e encaram seu futuro” (ROSANVALLON, 1995, p. 16). Neste sentido, o fazer história tem como objetivo realizar a sua construção de uma forma que

esteja relacionada à sua época, local e grupo social, e que responda aos problemas sociais, sendo fruto de uma interação entre realidade e representação.

Rosanvallon considera que, a história conceitual do político é conceitual por se dar em torno de conceitos que geram uma interpretação das situações e é política por seu “lugar de articulação do social e de sua representação”, que é a esfera do político (ROSANVALLON, 1995, p. 16). Assim, compreender que ela recupera o estudo das relações entre os indivíduos ou “instâncias sociais”, e como alarga a esfera do político abrangendo também as representações e as práticas e estratégias dos autores (OLIVEIRA JUNIOR, 2012) nos permite entender como a ação de escrita da história ultrapassa a escrita das grandes obras dos intelectuais.

Evidenciamos, por consequência, que a historiografia recente vem propondo analisar a participação dos intelectuais a partir de outras esferas para além do clássico campo da história das ideias, que se dedicava inicialmente às grandes obras. Ao trabalhar com a história da historiografia, Blanke (2006) diz que a “matéria da história não é caracterizada apenas pelo fato de ser uma especialização acadêmica com seus métodos particulares, mas também por estar ligada à (f) vida pública em geral” (BLANKE, 2006, p. 51). Neste sentido, a renovação da História Política e a História conceitual do Político ampliaram a compreensão do universo de atuação dos intelectuais e, mais recentemente, temos observado no campo historiográfico a compreensão dos processos de mediação que envolvem o agenciamento político desses personagens.

Em 2009, o historiador Rodrigo Patto Sá Motta disse que cultura política seria um conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas, partilhado por determinado grupo humano, que expressa/constrói uma identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, do mesmo modo que fornece inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro. Desta maneira, existem aqueles que se utilizam da cultura política em sentido próximo a ideias políticas, ou mesmo a imaginários políticos. O conceito de cultura política, para Motta (2009), trouxe uma contribuição importante para os estudos em torno das sociedades ao estimular uma conexão entre política e cultura. Para o autor, esse desenvolvimento nos estudos sociais permitiu a observação dos padrões culturais de um determinado povo, ou seja, de uma cultura política que convive e disputa com outras culturas e subculturas dentro de um mesmo espaço nacional.

Quando pensamos o campo da cultura não devemos considerar uma uniformidade, e quando pensamos o campo do político compreendemos que existe um protagonismo de certos agentes e existem escolhas e a hierarquização de elementos. Outrossim, quando pensamos

certos intelectuais se utilizando da cultura política compreendemos que a ideia seria a de se apropriar de algumas formulações conservadoras para entender – e quem sabe transformar – as estruturas que mantêm as desigualdades sociais tradicionais do Brasil. Estes intelectuais apontam tipos de comportamento que se enraizaram na tradição, com notável incidência política, como patrimonialismo, paternalismo, autoritarismo, personalismo, clientelismo, além de tentar disfarçar conflitos e buscar a integração social (MOTTA, 2009).

Portanto, a existência de cultura política implica um imaginário como um conjunto de representações que contribui para instituir o grupo como comunidade política, que neste caso nos referimos ao imaginário nacional. Nesta construção do que é nacional vemos a presença de personagens, como heróis e vilões, e eventos marcantes, como guerras. Este é um processo em que atuam tanto a memória como a historiografia, além de outros campos como a literatura, a cultura visual e outras mídias. Desta forma, as representações são construídas através de imagens disseminadas, reproduzidas e reapropriadas ao longo do tempo. Logo, estamos falando de tradições e valores que muitas vezes excluem a maioria da população e que são escolhas feitas por um número limitado de indivíduos do “alto”, mas não deixam de ser escolhas e acomodações (MOTTA, 2009).

Sendo assim, cultura política não explica tudo, mas é relevante para entender os comportamentos políticos e as estruturas de uma determinada sociedade, pois as tradições têm um grande peso nas escolhas políticas. Pensando a ditadura civil-militar, por exemplo, a hipótese de Motta é que o impacto da cultura política brasileira contribui para explicar o caráter modernizador-autoritário do Estado durante o período, inclusive em sua manifestação nas universidades (MOTTA, 2009). Como vemos, para o nosso estudo é importante compreendermos, conseqüentemente, a relação entre memória, história/pedagogia e poder.

Segundo Jorn Rüsen (2009), o conceito de cultura histórica aborda um fenômeno que caracteriza o papel da memória histórica no espaço público. A cultura histórica contempla as diferentes estratégias de investigação científico-acadêmica, de criação artística, da luta política pelo poder, da educação escolar e extraescolar, do ócio de outros procedimentos de memória e história pública. Por conseguinte, aborda a universidade, a escola, e outras instituições culturais como um conjunto de lugares de memória coletiva, e integra funções de ensino, entretenimento e outras maneiras de memorar, em uma unidade global da memória histórica (RÜSEN, 2009).

A cultura histórica tem uma função categorizadora, explora o campo das atividades culturais e delimita essas atividades de outros campos. O pensamento histórico é parte importante da cultura política, mas não é absorvido pela mesma, desta forma, o mesmo é

válido para outros setores da cultura, como ciência e arte. A História entra em quase todas as atividades e formas da cultura, mas é algo próprio e particular, e fica visível como tal. Expressando algo comum e diferente, a expressão “cultura histórica” se converte em um termo com um significado igual ao de uma categoria (RÜSEN, 2009).

Isto posto, “cultura histórica” seria uma parte da percepção, da interpretação, da orientação, e do estabelecimento de uma finalidade, que toma o tempo como fator determinante da vida humana. O tempo é experimentado e interpretado, e a atividade e o padecimento humano são orientados no marco de curso do tempo. Então, “cultura histórica” se refere a uma maneira particular de abordar interpretativamente o tempo, precisamente a que resulta em algo como “história” enquanto conteúdo de experiência, produto da interpretação, medida de orientação e determinação de finalidade (RÜSEN, 2009). A cultura histórica é, portanto, a memória histórica (exercida pela consciência histórica), que aponta ao sujeito uma orientação temporal a sua ação vital, enquanto lhe oferece uma direcionalidade para a atuação e autocompreensão de si mesmo (RÜSEN, 2009).

No campo da historiografia brasileira, é crescente o interesse por estudos dedicados à conformação de uma cultura histórica que circula através de diferentes suportes e, sobretudo, na grande imprensa. Essa(s) cultura(s) histórica(s) conforma(m) representações sobre o passado, tornado os modos de ver e ler em um processo de formação da sociedade brasileira constantemente acionados nos projetos políticos em disputa. Pensando na formação de uma cultura histórica que traga representações do passado, lembrando que existe uma seleção dos eventos e narrativas sobre o passado para criar tais representações que irão constituir o imaginário social e construir uma identidade nacional, é importante primeiramente compreender o conceito de imaginação social, para então compreendermos o envolvimento de cultura política e cultura histórica e como a história pode ser utilizada para desenvolver uma ideia no imaginário social.

O século XX presenciou o movimento modernista que trouxe para o Brasil a busca pela brasilidade. Os modernistas se dividiram em muitas correntes, porém, todos buscavam relacionar aquele momento de modernidade com a tradição brasileira. A partir dos anos 1930 novos valores se destacam com a construção da cultura nacional, e percebemos o movimento nacionalista acionando o folclore e o regional como os símbolos da nacionalidade brasileira, sendo que é preciso do passado para se alcançar o futuro. Segundo Lucia Lippi Oliveira (2019), os intelectuais do Estado Novo consideravam que a ação do Estado seria a salvadora do povo, povo que apesar de visto de forma positiva como puro e autêntico era, ao mesmo tempo, “analfabeto, imaturo, inconsciente” (OLIVEIRA, 2019, p. 329).

Oliveira (2019) afirma que neste momento foram produzidos “retratos do Brasil” que identificavam seus problemas e apresentava as soluções para estes. Cada corrente modernista trabalha em cima da tradição que julgava importante atualizar e retomar o que se encaixava com o ideal do Estado Novo de novo e nacional. Ao lado e em parceria com os intelectuais, o período presenciou o crescimento da publicação literária que recuperava o passado do Brasil e trazia as perspectivas de futuro para a Nação, permitindo que os intelectuais garantissem sua participação na salvação nacional (OLIVEIRA, 2019).

De acordo com Ângela de Castro Gomes (2009), a constituição de uma História Pátria no Brasil entre final do século XX e os anos 1940 ocorreu relacionada a um movimento de construção de um discurso republicano que estabeleceu vínculos entre a República e a criação de uma cultura cívico-patriótica. A necessidade de se produzir um novo discurso político com valores e símbolos cívico-morais foi fundamental no exercício de reelaboração dessa escrita da história pátria (GOMES, 2009). Ainda, para Gomes, as iniciativas de política cultural durante o Estado Novo se dedicaram ao campo da cultura por serem voltadas “à conformação e divulgação de normas e valores identitários da nacionalidade em certo momento da vida de uma sociedade”, e por recortarem um espaço específico de representação da nacionalidade pela valorização do passado (GOMES, 1998, p. 122).

No final do século XIX e início do XX, há um enfoque no desenvolvimento de uma pedagogia da nacionalidade vinculada à construção de uma cultura política republicana, e a necessidade desta cultura política de “inventar” um passado que fosse ensinado através de uma narrativa acessível e que fosse capaz de atingir um grande público. Isto é, na criação de uma “cultura cívico-patriótica” se evidencia a existência de uma convergência quanto à necessidade política da República de produzir um novo discurso político carregado de valores e simbologias cívico-morais (GOMES, 2009). Por este motivo, “cultura cívico-patriótica” se torna um conceito necessário para pensarmos o discurso de Calmon. Para Gomes (2009), este conceito está relacionado à formação de uma cultura política republicana, pois tal cultura cívico-patriótica, ao estabelecer vínculos com a República, se torna capaz de produzir novos cidadãos. Ademais, os fundamentos de tal cultura se entrelaçam com a reelaboração de uma escrita da história pátria (GOMES, 2009).

2.3 A INTELLECTUALIDADE BRASILEIRA E A TRADIÇÃO MODERNISTA CONSERVADORA

Edgard Roquette-Pinto (1933) diz que “para as nações modernas não há problema tão importante quanto o da população. Tudo depende da *gente*; do número e da qualidade”. Ao citar Roquette-Pinto, a autora Mariele S. Araújo (2006), aborda como os intelectuais dos anos 1920 e 1930 se dedicaram a questões como a nacionalidade, a civilização e a formação da população, e como suas preocupações e debates partiam de um ponto de vista eurocêntrico. Araújo (2016), que busca analisar como Pedro Calmon compreende a miscigenação entre as três raças e “os espaços do negro no discurso intelectual e na sociedade”, coloca Calmon no grupo de intelectuais envolvidos nos debates da origem do povo brasileiro e da construção de uma identidade nacional brasileira.

Desta maneira, para traçarmos uma trajetória intelectual é essencial observarmos o indivíduo, sua criação intelectual e seu engajamento político, além de analisarmos o sujeito como um indivíduo singular o observamos no coletivo, em sua rede de sociabilidade, sua interação com pares e ideias (XAVIER, 2016).

Como afirma Araújo (2016, p. 11),

Para compreender um determinado discurso, é preciso compreender o contexto de sua produção. Analisar as interpretações de Pedro Calmon sobre a formação da nacionalidade brasileira requer, assim, rastrear o percurso de um longo caminho, que evidencia a inserção do autor no seu contexto histórico, localizando-o diante do debate ao qual se achou envolvido. Afinal, ele não estava só. Ao contrário, assim como os grupos raciais que estudou, também tentava se estabelecer socialmente, de forma que as suas interpretações sobre o caráter nacional refletem as ideias do grupo de sua almejada fixação.

Como abordamos anteriormente, os intelectuais têm uma posição de destaque dentro da nossa sociedade, diante disso, é importante reforçar que consideramos os intelectuais como pessoas que possuem uma influência dentro da comunidade que pertencem. Sowell (2011) ressalta que a demanda por intelectuais públicos que influenciem largamente a população com suas ideias pode afetar a opinião e os resultados políticos de toda uma sociedade. Assim, os intelectuais são “formadores de opinião” (SOWELL, 2011, p. 442) e os intelectuais acadêmicos são considerados pessoas que possuem forte controle sobre as instituições as quais pertencem, além de seu poder de influência muitas vezes ultrapassar seu local de trabalho e sua área de especialidade. No Brasil, também percebemos os intelectuais brasileiros percorrendo este mesmo caminho no século XX (SOWELL, 2011).

Ao sair do sistema colonial, o Brasil, bem como outros locais que sofreram com este tipo de domínio, iniciou a busca de uma identidade comum. Com o movimento de independência se desencadeou a procura por algo que unisse a população e afirmasse tal emancipação e autonomia em termos do passado, do presente e do futuro do país. De acordo com Alfredo Bosi (2012) podemos reconhecer que alguns autores brasileiros apresentaram uma junção entre patriotismo e romantismo e, com isto, foi construindo-se um cânone literário que disseminasse a nacionalidade através da literatura. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) também foi uma instituição central na construção da História nacional do país.

Segundo Bosi, o IHGB foi proposto por Januário da Cunha Barbosa como

[...] uma instituição que estudasse não só o passado da nova nação, mas sua geografia, seus componentes étnicos, sua fisionomia contemporânea. Um programa nacionalista que não se esgotasse, porém na expressão desse ideal e explorasse cientificamente nosso espaço físico e cultural. Um projeto ao mesmo tempo ilustrado e romântico, numa palavra, eclético. [...] (BOSI, 2012, p. 233).

A partir da afirmação de Bosi (2012) referente à construção nacional do Brasil, é importante destacar que o autor, ao trabalhar as ideias circulantes no país durante este período, considera que a transferência de uma “dispersão” nacional e geográfica para uma “unidade política nacional” equivaleu a uma mudança de pensamento. O país viu, naquele momento, a transformação do liberalismo para um liberalismo conservador entre seus principais pensadores (BOSI, 2012). Essa conjuntura onde vemos ocorrer uma mudança de ideias em um contexto de formação de uma identidade nacional, e de uma busca pela autoafirmação da independência do país, nos interessa para compreender a elite intelectual brasileira como predominantemente conservadora, e mais tarde como iremos abordar, modernista conservadora.

No final do século XIX e início do século XX a difusão da cultura no Brasil presenciou um novo movimento (SALIBA, 2012, p. 245). Segundo Saliba (2012), em meio à transição para a República, apareceu o novo jornalismo e a imprensa sofreu um impulso com os periódicos. Devido ao tamanho do país, muitos intelectuais se mudaram para o Rio de Janeiro para desenvolver suas carreiras e encontrar uma posição de maior destaque dentro da sociedade brasileira. Neste momento, se construíram duas imagens sobre o país, uma ufanista que ignorava as diferenças sociais, e uma que buscava “enfrentar os dramas reais, expondo as diferenças” e criava uma ideia “ilusória para o futuro” (SALIBA, 2012, p. 245).

Na década de 1920, o modernismo foi adotado pelos intelectuais brasileiros com a intenção de separar o passado e presente do país, reinventar a sua história, e modernizar o país. A partir de 1924, notamos o segundo momento modernista onde a produção cultural é rica e busca entender e repensar o Brasil, rever e valorizar o nosso passado para se descobrir a *brasilidade* (SALIBA, 2012).

Os autores Carlos Fico (1997) e Afonso Carlos Marques dos Santos (2017) também abordam a construção de um imaginário social e a participação dos intelectuais em tal construção de uma identidade e nacionalidade. Para Fico (1997), “a constituição de uma certa imagem sobre o Brasil foi um movimento intelectual importante para as gerações que viveram o final do século passado e início deste [séculos XIX e XX]” e o IHGB (órgão do qual Pedro Calmon foi membro ativo e, inclusive, presidente por 17 anos) tinha como objetivo reunir documentos para compor uma história nacional, estabelecendo a pauta para a construção da história do país (FICO 1997, p. 29).

Para Santos (2017) em uma sociedade como a brasileira, onde a questão nacional não é algo fácil de se constituir devido às questões raciais e de classe, a missão de civilizar e de organizar uma identidade comum se tornou difícil, e foi conferido ao intelectual um papel central nesta invenção do Brasil (SANTOS, 2007). Ademais, de acordo com Fico (1997), a seleção de um determinado material histórico, sendo este filtrado e subjetivo, para se construir a História do Brasil nos levou a identificar nosso país como o país do futuro, e nossa população como de otimistas. Por isso, é importante analisar e compreender a construção desse sistema de representações que geram ideias, impressões e imagens sobre o Brasil e o povo brasileiro.

É essencial, porém, tomar alguns cuidados quando se estuda esse sistema para não o considerar uma “simples” manipulação ou uma generalização, pois as relações dentro de uma sociedade, e como essa sociedade se imagina e se representa, são questões complexas e volúveis. Fico (1997) nota que alguns grupos do setor médio da sociedade brasileira passaram sim por um sentimento de otimismo na década de 1960 e 1970 e em seguida por um sentimento de nostalgia. O autor também percebe como o otimismo tem um funcionamento proposital nos sistemas de dominação, o que traz a importância da análise de propagandas e difusão do nacionalismo otimista e do patriotismo (FICO, 1997). Para o autor, parte significativa da sociedade brasileira identificava, e ainda identifica, o Brasil como o “país do futuro” e o brasileiro como “otimista”, e tais associações se fundamentam em um certo tipo de “material histórico”.

O próprio sentido de “otimismo” altera-se conforme o grupo social em que se busca seu significado, e o que considera um “ponto de vista otimista” não serve apenas a propósitos ideológicos, mas também constitui a base de uma rede de autorreconhecimento social. Ainda, “o otimismo pode ser visto como um fenômeno de ordem mítica”, ou seja, um processo de invenção, de construção de uma ideia de que o país é grandioso e, por isso, seu povo deve ser otimista (FICO, 1997, p. 21). Assim, é possível notar a intenção dos intelectuais que se encontram entre os da visão otimista, de trazer à tona o material histórico que construiu uma identidade comum através de uma tradição da cultura brasileira positiva, trazendo a promessa de um futuro grandioso (FICO, 1997).

O “sentimento nacional” foi algo que predominou entre o pensamento intelectual do século XIX e XX, e imagens e ideias que definiam o que era o Brasil como Nação se difundiam, e é interessante salientar que o IHGB teve papel central nesta missão de compor uma História Nacional do Brasil. Desse modo também, a noção de identidade coletiva é uma das ideias que nos ajuda a compreender o sentimento de unidade, ou a busca e construção de tal sentimento (FICO, 1997). Para Fico (1997) existiu uma batalha entre duas visões do Brasil, a perspectiva otimista de um Brasil exuberante e rico e a perspectiva negativa de mazelas e preguiça. Na perspectiva otimista, a que nos interessa nesse estudo, temos uma visão de esperança, de tradição, de imagens do passado que remontam a riqueza do país e do seu povo.

No Brasil, segundo Santos (2017), quando a construção de um Estado Nacional se iniciou, os homens que assumiram tal missão se defrontaram com uma realidade que tentaram ocultar através de alegorias, as quais simbolizavam os seus esforços no sentido de civilizar o país, e criar, então, um corpo político unido e sólido. Esse processo de criação corresponderia a uma empreitada civilizatória permanente que deveria ser assumida pelos construtores da Nação, uma tarefa que deveria ser conduzida pelo Estado imperial, centralizado e autoritário, considerado o único capaz de promover uma unidade nacional.

Ao considerar a relação Estado-intelectual Santos (2017) ressalta dois momentos em que a nação foi central para a construção de uma autonomia e identidade através da produção historiográfica. O primeiro momento foi no início do século XIX, quando vemos a organização da história do Brasil para desenvolver uma biografia do país e afirmar o Estado imperial. O segundo momento se dá nas décadas de 1950 e 1960 quando o nacional-desenvolvimentismo buscava afirmar a autonomia nacional no campo econômico. Notamos que ambos os momentos trazidos por Santos foram cruciais na procura por uma identidade brasileira e se destacam dentro da relação Estado-intelectualidade-elite.

Ao envolver instituições como o IHGB, o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb) e o Ministério de Educação e Cultura (MEC) para construir a História da Nação e a identidade brasileira, a produção intelectual destes dois momentos assume a tarefa de construir uma cultura brasileira a partir de uma seleção símbolos e mitos da história do país e difundi-los como realidade da história nacional, como tradição e memória coletiva. Logo, foi neste caminho que os intelectuais modernistas-conservadores se constituíram em promotores da civilização e “órgãos da consciência nacional” (SANTOS, 2007, p. 64). Ademais, Fico (1997) afirma que o Estado Novo trouxe consigo a ênfase nacionalista da cultura brasileira. Através do ensino, do patrimônio histórico nacional e da valorização da brasilidade, o Estado redefiniu a identidade brasileira a nível governamental.

Monica Pimenta Velloso (2019), para tratar a construção da nacionalidade e a relação entre os intelectuais e o poder, cita Foucault e Deleuze (1997) que afirmam a complexidade da relação entre os intelectuais e o sistema de poder já que estes se atribuem a função de “agentes da consciência e do discurso” (FOUCAULT; DELEUZE, 1979, p. 71 apud VELLOSO, 2019). Velloso (2019) argumenta como este tipo de prática se intensifica em um país como o Brasil que possui uma tradição patriarcal e autoritária, de população com alto índice de analfabetismo. Desta forma, os intelectuais brasileiros assumiram o papel de guias condutores da população. No século XIX, os intelectuais se encontravam confinados em suas “torres de marfim”, a academia, e se encontravam em uma posição marginal dentro da sociedade.

A tradição não permitia a flexibilidade de atuação dos intelectuais, como no campo político. Política e literatura eram áreas separadas, cada qual com seus atores e objetivos. Velloso (2019) destaca como a expressão “torre de marfim” era um símbolo da alienação política dos eruditos acadêmicos. Portanto, é o Estado Novo que chama os intelectuais para a missão de conscientizar a população a partir de espaços públicos e políticos. A identidade dos intelectuais é clara para Velloso (2019), pois eles buscam se distinguir da sociedade geral, se auto atribuem a missão ou o dever social e a “consciência iluminada do nacional” (VELLOSO, 2019, p. 148), e neste momento eles encontram um lugar novo para atuarem em nome desta missão.

Desta forma, a autora reconhece como algumas correntes intelectuais passam a considerar o Estado Novo como central para a nacionalidade devido ao seu pensamento autoritário. E, como já comentamos, o Estado Novo foi fundamental na inserção dos intelectuais dentro do domínio do Estado, desenvolvendo uma união dessas elites para uma política dominante e superior. A autora também destaca a atenção dada pelo Estado Novo à

educação e essa inserção dos intelectuais, sendo estes a porção da sociedade que é esclarecida e capaz de educar.

Segundo Luciano Aronne de Abreu (2015), os intelectuais conservadores no Brasil identificavam os diversos problemas do país como relacionados à ausência de um sentimento de solidariedade ou nacionalidade entre a população. Para esses intelectuais a solução dos problemas se encontrava na construção da “verdadeira nação brasileira” que

[...] dependeria, de um lado, em conhecer o passado para compreender a realidade nacional e as raízes dos problemas; [e] de outro, em reformar nossas leis e instituições para adequá-las a essa realidade, a partir da ação de um Estado forte capaz de promover a solidariedade entre as classes e defender os interesses coletivos do país, assim garantindo o seu desenvolvimento (ABREU, 2015, p. 1).

Desta maneira, os intelectuais conservadores do século XX estavam prontos para sua missão de construir uma Nação, um sentimento de unidade, a partir de um Estado forte e resolver os problemas do país para seu futuro. Daniel Pécaut (1990) afirma que ainda antes dos anos 1950 os intelectuais brasileiros se preocupavam em formar a sociedade e com a “realidade nacional”.

Na busca pela construção da nação e da identidade nacional, diferentes gerações de intelectuais do Brasil evocavam a realidade nacional. Pécaut (1990) divide esses intelectuais em duas principais gerações e afirma que, principalmente os da geração de 1925-1940, se mostravam interessados nesta formação de uma identidade, assumindo como tarefa a organização da nação, pois “forjar um povo também é traçar uma cultura capaz de assegurar sua unidade” (PÉCAUT, 1990, p. 15). Portanto, ao considerarmos a escrita da história por intelectuais no período abordado e a partir desta afirmação de Pécaut, percebemos como a História do Brasil, a partir de uma determinada visão conservadora e modernista, foi difundida com a intenção de criar uma unidade nacional com um mesmo passado.

O Estado Novo se mostra como um marco na relação entre o Estado e os intelectuais no Brasil. De acordo com Pécaut, os intelectuais se mostravam, já antes do Estado Novo, como mediadores que preenchiam uma lacuna existente entre o social e o político no país. Os intelectuais eram tradicionalmente formados pela elite brasileira, exerciam seu poder de influência pelo alto, mas podiam atuar tanto como mediadores da elite quando do resto da população, de acordo com a sua conveniência. Eram mediadores indispensáveis e se assumiam como responsáveis pela consolidação da Nação e do Estado Nacional.

Com o corporativismo do Estado Novo os intelectuais acabam assumindo uma nova posição, e de maior reconhecimento, ao serem incorporados ao estado. Desta maneira, quando consideramos que os intelectuais defendem um poder forte, pois este poder envolve suas influências e carreiras, compreendemos que, também para se manterem como elite dominante, passam a defender um poder autoritário, e para o reconhecimento de tal Estado vemos a função do nacionalismo. Portanto, é necessário considerar a noção de interesse, mas sem dúvida devemos entender que “intenção” não é algo simples e consistente.

Na obra “História e historiadores” (1999), Ângela de Castro Gomes aborda a revista “Cultura Política” como uma “fonte para um outro tipo de reflexão” em relação a questões sobre o Estado Novo. Além da revista “Cultura Política”, a autora analisa o suplemento literário do jornal “A Manhã”, “Autores e Livros”, para investigar temas como a definição de Estado-nação e o vínculo entre a escrita da história e a criação cultural, e entender como a busca por legitimação através de certas atividades se apresenta como uma tradição que é retomada pelo Estado Novo. Através destas fontes, Gomes (1999) realiza uma reflexão sobre quem eram os historiadores na década de 40, discutindo as noções de “intelectual” e “geração”, o “saber histórico e o ofício de historiador” compreendido no período e ainda, busca entender como a história estava sendo reescrita e qual o lugar que possuía dentro do discurso estado-novista (GOMES, 1999).

Para Gomes (1999), esse período em que ocorre a construção de um novo modelo de Estado autoritário foi marcado pela produção de uma “lealdade-legitimidade”. Tal produção envolvia os cidadãos do país do futuro, e para se ter um país desenvolvido precisava-se construir um passado comum (GOMES, 1999, p. 23). Conseqüentemente, o Estado Novo foi um momento rico para a produção intelectual que envolvia a história do país e narrava os eventos históricos que construíssem o sentimento de unidade nacional. Diante disso, a autora (1997) testa e afirma que “o Estado Novo deslanchou o processo de produção de um nacionalismo com base na massa, e, ao mesmo tempo, de que a constituição de uma narrativa da história do Brasil era parte integrante e crucial dessa “nova” consciência cívica” (GOMES, 1997, p. 23).

Percebemos, desta forma, a importância da narrativa histórica para o desenvolvimento de um passado único e para a construção de um sentimento de identidade que poderia mobilizar um “povo-nação” em um país de tamanhos continentais e de tal diversidade como o Brasil. Pensando em específico o percurso da intelectualidade modernista conservadora no Brasil, Gomes (1997) considera que o período Vargas trouxe para o campo

da política mudanças significativas, e com suas mudanças vieram as transformações no campo simbólico e a identificação entre Estado e Nação (GOMES, 1997, p. 30).

Com a circulação da ideia de que o país só conseguiria se desenvolver política e economicamente através de uma democracia autoritária, pois os modelos clássicos liberais se encontravam em descrédito no período devido à crença de que não “serviam” em um país com o funcionamento político do Brasil, surgiu a necessidade das representações que construíssem essa ligação Estado-Nação-autoridade como positiva e ideal no imaginário do povo brasileiro. Vemos, desse modo, um modelo de Estado que necessita de representações para se afirmar e, conseqüentemente, busca figuras públicas de maior destaque, reputação e posição na sociedade para difundir estas representações como verdadeiras e inquestionáveis.

Segundo Tatyana de Amaral Maia (2012), em “Cardeais da cultura nacional – O Conselho Federal de Cultura na ditadura civil-militar (1967-1970)”, a partir dos anos 1930, os intelectuais passaram a atuar nos debates sobre as “questões nacionais”, e a ideia de uma “organização da nação através da organização da cultura” esteve presente nos debates culturais e entre a elite intelectual. Ao lado desta ideia de organizar a nação estava a “missão” assumida pela elite de conscientizar e guiar a população, além de “orientar e planejar os rumos do país” (MAIA, 2012, p. 25). Analisando os membros e a atuação do Conselho Federal de Cultura (CFC), Maia investiga os intelectuais que atuaram no CFC como “a elite intelectual do Brasil”, um grupo possuidor de uma identidade que se forjou através dos laços criados em espaços de sociabilidade.

Ainda, Maia (2012) aborda o conceito de intelectual e a atuação destes indivíduos dentro de uma “rede intelectual” iniciada nos anos de 1930, evidenciando como tais intelectuais assumiam a “missão” de organizar o Estado (MAIA, 2012). Este estudo da autora nos permite observar como essa tradição intelectual e suas ideias, permaneceram entre o grupo modernista-conservador mesmo após o fim do Estado Novo (1937-1945). Por conseguinte, esta tradição se manteve bastante ativa no cenário intelectual e cultural brasileiro até meados dos anos de 1970.

Essa geração de intelectuais que chamamos de modernistas-conservadores é a mesma que irá propor uma leitura sobre o Brasil e os brasileiros, ancorados na ideia de tradição luso-brasileira e de Estado centralizado como síntese da modernidade e, portanto, são aqueles que irão favorecer a legitimidade de experiências políticas autoritárias ao longo do período republicano (MAIA, 2012). Percebemos, assim, que a atuação destes intelectuais mediadores da tradição modernista conservadora se dava como uma missão cívica ao difundir uma determinada narrativa histórica de um Estado forte como otimista e positiva para o país, e,

consequentemente, de construir uma identidade brasileira, um sentimento de nacionalismo e patriotismo, educar e civilizar a população do Estado Nação, desenvolvendo, então, um corpo sólido e unido politicamente.

2.3.1 O movimento modernista e o projeto nacionalista da intelectualidade moderna brasileira

O Modernismo que surgiu no início dos anos 1920 levava em consideração duas questões principais, o estético e o ideológico, em uma dialética que é central para a análise do movimento. Como afirma João Luís Lafetá (2000), de um lado temos o *projeto estético* que estava relacionado à linguagem, enquanto, do outro lado, o *projeto ideológico* que se ligava ao pensamento do nacional, do mundo, do país e da sociedade. Os primeiros anos do Modernismo foram dedicados principalmente ao estético, à mudança revolucionária da arte. Porém, ao incorporar a realidade nacional o movimento buscou também modificar a visão de mundo e de país presente na cultura (LAFETÁ, 2000).

É importante localizar o movimento no espaço e tempo para entendermos como os dois projetos, o estético que traz a linguagem moderna e popular, e o ideológico que envolve a burguesia valorizando a tradição brasileira, se complementam. Com a mudança na estética, o movimento modernista buscava quebrar a separação entre o acadêmico e o popular, transformando a linguagem da literatura em moderna. E concomitante a esse movimento de transformação, vieram as mudanças socioeconômicas do país com a industrialização, urbanização e imigração, mudanças essas que podem nos explicar a busca pela tradição cultural através de uma arte moderna.

Percebemos que as mudanças na sociedade se encontram refletidas nestas buscas por transformação na arte do Modernismo e em seus projetos, dentro da dicotomia estético/ideológico. De acordo com Lafetá (2000, p. 23) existe uma “contradição aparente no fato de a arte moderna, implicando todas aquelas ligações com a sociedade industrial, ter sido patrocinada e estimulada por fração da burguesia rural”. Assim, o autor afirma que “os artistas do Modernismo e os senhores do café uniam o culto da modernidade internacional à prática da tradição brasileira (LAFETÁ, 2000, p. 24). Essas afirmações de Lafetá irão nos ajudar a compreender também o caráter nacionalista e localista do movimento, que iremos abordar mais adiante.

Voltando para os dois projetos do Modernismo, para Lafetá (2000), os artistas do Modernismo já haviam alcançado a transformação desejada no *projeto estético*, então, passaram a se preocupar com outra transformação, característica do *projeto ideológico*. Segundo o autor,

Enquanto nos anos vinte o projeto ideológico do Modernismo correspondia à necessidade de atualização das estruturas, proposta por frações das classes dominantes, nos anos trinta esse projeto transborda os quadros da burguesia, principalmente em direção às concepções esquerdizantes (denúncia dos males sociais, descrição do operário e do camponês), mas também no rumo das posições conservadoras e de direita (literatura espiritualista, metafísica e ainda definições políticas tradicionalistas, como a de Gilberto Freyre, ou francamente reacionárias, como o integralismo). (LAFETÁ, 2000, p. 28-29).

Com essa afirmação de Lafetá (2000) percebemos que o Modernismo também se modifica, ele se transforma de um movimento com um projeto estético e linguístico voltado para a literatura, para um movimento de cunho ideológico de diferentes ramificações voltado para a sociedade e cultura. Notamos, então, que houve uma mudança de foco ao longo do desenvolver do movimento, como argumenta o autor. O Modernismo nos anos vinte se dedica basicamente à transformação da linguagem para uma mais nova e moderna, enquanto nos anos trinta o movimento vem com a conscientização política e social de um projeto ideológico. Para Lafetá (2000, p. 38), o início do Modernismo, nos anos 1920, “inaugura no Brasil a nossa modernidade”, já o seu desenvolvimento nos anos 1930, “incorpora e desenvolve alguns aspectos das doutrinas modernistas, [mas] inicia também o seu processo de diluição”.

Em seu texto “A questão da brasilidade” (1978), Eduardo J. Moraes busca identificar nas obras do Modernismo como a renovação estética se conectou com a questão nacional ao analisar o projeto nacional cultural do movimento que se moldou no período. Para o autor, 1924 trouxe, com a busca pela mudança estética, um “surto do nacionalismo literário”. Assim, os acontecimentos no país e no mundo, para Moraes, levaram o modernismo, a partir do ano de 1924 e principalmente dos anos 1930, a se preocupar com a literatura nacional e a busca por “elaborar um projeto de cultura nacional em sentido amplo” (MORAES, 1978, p. 73).

Segundo Moraes (1978) houve no Modernismo um redescobrimto do Brasil pelos intelectuais brasileiros. Após a modernização dos trabalhos de 1922 os intelectuais passaram a se dedicar à tarefa de desmistificar a cultura que havia sido importada e desenvolver uma visão real do país. Para o autor, “não se trata[va] mais de combater o passado em nome da atualização/modernização, mas de introduzir a ótica do nacionalismo no processo de renovação: só seremos modernos se formos nacionais” (MORAES, 1978, p. 83). Ou seja, a nossa cultura havia sido importada, e por isso era falsa, e deveria dar espaço para uma cultura que possuísse

a “nossa visão de nós mesmos” (MORAES, 1978, p. 83), para uma cultura autêntica e nacional.

Logo, compreendemos que o Modernismo até 1924 buscava uma atualização e modernização, o que acabava por combater o “passadismo”, ao passo que após 1924 o movimento muda sua ênfase para a importância da construção de uma cultura nacional. Moraes (1978) afirma que, a partir do “Manifesto Pau-Brasil” o Modernismo passa a se dedicar a um projeto de cultura nacional, isto é, a partir da história do “Brasil brasileiro” os intelectuais modernistas buscam enfatizar a cultura produzida em solo nacional e a recuperar elementos culturais nacionais. Para o autor, o Manifesto abriu espaço para a releitura de aspectos do romantismo e levou em consideração a integração física, como o solo da nação (MORAES, 1978).

Moraes (1978) afirma que nos anos seguintes ao Manifesto, o Modernismo trouxe a exaltação do território nacional, a ênfase na alma e psique brasileiras e a valorização da brasilidade. Conseqüentemente, é a nacionalidade que passa a ser o foco da questão modernista. Ao trazer a entrevista de um escritor pernambucano, o autor diz que:

Mais uma vez o destaque é o problema da brasilidade e do projeto de construção de uma cultura nacional. Mas de que forma definir esta brasilidade e como construir a cultura brasileira? Há inicialmente a indicação de que naquela data o modernismo atravessava um momento crítico – tratava-se de redefini-lo como um movimento de constituição da brasilidade (MORAES, 1978, p. 97).

Desta maneira, para construir a brasilidade, o Modernismo acabou por combater a falsa e importada cultura, repudiando “o culto ao estrangeiro” para se voltar à cultura brasileira e à arte nacional. Vemos que, de acordo com Moraes (1978), o modernismo passa então a buscar “as fontes emocionais” para desenvolver uma cultura nacional. O modernismo entendia, assim, a história e a cultura brasileira possuidora de duas vertentes: uma que imitava o estrangeiro e deveria ser repudiada, e outra que destacava os antepassados populares brasileiros e deveria ser valorizada por esse modernismo nacional. Ademais, na lógica modernista, só alcançaríamos o universal passando pelo nacional, e para alcançar o nacional seria preciso passar pelo regional, conseqüentemente a afirmação de uma cultura produzida no país. Portanto, o autor afirma que é possível notar o “espírito de brasilidade” nessa segunda fase dos artistas do modernismo brasileiro (MORAES, 1978).

Ao analisar o grupo modernista verde-amarelo e o desenvolvimento dos símbolos de brasilidade e modernidade entre os intelectuais paulistas, Monica Velloso, em seu artigo “A Brasilidade verde-amarela. Nacionalismo e regionalismo paulista” (1993), afirma que a criação

da nação assumiu uma posição central no debate intelectual do início do século XX. Neste processo de construção e organização da nação, e do que seria nacional, encontra-se em destaque a questão da identidade nacional, questão que se tornou, então, cara para a elite intelectual brasileira do período (VELLOSO, 1993).

É neste período, portanto, que vemos os intelectuais assumindo a missão de construir a nação e a identidade brasileira, necessárias para a independência cultural, e embarcando em uma jornada na busca de elementos para construir essa nação, tendo como elemento principal o patriotismo como uma obrigação cívica. De acordo com Velloso (1993), neste momento os intelectuais assumem duas tarefas para esta missão, a de criar uma função para a literatura e a de desenvolver um novo papel para os intelectuais na sociedade brasileira. Essas duas questões são centrais para o período e é a partir delas que a literatura assume uma posição de educadora do civismo e os intelectuais se tornam “os eleitos legítimos depositários da civilização”, sendo assim, os únicos dignos de interpretar e ensinar o patriotismo presente na literatura.

Para a Velloso (1993), essa função pedagógica da literatura e dos intelectuais repercute entre os intelectuais que viriam a compor o grupo Verde-Amarelo, que passam, então, a considerar os intelectuais como mestres das multidões com o dever de construir uma consciência nacional. Essas ideias acabam por transformar a arte em uma organizadora da sociedade, apresentando o Estado, a cultura e a política como companheiros andando em um mesmo sentido e interligados para a construção de uma nação moderna. Ademais, a autora afirma que o momento trouxe também a euforia do progresso, a imagem do futuro e São Paulo como um exemplo de modernidade e civilização (VELLOSO, 1993).

Com este momento de mudança e euforia, os intelectuais passam a se preocupar com a valorização da cultura brasileira e a recuperação das tradições na intenção de criar uma identidade nacional. Logo, para Velloso (1993), “a partir do denominado tempo modernista (1924 em diante) consolidam-se as diferenças entre as várias correntes do movimento”. (VELLOSO, 1993, p. 95). Essas diversas correntes que surgiram encontram soluções diferentes para a questão da modernização e da busca pela nacionalidade. Existe uma convicção de que para se alcançar o status de Estado Nação moderno é preciso passar pela nacionalidade, porém, os grupos intelectuais divergem em questões de brasilidade, como o que é o Brasil e suas diferenças, qual a posição do regionalismo em relação ao nacionalismo, o que constituiria a verdadeira identidade nacional, entre outras (VELLOSO, 1993).

Velloso (1993) identifica a vertente Verde-Amarelo do modernismo brasileiro através de tais questões. Para o grupo a ênfase está nas tradições, no combate das influências alienígenas e na valorização e defesa do espírito nacional, o qual possui uma relação com o regionalismo e a importância dos costumes e folclore de cada região. Assim, a nação brasileira se torna uma totalidade composta por diferenças, como afirma Velloso:

[...] o folclore e as tradições populares das várias regiões brasileiras -do Oiapoque ao Xuí devem ser valorizados apenas como elementos constitutivos da própria nacionalidade. E portanto a idéia de unidade cultural que interessa resgatar. [...] Este tema estará sempre presente nas elaborações de um grupo modernista: o Verde-Amarelo. Para estes intelectuais, a construção de um projeto de cultura nacional deve comportar um retorno idílico às tradições do país. No manifesto Nhengaçu, os verde-amarelos rememoram o período colonial como o momento áureo de nossa civilização devido à integração pacífica entre o elemento colonizado e o colonizador (VELLOSO, 1993, p. 98).

O grupo modernista Verde-Amarelo, desse modo, enfatiza o conjunto que é a Nação brasileira e a necessidade de conhecermos as nossas tradições, costumes e folclore para identificar o conjunto que se reflete em nossa identidade. Temos nesse pensamento uma relação herói-território-nacionalismo e, nessa valorização, percebemos o envolvimento do pensamento otimista, o patriotismo e o orgulho pelo país. Vemos a figura do herói apresentado nas obras literárias de pedagogia cívica e “a história do Brasil é apresentada como testemunha da nossa grandiosidade” (VELLOSO, 1993, p. 101). Como apresentado por Velloso, é importante destacar também a questão da pacificidade e da harmonia presentes nas obras. Desta forma, temos um “nacionalismo integrizador”, um “projeto hegemônico” que apresenta uma nação sem conflitos (VELLOSO, 1993).

Evidenciamos, portanto, que no grupo Verde-Amarelo o sentimento nacional é criado enfatizando as diversidades incorporadas pela união do território. O grupo assume em suas ideias esta relação de identificação entre o nacional e o território, em suma, a extensão geográfica do país é o fator que determina nossa história de grandiosidade. Logo, é através de uma visão geográfico-espacial que o grupo desenvolve a unidade nacional, ou seja, é através da geografia e da natureza que se identificam as origens brasileiras. Prevalece, desta forma, o espaço sobre o tempo e a brasilidade que se distingue pela comunhão com a natureza e o meio ambiente. Todos os elementos são assimilados de maneira pacífica neste grandioso espaço nacional para formar a brasilidade, como, por exemplo, o imigrante que é integrado à comunidade para enriquecer a nação.

Ângela de Castro Gomes, em seu texto “Essa Gente do Rio” (1993), busca estudar os contextos dos intelectuais que circulavam no Rio de Janeiro durante os anos 1930 e 1920, e as ideias modernistas que marcaram a cultura brasileira naquele momento. A autora afirma que entende o modernismo como

“um movimento de ideias renovadoras que estabelece fortes conexões entre arte e política, e que é caracterizado por uma grande heterogeneidade. Assim, [Gomes] não deseja ‘concentrá-lo’ em seu marco simbólico – a Semana de 22 –, nem tratá-lo de forma unívoca e com contornos bem delimitados. Do ponto de vista que [seu] estudo privilegia, o modernismo é um movimento de ideias que circula pelos principais núcleos urbanos do país desde a segunda metade dos anos 10, assumindo características cada vez mais diferenciadas com o passar das décadas de 20 e 30” (GOMES, 1993, p. 63).

É interessante pensar também que ao tratar em específico os intelectuais que circulavam no meio cultural do Rio de Janeiro, Gomes (1993) considera esse meio o mundo pequeno da intelectualidade. Segundo a autora, os intelectuais cariocas apresentavam-se com uma tradição, ou seja, tais intelectuais apresentavam em suas obras e ideias elementos que os caracterizavam como modernistas. Ademais, Gomes (1993) utiliza o conceito de produtores de bens simbólicos, ligados ou não diretamente à política, para definir estes homens de letras que se centravam em torno de três eixos de encontros intelectuais, a ABL, a rua do Ouvidor e sob Dom Sebastião Leme. É neste sentido que Gomes entende a noção de sociabilidade ao tratar dos intelectuais como grupo (GOMES 1993).

Assim, Gomes (1993) analisa, também, as instituições, as redes e as estruturas que organizam essa sociabilidade do grupo e da geração, e ressalta como esse meio de relações sobrepassa o modernismo. Por consequência, é com essas redes de sociabilidades entre os intelectuais de uma geração, neste caso a geração ativa nos anos de 1920 e 1930, que as ideias modernistas circulam, se deslocam e se modificam. É seguindo esta afirmação de Gomes (1993) em torno do modernismo se modificando e se deslocando que entendemos como as ideias modernistas e os ideais conservadores se interligaram dentro de um grupo de intelectuais, desenvolvendo o que entendemos como a tradição modernista-conservadora.

Tatyana de Amaral Maia (2012), ao estudar o Conselho Federal de Cultura, considera que os intelectuais envolvidos em sua construção faziam parte deste grupo de tradição modernista-conservadora. A autora destaca como o nacionalismo é central nos projetos destes intelectuais e como essa tradição se manteve entre a elite intelectual brasileira após o fim do Estado Novo.

Maia (2012) afirma que

É possível observarmos, no movimento modernista ou no regionalista, a presença de intelectuais profundamente associados ao nacionalismo, cuja visão otimista do país prevalece em seus ensaios. Cabe lembrar que os intelectuais do CFC atuantes no movimento modernista pertenceram ao grupo paulista Verde-Amarelo e ao grupo carioca organizado em torno de *Festa* (MAIA, 2012, p. 133).

Verificamos, então, que esta tradição é uma de longa duração na intelectualidade brasileira, e como o nacionalismo e o otimismo se mantêm centrais para esta tradição ao longo do tempo. De acordo com Maia (2012), os grupos intelectuais de 1930 procuraram definir os elementos que consideravam como as causas do atraso de nossa sociedade e, com a Semana de Arte Moderna, surgiram as diversas interpretações sobre nossa cultura. Desta maneira, na busca pelo ser civilizado e moderno os intelectuais se investiram na missão de consolidar o Estado-nação através das representações que construísssem uma identidade e um sentimento de pertencimento, buscando constituir uma consciência nacional (MAIA 2012).

Ao associarem nação, modernidade e cultura os intelectuais modernistas introduziram a “função política da cultura” à sua missão, afirma Maia (2012). Assim, a cultura, que deveria ser apresentada apenas por aqueles que tinham a capacidade de interpretá-la e transmiti-la, passa a ser a base para a organização da nação e para a construção da identidade nacional. Maia (2012) diz que, para esses intelectuais, essa tarefa dependia “de um esforço de incursão ao passado associado à noção de patrimônio brasileiro”. Sendo assim, temos os intelectuais que iniciaram seus trabalhos no modernismo empenhados na construção da nação e da identidade nacional através de um passado selecionado, criando, portanto, o discurso de um passado otimista que iria construir a grande nação civilizada e moderna que seria o futuro do país.

Segundo Lafetá (2000), os anos 1930 trouxeram uma politização que modificou as ideias iniciais do modernismo. A partir desta década, o modernismo não buscava mais “ajustar o quadro cultural do país a uma realidade mais moderna”, mas sim “reformular ou revolucionar essa realidade” (LAFETÁ, 2000, p. 30). Neste momento, como afirma o autor, existe uma mudança de objetivo nos ideais modernistas. Com o conservadorismo e o tradicionalismo se ligando ao modernismo a ênfase passa a ser a concretização da nação através do seu passado nacional.

Como já mencionamos, Moraes (1978) diz que enquanto o início do projeto modernista se dedicou a renovar a cultura e combater o passadismo, o “Manifesto Pau-Brasil” inaugurou uma nova a ênfase do Modernismo, a de construir uma cultura produzida em solo

nacional e, também, a de recuperar os elementos culturais brasileiros, de recuperar a história culta do “Brasil brasileiro”.

Então, pensamos que uma nova fase se abre para o conservadorismo dentro do movimento Modernista, o de desenvolver uma cultura baseada nas tradições para que o país possa se tornar uma verdadeira nação moderna. Para Moraes (1978), a vertente da história e cultura brasileira que o modernismo passa valorizar é a que traz à tona nossos antepassados populares. Assim, ao invés do repúdio ao passado o modernismo passa a compreender que para se tornar moderno é necessário passar pelo nacional e, conseqüentemente, repudiar o que é importado e o “culto ao estrangeiro”. Por conseguinte, o modernismo não estava mais negando o passado, porém, é necessário destacar que aqui falamos da busca por um passado determinado, o passado nacional. Isto que Moraes chama de “surto da brasilidade”.

Neste segundo momento do modernismo, temos, então, como diz Maia (2012) a tradição sendo considerada um valor da modernidade. O debate intelectual que passa a ser a construção da nação moderna se dedica a definir as raízes culturais nacionais e a autêntica cultura brasileira. Como consequência desse nacionalismo temos a tradição sendo incorporada ao modernismo, e o passado como fundamento para a identidade e futuro da nação. Como afirma Maia (2012) apresentam-se o patrimônio e a identidade como fundamentais nesses novos “valores modernos de nacionalidade”. Essa missão de conscientizar o povo brasileiro sobre sua nacionalidade e o futuro do país, que abriu o espaço para a inserção da política no meio intelectual e cultural, e vice-versa.

Ademais, a autora acredita que a questão da brasilidade, o espírito nacional e a consciência cívica, eixos construídos pelos intelectuais ao longo das décadas de 1920 a 1960, façam parte de um mesmo processo de “construir representações geradoras do sentimento de pertencimento a uma mesma nação” (MAIA, 2012, p. 148). A memória oficial que construiria uma identidade por meio dos elementos de origem em comum entre povo brasileiro deveria demonstrar a cordialidade e a unidade nacional. Logo, a missão dos intelectuais se tornava a de difundir os símbolos e representações que fundamentassem essa memória coletiva e a de produzir discursos que incorporassem os elementos essenciais para o sentimento de pertencimento e, como resultado, enquadrassem a memória coletiva e construíssem uma memória nacional comum.

Temos, desse modo, a escolha de elementos culturais, os patrimônios, a interpretação otimista da conquista territorial, a língua, a literatura e a história para forjar a nação e sua identidade por meio da construção de uma memória nacional e patriótica. Desta maneira, o pensamento conservador, que se encontrava em certos grupos modernistas que introduziram o

nacionalismo no debate intelectual, elaborou dentro do modernismo um processo de recuperação e valorização do passado e das tradições nacionais nessa construção da memória nacional. No pensamento conservador temos essa valorização da tradição na busca pela manutenção da ordem e da harmonia, conseqüentemente, temos “a construção da memória oficial relacionada aos grandes atos heroicos e aos momentos supostamente vitoriosos da nação” (MAIA, 2012, p. 152).

3 PEDRO CALMON E A REVISTA “O CRUZEIRO”

3.1 PEDRO CALMON, HISTORIADOR E INTELLECTUAL BRASILEIRO

Para entendermos melhor a escrita de um autor, ou o discurso utilizado por este, é importante analisarmos e compreendermos a trajetória pessoal e profissional desta pessoa, e sendo o nosso objetivo neste estudo trabalhar as crônicas escritas por Pedro Calmon na década de 1960 para uma revista de alta circulação, se torna essencial conhecermos melhor o autor por trás das crônicas. Portanto, gostaríamos de apresentar um pouco o Pedro Calmon, um historiador e intelectual brasileiro que se tornou um acadêmico de renome dentro da intelectualidade brasileira do século XX. Pedro Calmon Muniz de Bittencourt é proveniente de uma família tradicional da Bahia, nasceu em 1902 e faleceu em 1985. Iniciou o curso em Direito na Faculdade da Bahia e concluiu seu diploma na Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

De acordo com Arno Wheling (2011), “a vida intelectual de Pedro Calmon esteve intimamente ligada às suas múltiplas atividades profissionais e culturais, como professor, dirigente universitário, como membro proeminente de instituições culturais e mesmo político”. Calmon, além de se dedicar à pesquisa histórica e ao ensino dentro de instituições acadêmicas e intelectuais, inclusive se destacando dentro das principais instituições no Brasil, esteve presente também no campo da política. Porém, Wheling (2011) ressalta que acima de tudo Calmon se dedicou com destaque à área da educação, diz o autor que Calmon “foi sobretudo um professor e administrador universitário.

Podemos perceber que, como argumenta Nayara Galeno do Vale (2017), “a trajetória de Pedro Calmon é muito diversificada e sua obra é vasta”. Calmon publicou diversas obras, começando na área da ficção, e em seguida se dedicando a fundo ao campo jurídico e, principalmente, às obras de História, onde se destacou. Suas grandes obras de síntese da História do Brasil, como destaca Wheling (2013), foi o que lhe trouxe maior reconhecimento. Calmon publicou sínteses de fôlego sobre a História do país como “História da civilização brasileira”, obras de importância por ter sido uma pioneira sobre a evolução do Brasil, “História da Bahia”, “História social do Brasil”, “História do Brasil na poesia do povo”, e “História do Brasil”, a qual contém sete volumes (WHELING, 2013).

Calmon nasceu na Bahia, na cidade de Amargosa, em 1902. Descendente de franceses e de uma família pertencente à aristocracia baiana e mineira que possuía ligações com a administração do Império do Brasil. Em 1922 se mudou para o Rio de Janeiro,

onde em 1931 se tornou sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1932 deu início a sua carreira no Museu Histórico Nacional e em 1936 ingressou na Academia Brasileira de Letras (VALE, 2012). Tendo iniciado seus estudos na Bahia, Calmon seguiu para o Rio de Janeiro em busca de uma retomada do prestígio que sua família um dia possuiu.

Sua família, segundo Vale (2012), apesar de ter um sobrenome de prestígio e ter um passado bem-conceituado entre a elite brasileira, estava naquele momento, financeiramente falida. Economicamente, a família de Pedro Calmon não se encontrava mais na elite brasileira ou baiana. Assim, talvez aproveitando o reconhecimento do nome, e o fato de ainda possuir familiares célebre, Calmon se dirigiu para o Rio de Janeiro, sob a proteção de seu padrinho e primo Miguel Calmon, figura influente no período. Consequentemente, como afirma a autora, desde jovem observamos que o autor, membro de uma família economicamente decadente, busca se inserir em instituições de reconhecimento da elite intelectual brasileira.

Esse destaque dentro da academia e na educação escolar e universitária que torna tão interessante sua jornada na sociedade brasileira como um intelectual também envolvido nos principais institutos acadêmicos do país e até na política. O que, para esta pesquisa, chama mais atenção é o fato de uma figura intelectual de tanto prestígio no meio acadêmico se dedicar a escrever para uma revista de alta disseminação popular como “O Cruzeiro”. Para nós, se torna ainda mais significativa a posição de destaque que Calmon colocava sua função de professor e educador. A importância que o intelectual dá para o ensino da História do Brasil para os brasileiros é considerável quando pesquisamos a vida de Calmon, assim, se torna relevante compreender como um acadêmico de prestígio realiza esse movimento de saída da academia para buscar se estabelecer como “Professor da Nação” e ensinar o grande público sobre a história do país de um ponto de vista otimista.

No mundo da política, Calmon foi secretário de seu tio, Miguel Calmon enquanto este foi Ministro da Agricultura durante o governo de Arthur Bernardes. Pedro Calmon foi Deputado Federal pela Bahia, ocupou o Ministério da Educação nos anos de 1950 a 1951 e foi vice- presidente do Conselho Federal de Cultura (CFC) entre 1966 e 1968. Vemos, assim, que Calmon também esteve presente dentro da política de diversas maneiras e, de forma ou outra, relacionando sua posição com a cultura e educação no país. Mesmo se envolvendo no cenário político notamos que, de uma maneira ou outra, dentro do mundo intelectual e acadêmico sua atuação foi de muita visibilidade e relevância.

Calmon, então deu início ao seu curso jurídico na Bahia e foi, então, para o Rio de Janeiro, onde finalizou seu diploma na UB (atual UFRJ), momento em que ingressou em uma carreira de destaque acadêmico, principalmente dentro da escrita da História do Brasil. No Rio

de Janeiro, iniciou sua atuação dentro Museu Histórico Nacional (MHN), “onde criou e ocupou a cadeira de História da Civilização Brasileira” (IHGB, Perfil Pedro Calmon), passou a se dedicar também ao magistério e a escrita de obras sobre a história do país, e “foi considerado um dos melhores historiadores do Brasil em 1935” (IHGB, Perfil Pedro Calmon).

Em 1925, Calmon foi nomeado para ser o terceiro oficial do MHN, um museu que tinha como objetivo, além de conservar e divulgar o seu acervo de História do Brasil, o de educar sobre a História da nação. É interessante ressaltar que, como afirma Vale (2017), Gustavo Barroso, intelectual que inaugurou “Segredos e Revelações da História do Brasil”, foi um dos principais nomes do MHN, além de que o museu contava para o público uma história nacional ainda diretamente ligada aos portugueses. A intenção era a de manter a ligação entre nação e tradição, neste caso a tradição implementada pela coroa portuguesa no Brasil. Desta forma, a aquisição de peças para o acervo girava em torno da “concepção barroense” de História da Nação Brasileira, ou seja, relacionada aos heróis e eventos que iriam ensinar ao público sobre o orgulho e o amor pelo passado do país, que iriam ensinar a História Pátria (VALE, 2017).

Temos, portanto, desde 1925, Pedro Calmon e Gustavo Barroso trabalhando juntos na missão de educar o povo e ensinar a História do Brasil Nação. No MHN foram desenvolvidos diversos projetos pedagógicos durante a gestão de Barroso. Seguindo os passos de Barroso, Calmon apresentava ideias de que o futuro do país deveria partir do aprendizado sobre a sua História e suas tradições, logo, deveria ser ensinado o passado da nação a todos os brasileiros. Desta forma, o MHN podia pensar em um estudo da História a partir da sua materialidade e um estudo que tivesse um foco no âmbito social da civilização, constituindo, assim, uma instituição com projetos de educação nacional e patriótica para além das funções memorialísticas e patrimoniais.

Pedro Calmon ingressou no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) se tornando sócio efetivo em 1931, sendo presidente e grande presidente de 1968 a 1985. Calmon foi eleito membro da Academia Brasileira de Letras, foi professor de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, foi Reitor da Universidade do Brasil (UFRJ) e participou de diversos institutos nacionais no meio intelectual além de representar o Brasil internacionalmente em diversas ocasiões, sendo considerado um “grande amigo de Portugal” (IHGB, Perfil Pedro Calmon). É também interessante delinear, mesmo que superficialmente devido ao nosso objetivo ser outro neste estudo, as obras de História do Brasil escritas por Calmon, sua visão sobre a história e sua linha de pensamento quando comparada a outros intelectuais de seu meio.

Quando Calmon foi para o Rio de Janeiro, nos anos 1920, os bacharéis se destacavam no papel de pensar a sociedade e seu futuro. Vale (2017) menciona que a autora Gizlene Neder diferencia os intelectuais formados em Direito neste período entre bacharéis e juristas, sendo os primeiros seriam aqueles que possuem a formação e os segundos aqueles que conseguem se destacar e ganhar reconhecimento em nossa sociedade. Vale (2017) lembra, também, que a intelectualidade brasileira dos séculos XIX e XX foi constituída por esses homens formados em Direito que buscavam pensar o Brasil e seu futuro como nação. Sendo assim, a autora afirma como a formação de Calmon, tanto no Direito como Historiador, permitiu que ele se colocasse na posição que alcançou, uma posição de destaque na escrita da História do país, no compreender a sociedade e a cultura brasileira e ensinar aos seus leitores sobre esses assuntos através das representações (VALE, 2017).

Pedro Calmon, como já mencionamos, publicou muitas obras, de acordo com Vale (2018), foram em torno de 50 livros ao longo de sua vida, sendo em sua maioria na área da História. Para a autora, “a compreensão da inserção de Pedro Calmon no campo jurídico relaciona-se à sua participação no campo de produção intelectual brasileira e à elaboração de suas interpretações acerca da história do Brasil veiculadas por meio de sua produção editorial” (VALE, 2018, p. 29). Assim, vemos que o campo do Direito vem como uma área de conhecimento e reconhecimento para Calmon que se dedicou realmente a fundo à área da História, principalmente à História do Brasil.

Gueise de Novaes Bergamaschine (2018), ao estudar as biografias escritas por Calmon ressalta que o intelectual tem uma vasta obra de historiografia, com seus livros sendo reeditados e traduzidos frequentemente. Para a autora, as obras de Literatura e História de Calmon parecem ter se destacado entre seus pares. Ademais, as biografias escritas por Calmon alcançaram uma grande popularidade, refletindo também a popularidade do gênero durante o período em que as obras foram produzidas. Notamos que esta construção de uma vasta obra historiográfica e literária levou Calmon a de sobressair no meio acadêmico ainda jovem e a ingressar nos principais institutos intelectuais do país bastante cedo para o meio acadêmico e intelectual.

Em seu livro “Memórias”, Calmon se apresenta como vê a si mesmo, como o intelectual da elite, e busca mostrar-se como acredita ou gostaria que as pessoas o vissem, a partir de suas obras e participações dentro da sociedade brasileira. De acordo com Vale (2017, p. 25), “pode-se perceber que Pedro pretendia se representar como um ‘intelectual’ referendado não apenas por sua capacidade de fazer análises históricas, mas que tinha ele mesmo feito parte da história que testemunhara”. João Calmon, irmão mais novo de Pedro

Calmon, foi o editor e publicou *post mortem* a autobiografia “Memórias”, e segundo Vale (2017) João buscou mostrar para o leitor como Pedro “venceu por seus próprios méritos”. Porém, mesmo se apresentando como um intelectual que chegou ao seu status apenas por mérito, lembramos que Calmon é descendente de uma família conhecida dentro do cenário aristocrático e político do país.

De acordo com Vale (2017), Calmon aborda no primeiro capítulo de “Memórias” a sua descendência de linhagem nobre. Assim, a autora cita Sérgio Micelli que “denomina esses intelectuais de ‘primos pobres’ da oligarquia” e como “a formação jurídica era um caminho comum para os que almejavam um futuro como intelectuais produtores de conhecimento em diversos campos” (MICELLI apud VALE, 2017, p. 30). Calmon, um descendente de uma família reconhecida da elite brasileira, que estava em decadência financeira, como outros intelectuais do período, via no campo do Direito a possibilidade de se recolocarem em uma posição de evidência dentro da sociedade. Ademais, a mudança para o Rio de Janeiro abriu novas portas e possibilidades, permitindo que o intelectual alcance um prestígio maior dentro da elite intelectual.

A entrada de Calmon na ABL, em 1936, foi celebrada nos jornais do período. Calmon era já percebido como um intelectual do futuro e consagrado por seu mérito intelectual, além de ser reconhecido por suas origens nobres. Esse reconhecimento e prestígio adquiridos pelo intelectual ainda no início de sua carreira eram também importantes para recuperar o status de sua família que já não pertencia mais à elite brasileira. Por conseguinte, como um intelectual de prestígio e descendente da oligarquia baiana, Calmon se encaixava perfeitamente nos Institutos da elite intelectual brasileira que buscavam evidenciar a tradição e o passado a partir da “imagem de uma pátria ordeira e estável” (VALE, 2017, p. 61). Além do mais, se encaixava entre os que acreditavam que através do ensino de uma narrativa conservadora e cívica poderiam dar continuidade à evolução civilizadora iniciada pelos portugueses.

Jose Carlos Reis (2006) diz que Pedro Calmon pertencia à aristocracia dos estados da Bahia e Minas Gerais, seus antepassados eram da nobreza e sua família estava ligada à administração do país durante o Império e a República. Para Reis (2006), Calmon considerava o IHGB como a “casa da memória brasileira”, o que nos leva a perceber a importância de sua atuação no instituto. De acordo com Reis (2006), Calmon, como historiador, foi criticado por seu conservadorismo e elitismo, porém, por muitos intelectuais, como Gilberto Freyre, era considerado um excelente orador e mestre. Na área de História do Brasil desenvolveu dezenas de trabalhos, suas obras e colaborações em jornais são diversas. Segundo Reis, “Freyre via a

sua história mais descritiva, mais neutra, objetiva, descomprometida com ideologias” (REIS, 2006, n./p.).

Maia (2015) afirma que os intelectuais portugueses e brasileiros ajudaram a construir uma ideia de comunidade luso-brasileira ao longo do século XX. Ambos Estados, o Novo brasileiro e o Novo português, investiram no intercâmbio entre intelectuais e na promoção e difusão dos ideais conservadores e nacionalistas. Nos discursos que identificava o luso-tropical e a comunidade luso-brasileira se destaca a busca pela “elaboração de uma cultura histórica positiva entre Brasil e Portugal” (MAIA, 2015, p. 89). Nesta construção de uma significação positiva em torno da colonização e das tradições portuguesas deixadas pela ocupação que conseqüentemente, formaram um laço e uma civilização luso-brasileira, Maia (2015, p. 91) argumenta que “[...] Calmon também recorreu à interdisciplinaridade para compor os quadros sociais e culturais dessa civilização [única], ainda que mantivesse a hierarquia da ação criadora do homem português no processo civilizacional”.

De acordo com Mariele Araújo (2006), que analisa o discurso racista nas obras do autor, é interessante perceber como as reminiscências da família de Calmon, uma família que descendia da aristocracia, porém empobrecida, influenciaram a narrativa do futuro historiador. A autora diz que Dona Romana, mãe de Pedro Calmon, lembrava os tempos áureos da família e

As mesmas reminiscências ouviram-lhe os filhos. Essas narrativas e outras, sobre as origens nobres da família aristocrática e açucareira, de sobrenome presente os acontecimentos políticos dos séculos XVIII e XIX, possivelmente fizeram o despertar de Pedro Calmon para os temas da História do Brasil. Na infância, ao ouvir as memórias da corte lembradas por sua mãe saudosista, essas histórias deviam se agigantar na imaginação ingênua da criança que se tornaria o adulto historiador, biógrafo de D. Pedro II (ARAÚJO, 2006, p. 32).

Assim, percebemos que Calmon se identificava com a aristocracia e a elite brasileira saudosista dos tempos da corte e império. Sua narrativa se mostrava de acordo com os intelectuais do período que entendiam a nacionalidade e a construção da identidade brasileira como um movimento de civilização, “a partir de uma perspectiva eurocêntrica”, como afirma Araújo (2006). Calmon e os intelectuais de sua geração debatiam a salvação do país, e com isso buscavam a origem do povo brasileiro, para, então, definir seu caráter e identidade e traçar o seu futuro dentre os países desenvolvidos. Como resultado, temos o discurso do país mestiço, organizado por Portugal e, por isso, harmonioso. Notamos aqui a percepção da colonização como um acontecimento benéfico para o Brasil, e o império como uma forma de governo positiva para a civilização do povo brasileiro (ARAÚJO, 2006).

Reis (2007), ainda divide a obra de Calmon dedicada à História do Brasil em dois períodos, sendo um recorte o período dedicado à chegada dos portugueses até a chegada da família real, e outro recorte o período após 1808 em que Calmon se dedica a escrever sobre a família real. No segundo período recortado por Calmon, Reis (2006) afirma que o autor confunde Nação e Estado e acaba por reduzir o sentido de nação à Monarquia. Nesta “confusão” entre o que seria nação e o que seria Monarquia e Estado, o autor acaba muitas vezes considerando o êxito de um dependente da estabilidade e legitimidade do outro. É nessa linha de pensamento Estado/Nação que Calmon desenvolve sua História do Brasil, construindo, então, a memória da nação brasileira (REIS, 2006)

Calmon, como já mencionamos e como afirma Reis (2006), escreveu uma História de cunho ultraconservador. Reis (2006) busca descrever como compreende as obras do intelectual. Para o historiador, Calmon construiu uma história cultural do país, trabalhou os hábitos e costumes da sociedade colonial, além de seus valores, o que para Reis (2007) se aproxima de uma “abordagem histórico-antropológica”, similar à abordagem de Gilberto Freyre. Através deste modelo narrativo, o historiador descrevia a memória da nação e construía a identidade nacional, envolvendo a história da nação com a memória do Estado.

De acordo com Wheling (2011), Calmon via a história através do papel de educadora, e o papel do historiador o de garantir que as culturas sobrevivessem. Calmon acreditava que reconstruir a História deveria atender a três demandas centrais. A história deveria, primeiro, explicar a “contextualização moral das coletividades” através dos fatos investigados pelo historiador, segundo “ensinar as novas gerações”, e, por fim, “assegurar a permanência das culturas” (WHELING, 2011, p. 19). Assim, temos a responsabilidade do historiador de ensinar às novas gerações a identidade cultural do povo e da nação através do ensino de história (WHELING, 2011).

Segundo Reis (2006), Calmon apresentava a memória como uma verdade histórica, suas obras não eram objetivas, porém o historiador buscava apresentá-las como verdade objetiva e garantida pela ciência. Em suas obras de História, Calmon defendia uma determinada ideia de civilização, cultura e nação a partir de, de certa maneira, um julgamento pessoal do passado. Assim, ele “tornava ‘verdade’ uma memória, legitimava poderes com a documentação histórica, envolvia o historiador na defesa de uma ordem política tida como ‘verdadeira’, isto é, incontestável, indiscutível, que deveria permanecer inalterada estável” (REIS, 2006, n./p.). Assim, é importante destacar aqui como Calmon se detinha aos documentos como validação da História, e considera uma relação estreita e objetiva entre conhecimento histórico e ciência, memória, história da nação e da pátria e identidade.

Segundo Wheling (2011), Calmon percebia o compromisso com a verdade no conhecimento histórico. O autor coloca Calmon ao lado de outros historiadores que compreendem a ciência histórica e a memória como elemento da autoidentidade cultural. Portanto, História como ciência e como memória se confunde. Ademais, neste ponto de vista, a identidade cultural estava diretamente ligada a unidade nacional. Desta maneira, Wheling coloca Calmon na tradição hermenêutica da historiografia, junto com Varnhagen e Ranke, cujas raízes se encontram no historicismo alemão que rejeita a avaliação psicológica da investigação histórica e compreende que o processo de conhecimento histórico deve sempre trazer uma explicação final.

Este julgamento ou explicação que culmina de uma pesquisa histórica seria “garantida pela fidelidade documental e pela lógica do argumento” de acordo com Wheling (WHELING, 2011, p. 25). Nesta tradição hermenêutica historiográfica os sujeitos são o Estado e a nação, o instrumento são os documentos e a finalidade da investigação é um julgamento. Logo, a tradição hermenêutica tem seu foco na interpretação daquilo que está sendo estudado, neste caso identidade cultural, e seus sujeitos centrais são Estado e Nação. Isto posto, para Calmon a História teria três características centrais: “contribuir para a construção da nação”, “contribuir para a constrição do estado”, e valorizar o papel das ações militares (WHELING, 2011, p. 25).

Em nosso estudo percebemos Calmon como integrante do grupo intelectual modernista conservador. De acordo com Maia (2015) a corrente de pensamento modernista conservadora se desenvolveu nos anos de 1930 com os intelectuais que estudavam as relações entre política e cultura, se dedicando principalmente à questão da identidade nacional. Para essa corrente, a modernidade não seria o oposto de tradição, estes pensadores acreditavam que “os valores fundamentados na tradição são considerados parte integrante da modernidade” (MAIA, 2015, p. 94-95). Desta maneira é possível entender os escritos de Calmon, com suas representações simbólicas de nacionalidade através do passado, a partir da origem da nossa identidade brasileira.

Ao analisarmos essa relação entre Calmon, seus pensamentos em relação à história e seu ensino, a revista “O Cruzeiro”, e a seção “Segredos e Revelações da História do Brasil”, compreendemos a importância da conexão entre passado e futuro e as suas representações nos discursos que envolvem o nacionalismo, o patriotismo e o civismo dos intelectuais modernistas conservadores no período estudado.

Como afirma Maia (2015),

Será a partir da história, ou melhor, de uma concepção moderna do tempo histórico, onde o passado (campo de experiências) e o futuro (horizonte de expectativas) se encontram no presente que os intelectuais portugueses e brasileiros modernistas conservadores irão projetar suas leituras sobre a existência da comunidade luso-brasileira, apresentando-a inserida num projeto de modernidade alternativa (MAIA, 2015, p. 94).

Bem como outros intelectuais do período, o tema da nacionalidade e da formação da identidade brasileira nortearam a produção acadêmica de Calmon nas décadas de 1920 e 1930, como afirma Araújo (2008). As questões que envolviam o debate em torno na nação brasileira realizado por tais intelectuais buscavam soluções para os problemas do Brasil, na intenção de civilizar e desenvolver o país a partir de uma visão eurocêntrica (ARAÚJO, 2006). Além disso, Araújo (2006) destaca a busca pela origem do povo brasileiro nos discursos intelectuais do período, assim como no de Calmon, onde a identidade nacional estaria baseada na “união das três raças”, em uma colonização pacífica e num país mestiço harmonioso.

Desta forma, Araújo “apresenta o autor como sujeito histórico do seu tempo” (ARAÚJO, 2006, p. 14), com Portugal tendo um papel de destaque na formação nacional brasileira, e a colonização sendo considerada um evento positivo que uniu indígenas, africanos e europeus em um só povo. Para muitos dos historiadores membros do IHGB, considerado como central na memória da nação pelos intelectuais que produziam uma narrativa conservadora acerca da História, a história do país se iniciava a partir da civilização europeia, inicialmente com a colonização e a vinda da Coroa Portuguesa ao Brasil, e então com a Monarquia brasileira.

Para Araújo (2006), Calmon, bem como outros intelectuais de seu tempo, estudava a formação e construção da sociedade, da nacionalidade brasileira e suas características com uma perspectiva evolucionista. Para a autora, “Em busca dos ‘antecedentes’ e seus respectivos ‘consequentes’, Pedro Calmon, concebeu a sua visão sobre a construção da identidade nacional, advinda de um processo civilizatório que, na sua compreensão, foi miscigenado, e bastante ordenado pelos lusitanos” (ARAÚJO, 2006, p. 25). Deste modo, seu estudo em torno da identidade nacional foi altamente influenciado pelas ideias que o rodeavam dentro da elite intelectual branca brasileira (ARAÚJO, 2006).

Como já mencionado, as elites intelectuais consideravam o futuro da nação sua missão, e, como afirma Araújo, buscavam uma solidificação e integração da nação para o futuro do país.

Araújo (2006, p. 63) diz que a

Busca por uma autonomia nacional, e pelo reconhecimento de uma individualidade característica brasileira movimentou muitos intelectuais durante a Primeira República, e manteve presença nos anos 1930 sob óticas variadas. Explica-se o esforço do historiador, que ainda somou a adoção de uma cronologia própria, legando início à civilização brasileira no seu século I, ano da chegada dos portugueses às paragens sulamericanas, lugar que para Pedro Calmon, até então, “era um mundo bárbaro”, uma “terra verde e obre, povoada por um gentio que devorava o seu semelhante” (ARAÚJO 2006, p. 63).

Desta maneira, as ideias de Calmon se encontram inseridas em uma tradição de um certo pensamento sobre a construção da nação, civilização e identidade cultural brasileira. Um pensamento eurocêntrico e evolucionista a partir da chegada dos portugueses no território brasileiro.

Calmon é membro das oligarquias baianas, como afirma Araújo, e com suas obras, principalmente a partir de “História da Civilização Brasileira”, leva aos seus leitores a história com a intenção de conscientizar a pátria, através do orgulho. Assim, Calmon traz o enfoque de suas narrativas para a unidade da nação, a união das diferenças regionais em uma única nação. Araújo (2006) declara que Calmon apresenta a evolução da civilização brasileira como singular e autônoma, uma civilização que foi construída pelos próprios brasileiros. Então, com uma perspectiva romântica, utiliza a defesa do território como um amor pela terra, o senso patriótico e a irmandade para formar a identidade nacional que acolhe todo o povo brasileiro (ARAÚJO, 2006).

É importante, porém, lembrar que no pensamento de Calmon, e também de outros intelectuais da tradição conservadora, a figura do português é central. A união das raças só foi possível através da colonização portuguesa, que uniu todos no amor à terra que é o Brasil. Aqui temos a história pacífica e harmoniosa da nação brasileira. Segundo Araújo (2006), ao aceitar as influências que os outros grupos étnicos possuíam na formação da identidade nacional, Calmon compõe uma narrativa pacificadora sobre a nação e, com isso, acalma a “conquista da população pelas elites”. Logo, percebemos a construção da nação pela elite intelectual através da conquista pacífica de um território bárbaro e, a partir da colonização, características distintas unidas pelo amor à pátria, à terra brasileira.

3.2 “O CRUZEIRO”, MAIS UM ESPAÇO PARA CALMON

Ao tratar a relação entre o “mundo do texto” e o “mundo do leitor”, Chartier (1991) destaca que existe um conjunto de variações no espaço entre o texto e o leitor que envolve a disposição dos leitores e os dispositivos em que se apresentam os textos, e neste espaço

encontramos a história das práticas ligada à história das representações. Cruzam-se, então, as análises acerca de variadas disciplinas como “crítica textual, a história do livro, em todas as suas dimensões, [e] a história sociocultural” (CHARTIER, 1991, p. 179), além da análise que nos permite descrever o material que chega aos leitores. Consideramos, assim, a importância do espaço em que o texto se insere. Como afirma Chartier (1991), a leitura não é uma atividade abstrata, e o texto não existe separado da sua materialidade, não existe fora do local em que foi impresso e editado. Portanto, a significância de compreendermos a relação representação-texto-leitor com o espaço físico onde o texto está inserido.

Leticia Sabina Wermeier Krilow (2019) afirma que para se preparar um estudo de pesquisa histórica que tem como objeto ou fonte a imprensa é necessário ficar atento para alguns pontos para evitar uma simplificação do papel social deste meio de comunicação. A autora compila orientações extraídas de textos dos autores Luis Carlos dos Passos Martins, Maria Helena Capelato e Tania de Luca, para que se possa analisar um jornal com os devidos cuidados metodológicos exigidos para desenvolver uma pesquisa relevante (KRILOW, 2019). Assim, para este estudo destacamos alguns cuidados que consideramos importantes, e que utilizamos para nos aproximarmos da revista “O Cruzeiro”, sendo este o periódico de escolha de Calmon para colocar sua escrita fora dos trabalhos acadêmicos e pedagógicos.

Dos cuidados pontuados por Krilow (2019), notamos a necessidade de “localizar as publicações na história da imprensa”, pois o periódico não pode ser dissociado da história da imprensa devido à tecnologia que se encontra no momento da publicação e o impacto que isto tem na sociedade. Percebemos, também, que devemos “considerar o contexto histórico em que os impressos estão inseridos”, então, devemos analisar a conjuntura em que são publicados, o espaço e tempo da sociedade que está lendo o periódico. De igual importância é “identificar a linha editorial do jornal e/ou seu histórico de tomadas de posições passadas”, “identificar o(s) proprietário(s) do jornal”, pois devemos levar em conta que estes influenciam e interferem na edição do periódico; “estabelecer quais os vínculos ou compromissos externos” e “identificar o público preferencial do jornal”, pois tais questões irão impactar nas escolhas dos editores; e “caracterizar o material iconográfico presente” pela função que este material possa ter no periódico, como em “O Cruzeiro” que se destacou por sua *fotorreportagem* e ilustração.

De acordo com Vale (2017), Calmon já era jornalista antes de sua carreira como historiador se solidificar no meio acadêmico, no entanto, para a autora é possível perceber que o jornalismo e a cidade natal não demonstraram um alcance e posição de prestígio como o autor buscava, possivelmente, por isso a mudança para o Rio de Janeiro e a inserção na academia e intelectualidade através do Direito e da História.

Porém, em 1960, quando Calmon passa a escrever as crônicas para “O Cruzeiro”, se inserindo assim novamente no campo jornalístico, sua posição já é outra. Neste momento, Calmon já tem uma carreira e posição de destaque como intelectual e historiador e a seção e revista escolhidas para este movimento de saída da academia são também significantes de se analisar.

Vale (2017) nota, também, a importância de considerar o papel de outros fatores e personagens na escrita de um historiador. A autora afirma a relevância que os editores, intelectuais da instituição e até os leitores têm sobre uma narrativa publicada. Uma obra, para Vale (2017) não é individual e apenas do autor, existe uma comunicação, existem planos e conflitos que circulam em torno da escrita e do escritor, inclusive na publicação e na recepção desta obra. Por isso, também consideramos a significância de Calmon assumir uma coluna já existente em uma revista como “O Cruzeiro”. Ademais, segundo a autora, periódicos populares, como jornais e revistas eram veículos para escritas em geral que propagavam as ideias de seus escritores (VALE, 2017).

Para Aline Montenegro Magalhães e Claudia Barroso Roquette-Pinto Bojunga (2014), “O Cruzeiro” se mostrou como uma revista inovadora desde o seu início, e com sua publicação colorida, a revista logo se tornou “um veículo de integração nacional” (MAGALHÃES; BOJUNGA, 2014, p. 346). Para as autoras as edições eram direcionadas a partir da modernidade e do nacionalismo. Notamos que a revista buscava, a partir das representações, que seus leitores se identificassem com ela própria e com o Brasil novo, moderno e civilizado. Segundo Magalhães e Bojunga (2014), as páginas do periódico traziam a valorização do país com força e a seção “Segredos e Revelações da História do Brasil” trazia os símbolos nacionais que eram tão importantes para as representações da sociedade brasileira hegemônica tão prezada por aqueles por trás do magazine.

Para pensarmos o período de recorte do nosso estudo é importante destacar o momento político que o antecedeu e desenvolveu a intelectualidade brasileira como a conhecemos. Segundo Gomes (1997), o Estado Novo foi um período de destaque para a “construção intelectual da história do Brasil” (GOMES, 1997, p. 23). Este momento foi de bastante investimento na construção da nação e como ferramenta para a legitimidade do Estado, e marcou a construção de uma história que era desenvolvida e difundida por departamentos especializados em burocracia, o que acabou fazendo do período um marco também para a historiografia e intelectualidade brasileira.

Outro fator que marcou o período foi o desenvolvimento dos jornais e revistas como os novos espaços de destaque para a intelectualidade. Para Gomes, estes espaços eram os novos salões que permitiam a esses homens das letras, normalmente ‘presos’ em suas cátedras, abranger seu público leitor e admirador e, também bem importante, aumentar a sua renda de forma significativa.

Desta forma, a intelectualidade que estava divulgando a história do Brasil-nação, e as tradições brasileiras compatíveis com as ideias do Estado, nos campos jornalísticos se tornada ideal para atingir um número maior de pessoas, não se restringindo a educação ou academia que delimitava o público aos estudantes e colegas intelectuais e atingindo o público geral de interesse do Estado. Temos, então, um acordo favorável a setores dominantes envolvidos neste combo. Os intelectuais que desejam ao sair dos seus espaços acadêmicos para atingir um maior reconhecimento social se favorecem e o Estado Novo tem seus apoiadores trabalhando para auxiliar a sua legitimação junto à população em um local de amplo acesso como os jornais e revistas.

Ainda para Gomes (1997), os jornais eram a porta de entrada para uma questão cara aos intelectuais, um espaço onde poderia alcançar um maior público para a formação de opinião pública. A autora afirma que

Atuar em jornais e participar de núcleos menores e mais seletos, como os das revistas, era fundamental, não só porque fazia parte de qualquer estratégia de ascensão intelectual (o que não ocorria sem suportes político-sociais), mas também porque os periódicos eram a base da circulação de ideias da época. Aliás, a luta de ideias, que integra a dinâmica de um campo intelectual, até a virada do século assumiu uma forma explícita e contundente, que recorria ao jornal como *locus* de manifestação e amplificação (GOMES, 1997, p. 46-47).

Ao pensarmos uma fonte jornalística que envolve diversas pessoas em sua construção, edição, publicação e distribuição, notamos a relevância de contextualizarmos, bem como Marlise Meyrer (2007) afirma, quem estava por trás da revista como empresa, as ideias e ideologias que o seu proprietário buscava comunicar com esse veículo e, conseqüentemente, quem se alinhava aos mesmos ideais e compunham o quadro de jornalistas e escritores de seu editorial. Segundo Meyrer, a imprensa brasileira passou por muitas transformações no início do século XX e nos anos 1950, e com os investimentos das empresas em novas tecnologias, seu desenvolvimento se consolidou.

Os meios de comunicação de massa, como rádio, imprensa e televisão, nesse período de desenvolvimento tecnológico e urbanização se aperfeiçoaram rapidamente. A imprensa, principalmente, com o desenvolvimento da década de 1940, se consolida nos anos 1950.

Segundo Meyrer (2007, p. 14),

[...] o jornalismo teve que se adaptar às novas aspirações da população e do mercado. O crescente dinamismo da sociedade levava à necessidade de informações rápidas e facilmente dirigíveis, e o aumento da concorrência estimulava inovações no setor. Assim, as empresas jornalísticas transformaram-se em grandes empreendimentos comerciais detentores de poder econômico, introduzindo inovações técnicas, gráficas e editoriais (MEYRER, 2007, p. 14).

Além do forte poder econômico que os principais editoriais da grande imprensa brasileira possuíam, eles também obtiveram, com esse crescimento, um grande poder de formação da opinião pública. Os meios de comunicação em massa, segundo Meyrer (2007, p. 17) “são os principais mediadores das representações sociais no mundo contemporâneo”, desta forma, a grande imprensa já tem um espaço de privilégio quando abordamos análises acerca dos bens simbólicos, representações do real e mediação cultural. Por conseguinte, devemos considerar aqui também a importância que a revista possuía na sociedade brasileira. Assim, “O Cruzeiro”, por ser pioneira em seu desenvolvimento gráfico e suas fotorreportagens, em sua alta tiragem e distribuição nacional se tornou um veículo de grande importância no âmbito jornalístico do país.

Nesse momento, a imprensa presencia também a transformação do jornalismo para o âmbito empresarial, com novos profissionais treinados e novas técnicas de edição. O fotojornalismo da “O Cruzeiro” é um exemplo deste desenvolvimento pelo qual a imprensa brasileira estava passando, o que também levou a revista a se destacar como um dos principais editoriais do país no período. Assim, com o fotojornalismo, a revista “O Cruzeiro” se destacou neste período competitivo dos meios de comunicação em massa e se tornou um dos veículos jornalísticos mais importantes no país.

Em sua Tese intitulada “Representações do desenvolvimento nas fotorreportagens da Revista O Cruzeiro (1955-1957)”, Marlise Meyrer perfaz uma análise das representações que estavam sendo difundidas pela revista no período, tratando as fotorreportagens como uma “tradução para um público mais amplo dos discursos que estavam ocorrendo nas esferas oficiais” (MEYRER, 2007, p. 13) – ou seja, um discurso que fazia parte das ideias e crenças daqueles envolvidos na edição e manutenção da revista, em sua maioria membros das classes mais altas e da elite intelectual da sociedade brasileira. Como afirma Meyrer (2007), tal discurso era um projeto para civilizar e construir a nação, promovido por uma parte da elite que defendia “um liberalismo excludente e conservador”, e desta forma utilizado na revista para formar opiniões acordantes em seu público leitor.

Meyrer (2007) nota que o período entre 1950 e 1957 foi o de maior tiragem da revista. Segundo a autora, seu estudo que tem o foco nas fotorreportagens neste período da revista se demonstra significativa pela “importância que a revista atingiu na época, por seu pioneirismo, sua tiragem, distribuição nacional, sua importância no campo jornalístico, abordando temas nacionais e internacionais” (MEYRER, 2007, p. 15). Ademais, a autora ressalta como a revista é uma fonte importante para os estudos sobre a sociedade brasileira por suas representações do real, sua posição de privilégio tanto no meio jornalístico quanto como influência cultural, e sua posição de poder dentro da sociedade através dos personagens envolvidos em sua edição e publicação.

A revista “O Cruzeiro”, fundada em 1928, se encontra em um período em que os meios de comunicação no Brasil estão começando a se modernizar e desenvolver tecnologicamente. A revista era considerada o “carro-chefe” dos Diários Associados de Assis Chateaubriand, sendo a primeira do seu gênero a ser distribuída nacionalmente e, conseqüentemente, foi “porta-voz de um discurso modernizante”. A estratégia de propaganda para seu lançamento foi revolucionária ao jogar panfletos do alto dos prédios no Rio de Janeiro anunciando seu lançamento. E, em sua inauguração é possível perceber que a revista já se apresenta com um caráter modernizador e inovador. Seu primeiro número, impresso em papel de alta qualidade para o período com uma impressão superior em qualidade gráfica, cores e nitidez, circulou nas principais cidades do país e nas capitais da Argentina e Uruguai (MEYRER, 2007).

Na década de 1930, com a evolução tecnológica de outros editoriais alcançando a qualidade da revista, sua tiragem se manteve modesta, como afirma Meyrer (2007). Nos anos 1940, o fotojornalismo, inspirado em modelos estadunidenses, trouxe uma nova proposta para a imprensa brasileira. Meyrer (2017, p. 32) afirma que “o grande diferencial foi a utilização da fotografia, não mais como mera ilustração, mas como construtora de um discurso visual sobre os acontecimentos”. Essa inovação trouxe sucesso nos anos 1940 e 1950, com a revista atingindo sua “fase áurea” neste período (MEYRER, 2007).

Para Meyrer (2007), a revista “O Cruzeiro” se encontrava em uma posição privilegiada no campo jornalístico, sendo assim, em uma posição de destaque e privilégio em outros espaços também. É por essa situação que a revista abre espaço para outras figuras da sociedade, como políticos e empresários, e com isso cria uma rede que prevê trocas, em que o espaço proporcionado para certas pessoas traz além do retorno financeiro para o editorial e para o Grupos Associados, traz também um retorno pessoal, como privilégio e prestígio em meios específicos. Desta forma, uma certa visão de mundo, a partir de um interesse pessoal

dos proprietários e contribuidores, é selecionada para ser representada em suas páginas. Como já mencionado, “O Cruzeiro” era parte do grupo Diários Associados de Assis de Chateaubriand.

De acordo com Meyrer (2007, p. 18),

Chateaubriand posicionava-se quase sempre ao lado do poder, seja ele privado ou estatal. Através de uma rede de favores, intrigas e chantagem, ameaçando colocar seus veículos a favor ou contra determinado grupo, empresa ou indivíduo público ou privado, ele obtinha uma série de privilégios que soube usar em seu benefício. Participou ativamente das discussões nacionais, tanto na imprensa quando na tribuna, durante seus dois mandatos de Senador (MEYRER, 2007, p. 18).

Ainda, para a autora, a posição de Chateaubriand pode ser considerada como pertencente à porção conservadora e liberal da elite brasileira. O que nos leva a compreender melhor o discurso da revista e de jornalistas e intelectuais participantes, como Calmon.

A revista trazia uma gama variada de temáticas, contos, seções, colunas e humor, tendo como colaboradores diversos nomes de prestígio do meio jornalístico e intelectual do país. Além do conteúdo informativo e de entretenimento, a revista contava com um alto índice de publicidade em suas páginas. Para Meyrer, a revista era direcionada, e consumida, pelas classes alta e média da sociedade brasileira, e nos anos 1950 foi o principal veículo de informação no país que apresentava aos seus leitores uma imagem da nação. Importante destacar que esta imagem de nação ia de acordo com o pensamento modernista-conservador que abordamos neste estudo, conforme percebemos ser a linha de pensamento do proprietário e da maioria dos colaboradores da revista.

Na década de 1950, de acordo com Meyrer (2007), certos segmentos da sociedade como a elite política, econômica e intelectual brasileira, consideravam o Brasil um país em desenvolvimento. Mesmo com a crise esses grupos abordavam em seus debates o desenvolvimento nacional, e no final dos anos 1950, incorporam em seus discursos ideais desenvolvimentistas com o intuito de que as mudanças levassem o Brasil a ser o país do futuro como imaginado. Para a autora, este discurso atingiu grande aceitação nacional graças aos meios de comunicação de massa, que já vinham evoluindo tecnologicamente nos anos 1940.

É importante compreender também, que as representações para serem construídas de maneira que impõem determinada visão de mundo dependem também de uma relação específica entre aqueles que estão construindo a representação e aqueles que estão absorvendo este símbolo como real e verdadeiro. Seguindo Meyrer, que se utiliza de Bourdieu para abordar esse tema, aqui também compreendemos que esta relação envolve o reconhecimento e poder daqueles que estão interpretando e mediando símbolos de maneira a difundir a sua visão de

mundo em locais de prestígio como na revista “O Cruzeiro”. Esses mediadores, como Calmon, exercem sua posição de poder que legitima suas narrativas, também quando consideramos que estes mediadores se encontram no campo jornalístico, campo que por si só já possui uma relação de influência sobre seus leitores.

Para pensarmos como uma representação que é construída e disseminada em locais específicos na intenção de criar uma ideia no imaginário social, recorremos novamente a Chartier (1991) para compreendermos a relação entre a representação, símbolo e texto que será difundido. Para o autor, a relação de representação é “entendida como relação entre uma imagem presente e um objeto ausente, uma valendo pelo outro porque lhe é homóloga”. Esta relação está também ligada à teoria do signo, ou seja, a caracterização de um símbolo oposição a outros.

Ao trazer o exemplo do Antigo Regime, o autor percebe a conexão entre representação e imaginação, e como a representação pode ser uma estratégia bastante forte na “máquina de fabricar respeito e submissão. Consequentemente, ao estudarmos os intelectuais como mediadores, suas ideias transmitidas nas revistas, compreendemos a força que uma representação possui em construir determinadas ideias e pensamentos no imaginário social.

Segundo Sandra Pesavento (2013) existe uma relação entre ausente e presente quando falamos no conceito de representação, para a autora “representar é, pois, fundamentalmente, estar no lugar de, é presentificação de um ausente” (PESAVENTO, 2013, n./p.). Uma forma de compreender representação é uma imagem que traz a pessoa que visualiza certas ideias, remete a um pensamento que não está presente fisicamente na imagem. Compreendendo este conceito, compreendemos a força que exerce no imaginário social.

Para Pesavento (2013, n./p.), as representações construídas,

São matrizes geradoras de condutas e práticas sociais, dotadas de força integradora e coesiva, bem como explicativa do real. Indivíduos e grupos dão sentido ao mundo por meio das representações que constroem sobre a realidade. [...] A representação envolve processos de percepção, identificação, reconhecimento, classificação, legitimação e exclusão. Há um tipo de representação por substituição ou delegação de personagens, poderes e atributos, como, por exemplo, no caso de alguém que representa uma autoridade, na ausência desta, e que passa a desempenhar um papel substitutivo, agindo em seu nome. [...] A força da representação se dá pela sua capacidade de mobilização e de produzir reconhecimento e legitimidade social. As representações se inserem em regimes de verossimilhança e de credibilidade, e não de veracidade (PESAVENTO, 2013, n./p.).

Meyrer (2010) afirma que é possível perceber com a leitura de “O Cruzeiro” como a revista reforçou e construiu a ideia de desenvolvimento da sociedade brasileira em diversos setores, como o setor econômico e o cultural. Para a autora, as representações nas fotorreportagens traziam representações que afirmavam a cultura nacional moderna e o que deveriam ser compreendidos como modelos de comportamento civilizado. Assim, a revista buscava levar aos leitores o que construía como modelo real do mundo a partir de uma visão determinada a qual seria o ideal a ser seguido. Meyrer (2010) percebe como tais representações exprimem e impõem a visão de mundo de um grupo que é composto pelas camadas média e alta da sociedade, isto é, seu público leitor. Ademais, a revista como um todo, quando analisada a partir das representações evidenciadas nas fotorreportagens, traz um conjunto de significados que remetem à modernidade e ao desenvolvimento do país no período.

Gerson Fraga (2020) ao estudar a autoimagem do brasileiro nos textos de Rachel de Queiroz publicados na revista “O Cruzeiro” entre 1948 e 1950, afirma que a imprensa brasileira se demonstrou como um reflexo das condições do período em termos de desenvolvimento e modernidade. Naquele momento, o Brasil era visto como um país em desenvolvimento, e seus intelectuais disseminavam as ideias de desenvolvimentismo na grande imprensa.

Consequentemente, Fraga (2020) compreende que existia uma dicotomia moderno-tradicional nas páginas das revistas e jornais do período. Para o autor,

As principais imprensas jornalísticas pautavam-se pela busca de padrões modernos de produção, criando sensações para um público ávido pela modernidade, muito embora as contradições do desenvolvimento interno do país lhe servissem constantemente como mote para matérias das mais diversas naturezas” (FRAGA, 2020, p. 38).

Para compreendermos o poder das representações neste espaço significativo da revista “O Cruzeiro”, buscamos entender essa relação de sistemas simbólicos, poder e representação utilizando Bourdieu (1989). Para o autor, o poder simbólico e invisível só existe através de uma cumplicidade daqueles que detêm o poder e daqueles que estão sujeitos a esse poder. Para Bourdieu (1989), seguindo a tradição neokantiana e questões levantadas por Marx, as “formas simbólicas”, isto é, elementos como a língua, a arte, a ciência, etc., o aspecto ativo do conhecimento e os diferentes instrumentos do conhecimento e da construção de um mundo se dão através desses objetos.

Desta maneira, para Bourdieu (1989, p. 9) o poder simbólico é o poder de construir uma realidade que estabelece uma ordem de conhecimento. Para o autor,

Os símbolos são os instrumentos por excelência da “integração social” enquanto instrumentos de conhecimento e de comunicação, eles tornam possível o *consensus* acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social: a integração “lógica” é a condição da integração “moral” (BOURDIEU, 1989, p. 10).

Ou seja, esta relação e funcionamento dos símbolos explica como as produções simbólicas seguem um interesse, de acordo com a tradição marxista, um interesse da classe dominante. A tradição marxista, ainda, entende que as ideologias servem os interesses de determinados grupos, mas são apresentados como um interesse universal de toda a sociedade. Assim, utilizando-se desse poder, “a cultura dominante contribui para a integração real da classe dominante”, enquanto cria uma “integração fictícia da sociedade no seu conjunto” (BOURDIEU, 1989, p. 10).

Ademais, para Bourdieu (1989), os sistemas simbólicos são instrumentos para a imposição ou legitimação da classe dominante, e isso é possível pela relação de força na comunicação. Assim, as relações de comunicação são sempre relações de poder, um poder que parte dos agentes, ou instituições, que acumulam o poder simbólico sobre aqueles que estão sujeitos a este poder. Essa se torna uma luta simbólica entre as classes pela definição do mundo social de acordo com seus interesses.

Logo, o poder de construir algo, de fazer o outro acreditar de forma a mudar a sua visão de mundo é o que Bourdieu considera o poder simbólico. Para o autor, este poder simbólico é “quase mágico”, pois permite o mesmo resultado de um poder alcançado pela força e violência. Assim, o autor afirma que “o que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, poder de manter a ordem ou de a subverter, é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia” (BOURDIEU, 1989, p. 15). Neste ponto que compreendemos a posição de poder das representações construídas por Calmon em suas crônicas, e como elas eram utilizadas, intencionalmente ou não, para construir uma ideia no imaginário social dos leitores.

3.2.1 Segredos e revelações da História do Brasil

A seção “Segredos e Revelações da História do Brasil” foi inaugurada no dia 7 de agosto de 1948 na revista “O Cruzeiro” por Gustavo Barroso, um intelectual brasileiro que como Calmon foi membro da Academia Brasileira de Letras (ABL) e atuou no Museu Histórico Nacional (MHN). De acordo Magalhães e Bojunga (2014), o período em que se inicia a seção foi também um período “áureo” da revista, quando passou a ilustrar ricamente suas matérias e quando essas ilustrações passaram a ser a marca da revista. A nova estratégia editorial da revista, que já era popular no país, aumentou significativamente suas vendas e se tornou uma das revistas de maior tiragem.

A seção “Segredos e Revelações da História do Brasil” foi inaugurada em 1948 por Gustavo Barroso. Segundo Magalhães e Bojunga (2014), a revista buscava trazer o futuro-presente do Brasil entre as nações civilizadas e desenvolvidas, enquanto Barroso buscava destacar o passado civilizado do país e atrair o público, chamar atenção ao patriotismo e o orgulho pelo vínculo que se possuía com a Europa, principalmente com Portugal. Assim, como afirmam as autoras, “Gustavo Barroso afinava-se com o projeto editorial da revista ao apresentar uma história pátria que carregava nas tintas da exaltação nacional e procurava constantemente inserir o Brasil no rol das nações civilizadas”. A revista assim como o país era moderna (MAGALHÃES; BOJUNGA, 2014, p. 347-348).

Gustavo Barroso nasceu em Fortaleza em 1888, ingressou na Faculdade de Direito de Fortaleza em 1907 e fundou e colaborou com alguns diferentes jornais durante o seu tempo na universidade. Em 1910, se mudou para o Rio de Janeiro onde terminou o seu bacharelado em Direito. No Rio de Janeiro, publicou o seu primeiro livro, foi redator e se filiou ao Partido Republicano Federal. Barroso foi editor da revista *Fon-Fon*, e como Pedro Calmon, membro da ABL, e além de se dedicar ao meio literário e intelectual, também, atuou no campo político como deputado (FGV, Verbetes). Assim, é interessante perceber as similaridades entre as trajetórias intelectuais dos dois autores, a relação entre os dois e também as linhas de pensamento que seguiam, como um dos motivos para Calmon assumir a seção após o falecimento de Barroso.

O Museu Histórico Nacional foi inaugurado em 1922. Em 1925, Calmon foi aprovado e iniciava sua jornada no museu que era dirigido por Gustavo Barroso e, segundo Vale (2012, p. 9) tinha a intenção de manter a tradição brasileira viva, para que pudesse orientar a nação em seu caminho de modernidade. Desde cedo, vemos que Calmon buscava se inserir nos principais institutos do meio intelectual da elite brasileira, e com isso percebemos

que um vínculo foi criado com Gustavo Barroso que já era uma figura de reconhecimento entre a intelectualidade conservadora do período. Aliás, em 1936, ao ingressar na Academia Brasileira de Letras, Calmon é recebido por um discurso, parte importante na cerimônia de iniciação no instituto, realizado por Barroso. Para o intelectual, como afirma Vale (2012, p. 30), “Calmon interpretava a história brasileira de um ponto de vista cristão, enfatizando a força da religião católica em sua visão do país e considerando o espírito brasileiro como igualitário, fraterno, resignado e acolhedor”.

Desta maneira, Vale (2012) nota que Gustavo Barroso, em seu discurso de recepção ao jovem intelectual na ABL, destaca a conservação, a ordem e a estabilidade da academia. Assim, Barroso reforça a visão conservadora com que Calmon produzia suas obras. Para Barroso, se torna importante pontuar “que sendo a cultura brasileira cristã e livre, Pedro Calmon seria um dos soldados na defesa do seu ‘patrimônio espiritual’ da nação”. Ademais, Vale ressalta como Barroso aprova a entrada de Calmon na ABL ao citar sua obra “Espírito da Sociedade Colonial” como uma obra significativa para o conhecimento do país. Percebemos que por seu posicionamento, sua moral e a linha de ideias que seguia em seu discurso, Calmon estava sendo aceito na tradição conservadora de intelectuais por Barroso e sendo prestigiado como seu par (VALE, 2012).

Quando voltamos para a atuação de ambos os intelectuais na revista “O Cruzeiro”, dentro desta seção que leva a história do país para seus leitores com a intenção de ensinar sobre a pátria, sobre a nação brasileira, salientamos a motivação apresentada por Barroso ao inaugurá-la e os elementos que eram apresentados. A seção “Segredos e Revelações...” trazia em suas narrativas a civilização para o país ao lado das paisagens naturais apresentadas na revista.

As curiosidades de Barroso, de acordo com Magalhães e Bojunga (2014),

não deveria apenas atrair a atenção do público, mas cultivar o orgulho patriótico com base no estabelecimento de um vínculo entre o Brasil e os referenciais do mundo civilizado, ou seja, a Europa. Essa aproximação estava muito presente na filiação do Brasil a Portugal, especialmente na continuidade monárquica e católica do estado – vide o artigo “Um Rei de Portugal, Imperador do Brasil (Barroso, 09/09/1950:36). Ela também aparecia nas relações pessoais entre brasileiros e europeus ilustres, como na amizade entre D. Pedro II e Gobineau (Barroso, 28/05/1949). Apresentava-se ainda na inserção do Brasil numa temporalidade mais recuada, o que atribuía à história nacional uma antiguidade – em termos de civilização – ainda maior de que se poderia imaginar [...] (MAGALHÃES; BOJUNGA, 2014, p. 348).

A seção, como declarou Barroso em sua apresentação na edição de 07/08/1948, vem com uma função pedagógica para os leitores, desta maneira, a revista “O Cruzeiro” se torna o local perfeito para atingir um número muito maior de pessoas do que dentro da academia. Ela vem para ensinar o maior número de pessoas possíveis sobre o patriotismo, sobre a civilização brasileira e sobre o futuro otimista de um grande país. Barroso apresenta a seção dizendo que “A História do Brasil é rica em episódios e fatos curiosos, interessantes e heróicos que a tornam às vezes um poema e outras, uma verdadeira epopeia”, mostrando o que irá apresentar para os leitores de forma a incitar uma curiosidade sobre esses fatos e já apresentando, também, o tom literário que irá utilizar.

Em seguida, Barroso diz que “nenhum povo pode amar suas tradições, seus grandes homens e as obras que por ele realizam se neste mundo se não as conhece, se não sabe os porquês de sua origem, de sua formação e do seu sentido na vida”. A partir deste trecho da apresentação da seção notamos como a seção se encaixa no patriotismo que se mostra um programa dentro da revista. Os segredos e revelações que Barroso levava aos leitores deveriam ensinar aos indivíduos sobre a sua pátria, os eventos e heróis que ajudaram a construí-la nação. Ainda, o autor buscava apresentar o amor de seus personagens pelo país, ensinando assim aos seus “alunos” sua identidade brasileira, suas tradições e origens lusitanas, o amor pela pátria e pelo seu passado e acreditar, assim, no presente da nação e no seu futuro (MAGALHÃES; BOJUNGA, 2014).

Notamos que Barroso quer ensinar seus leitores sobre história, mas sem o tom acadêmico utilizado pelos estudiosos e intelectuais, ele quer alcançar realmente seu público leigo e popular (MAGALHÃES; BOJUNGA, 2014). Ainda na apresentação, Barroso diz que

Foi depois de meditar sobre essas considerações que a direção de O Cruzeiro resolveu publicar do próximo número em diante algumas páginas sobre coisas pouco conhecidas da História do Brasil. Esta revista que se honra de ter um amigo em cada leitor, tem feito e continuará a fazer o possível para que jamais esfrie o calor dessa amizade. Suas reportagens sobre assuntos do presente, nacionais ou internacionais, serão agora completadas por outras reportagens sobre o nosso passado. Veremos nelas, desde os dias do Descobrimento, numa seriação cronológica, até os da República, as figuras exponenciais e os grandes acontecimentos, apresentados de forma leve e altamente sugestiva, de modo que possa instruir, interessar e emocionar os brasileiros, que, assim, terão nessas páginas fontes de contínuas sugestões de amor por nossa pátria (BARROSO, O CRUZEIRO, 07/08/1948, p. 10).

Desta forma, pelo que já compreendemos da trajetória de Pedro Calmon se torna evidente como ele viria a se encaixar neste espaço aberto por Barroso. Araújo (2006) diz que “em seus primeiros anos de vida intelectual adulta Pedro Calmon analisou a construção do caráter nacional influenciado pelas ideias de seu tempo, engajado com o projeto de nação

defendido pela elite intelectual branca – grupo onde buscava inserção definitiva” (ARAÚJO, 2006, p. 60-61). Nos anos 1960, Calmon já se havia se fixado como profissional de importância dentro do mundo acadêmico, dentro da elite intelectual branca brasileira, e com a participação na “O Cruzeiro”, como autor além de colaborador, ele passa a incorporar o papel que buscava, agora para um público ainda maior, o de Professor da Nação.

Ainda, como afirma Araújo (2006), os intelectuais da geração de Calmon buscavam a autonomia nacional através da difusão do passado do país e suas tradições. Com a unificação e organização realizada pelos portugueses, veio o início da civilização e o futuro desenvolvimento do Brasil. Para Araújo (2006), o historiador em sua “História da Civilização Brasileira” “concentrou seus esforços nos exames da história, que procurou escrever de modo mais atraente [...], o que também é oferecido na seção “Segredos e Revelações...”. Neste espaço, Calmon pode narrar os eventos históricos que considera importantes, a partir de uma escrita da história, com citações e referências, mas com a liberdade de uma escrita literária.

Para Vale (2007, p. 70), os “jornais e revistas no início do século eram veículos não apenas de notícias, mas de escritos literários, como a crônica e o ensaio e, também, textos de conteúdo histórico ou antropológico, propagando ideias” (VALE, 2007, p. 70). Esse meio de comunicação de massa permitia um alcance nacional, o que permitia que os intelectuais construíssem suas carreiras e então, que muitos como Calmon, se dirigissem aos centros do país, como São Paulo ou Rio de Janeiro, para se tornarem figuras públicas de prestígio no meio acadêmico. O Jornalismo, por si só, não oferecia tal oportunidade para a construção de uma carreira sólida dentro da elite intelectual. Compreendemos que é a partir desta característica do período que segue o caminho do Direito, para então se dedicar à História, e, apenas depois de se consolidar como um intelectual de prestígio no meio universitário e acadêmico, se dedica a escrever no campo jornalístico como um colaborador, sendo sua contribuição para a revista um privilégio para ambos.

A seção “Segredos e Revelações da História do Brasil”, trouxe como proposta uma cronologia para demonstrar aos leitores os eventos desde o “Descobrimento”, porém, Barroso acabou não se prendendo a cronologia proposta, como afirmam Magalhães e Bojunga (2014). De acordo com as autoras, Barroso se validava de documentos e materiais iconográficos dentro de um espaço ricamente ilustrado. A seção, inicialmente se dividia em diversas páginas. A primeira parte apresentava imagens sobre o tema a ser tratado acompanhando o texto, o nome da seção, a assinatura de Barroso e suas credenciais. O texto dava seguimento em outras páginas dividindo espaço com outras matérias ou publicidade.

Magalhães e Bojunga (2014) evidenciam que, em 1954, o espaço de Barroso na revista diminuiu, passando a ocupar uma ou duas páginas. As imagens também se reduzem de forma evidente, tanto em relação à quantidade quanto ao tamanho das imagens presentes. Uma mudança “mais radical”, segundo as autoras, se dá em 1958, quando a foto de Gustavo Barroso passa a estampar a página da seção, e em 1959 o texto passa a ocupar uma única página. Essa mesma trajetória é notada ao analisar o caminho percorrido por Calmon na seção.

Ao analisar a seção a partir de 1960, quando Calmon assume o título de autor da coluna após o falecimento de Barroso, vemos que essas modificações se intensificam até o momento em que a seção desaparece da revista. Calmon inicia em 1960 com a seção ocupando o espaço de duas páginas de texto corrido, sem imagens. Após alguns anos, a “Segredos e Revelações da História do Brasil” passa a se dividir em duas metades em duas páginas diferentes, porém notamos que o tamanho do texto já é reduzido, o que muitas vezes prejudica a sua compreensão. Mais tarde, Calmon começa, então, a dividir espaço com colunas de outros intelectuais de renome como Gilberto Freyre. Até que, em 1969, “Segredos e Revelações da História do Brasil” deixa de ser publicada na revista “O Cruzeiro”.²

² Não foi possível encontrar nenhuma nota de encerramento de Calmon ou nota justificando o fim da seção pelos editores. Pelo que estudo do contexto de Calmon é possível associar o período em que as crônicas param com o momento em que Calmon assume o cargo de Presidente do IHGB, porém, esta hipótese não foi confirmada em nenhum documento encontrado por nós até o momento deste estudo.

4 AS CRÔNICAS DE PEDRO CALMON

4.1 TEMAS EM TORNO DO ORGULHO PELA NAÇÃO

Neste estudo abordamos apenas as crônicas escritas por Calmon na seção “Segredos e Revelações da História do Brasil”, que se resumem àquelas escritas entre 1960 e 1969, totalizando 338 crônicas. Utilizamos as edições em formato de livro que foram publicados pelo Senado Federal e compilam todas as crônicas da seção. Diante de um corpus documental tão numeroso e pelo fato de estarmos abordando textos do campo jornalístico, se tornou necessária uma certa organização dos temas e elementos das crônicas ao longo da análise. Utilizamos a análise de conteúdo de maneira livre, pois conforme argumenta Núncia Santoro de Constantino, tal análise pode servir como ferramenta para os historiadores que buscam pesquisar um texto. Esse método busca primeiro o sentido de determinado texto compreendendo a dinâmica que existe entre a linguagem e a construção de uma representação (CONSTANTINO, 2002, p. 188).

Essa metodologia entende o texto e a linguagem que constrói, desenvolvendo as representações dos eventos da história. Através do texto, a representação passa a ser considerada uma realidade construída de uma sociedade. Desse modo, entendemos que o uso da Análise de Conteúdo de forma mais flexível nos auxiliaria, pois reflete um âmbito teórico que desenvolve técnicas de investigação. Uma atividade como o estudo das crônicas escritas para um meio de comunicação como a “O Cruzeiro”, necessita de um “eficiente conjunto de técnicas” como o método de Análise de Conteúdo, o qual pode proporcionar uma maior compreensão dos significados a partir da observação dos elementos utilizados na narrativa (CONSTANTINO, 2002, p. 188).

Outro ponto que é interessante ponderarmos ao ler as crônicas, é para quem Calmon estava escrevendo, o que nos ajuda a analisar a utilização de certos elementos nas narrativas. Com suas referências literárias e históricas, o autor desenvolvia narrativas, muitas vezes, complexas onde um leitor com menos conhecimento sobre os assuntos possivelmente só destacaria os símbolos nacionais. Claro que essa questão é bastante subjetiva, por isso destacamos novamente que estamos apresentando muitas questões que não partiram de uma decisão ou intenção consciente, mas que hoje ao analisarmos junto à historiografia e compararmos as crônicas entre si e com outras obras, são pontos que podemos perceber.

Calmon cita também diversas obras de literatura em geral, cita poemas e trechos de outras obras, o que em nosso entendimento pode ter dois efeitos em um leitor: pode despertar a curiosidade do conhecimento; ou pode intimidar por sua complexidade. Ademais, notamos algumas citações em línguas estrangeiras, o que, novamente, nos leva a questionar quem era o público ao qual Calmon direcionava sua escrita. Sendo a revista uma publicação que era consumida majoritariamente pelo público de classe média e alta, notamos que Calmon também orientava sua escrita para leitores com um grau de escolaridade mais elevado.

Para Le Goff (2013), a memória coletiva se aplica aos documentos e aos monumentos, sendo que os monumentos são os materiais que ficou do passado, e os documentos são aqueles que os historiadores selecionam. Logo, “o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada que pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores” (LE GOFF, 2013, p. 535). Assim, o monumento perpetua a história de forma voluntária ou não, “é um legado à memória coletiva” (2013, p. 535) enquanto o documento é uma escolha do historiador para basear um devido fato histórico, como uma prova de tal evento.

Diz Le Goff (2013) que a história deve ser feita a partir de documentos escritos. Porém, quando um historiador não possui um documento escrito não significa que não pode fazer-se história. Um historiador deve usar o que tiver à sua disposição para demonstrar a atividade e a presença do homem em determinado momento. E, como afirma Marc Bloch (1997), “o conhecimento de todos os fatos humanos no passado, da maior parte deles no presente, de ser, [segundo a feliz expressão de François Simiand] um conhecimento através de vestígio” (BLOCH, 1997, p. 73). Sendo assim, aqui destacamos para Calmon a palavra “vestígio”, que abarca muito mais que documentos escritos e oficiais.

Como argumenta Bloch (1997, p. 80), “seria uma grande ilusão imaginar que a cada problema histórico corresponde um tipo único de documentos, específicos para tal emprego”. Ou seja, a crítica em relação aos documentos iniciada pelos *Annales* foi uma profunda mudança no campo da história. Com a Escola dos *Annales*, Le Goff avançou nesta crítica de forma que notamos nas crônicas de Calmon que, tal como afirma Le Goff (2013), “o documento é monumento”, as sociedades históricas criam uma imagem de si mesmas, e não existe uma verdade histórica a partir de um documento-verdade. Os documentos-monumentos contribuem para a construção de uma história geral, mas é importante notar que não deixam de ser uma seleção de poder.

Assim, é em meio a esta grande variedade de temas e fontes que notamos a utilização dos símbolos, dos heróis, dos documentos-monumentos nas narrativas de Calmon. Apesar de considerar que suas fontes são documentos-verdade e de observarmos que para ele a História não é verossimilhante, mas sim um fato verdadeiro contado a partir de seu documento, o autor se situa neste momento em que a historiografia se modificada e o “novo documento [era] alargado para além dos textos tradicionais, transformado” os vestígios em documentos (LE GOFF, 2013, p. 549).

Considerando o alto número de crônicas e que nosso objetivo é compreender como Calmon estava apresentando uma visão otimista da História com a intenção de que suas narrativas seguissem a pedagogia cívica de Barroso, buscamos delinear elementos que vemos como de destaque nas narrativas nesse sentido. Assim, separamos para análise alguns temas que consideramos recorrentes nas crônicas. Tais temas foram selecionados por entendermos que possuíam essa intenção de pedagogia cívica, de ensinar ao leitor o valor do país, talvez não de maneira consciente por Calmon, mas que demonstram para o leitor um motivo para se ter orgulho da pátria.

4.1.1 Cultura, literatura e patriotismo

Ao ler as crônicas, fica evidente a forma como Calmon aborda a questão cultural e literária como de extrema importância para a identidade nacional. A literatura e a cultura representam o brasileiro por sua verdadeira identidade. Ademais, esses elementos quando regionais, são abordados como nacionais, pois fazem parte da tradição brasileira. Podemos, é claro, associar a importância desses aspectos ao fato de Calmon ser um intelectual muito envolvido com a difusão da cultura e da literatura do país. Calmon é autor e é um intelectual da Academia Brasileira de Letras (ABL), o que é um cargo de grande importância tanto em sua trajetória pessoal quanto profissional, assim, ele assume como missão ensinar sobre os diversos aspectos da Cultura Brasileira, mas com um destaque especial na Literatura.

A cultura e a literatura, para Calmon, são além de um aspecto importante na identidade nacional, um elemento que representa o civismo e o patriotismo. Vejamos o trecho abaixo:

A idéia de dar-se ao Brasil o poema, um largo e nobre poema, da espécie orgânica da *Ilíada* (que é a Grécia), da *Eneida* (que é o Império Romano), dos *Lusíadas* (que é Portugal), foi em 1855 a obsessão patriótica de D. Pedro II e de seu vate predileto, Gonçalves de Magalhães. [...] A *Confederação dos Tamoios* – concebida por Gonçalves de Magalhães, como a grande tentativa de apoiar o Império brasileiro à sua coluna literária, na realidade antecedeu de vários anos ao sonho político do soberano.

[...] O Imperador agarrou-se, deslumbrado, a essa poesia de gênese nacional, a essa resposta brasileira aos mitos medievais da Europa: queria (fosse ou não gaulês o enredo) a epopéia indianista, que somasse ao futuro do Império o seu passado, o passado verde e amarelo do *bom selvagem*. [...] Importava menos: o que sua majestade exigia, era a odisséia selvagem, um Brasil de substância homérica, com o seu avô de bronze plumagem, como o guerreiro helênico nos pórticos da civilização: honrado, valorizado, cantado, pela cítara das rapsódias! (**A urgência de um poema nacional**, 08/04/1961, Tomo II, p. 187-188).

O elemento que gostaríamos de destacar neste trecho primeiramente, é como o autor coloca *Os Lusíadas* no mesmo nível literário de a *Ilíada* e a *Eneida*, e como o Brasil merece um poema de igual grandeza. Não nos atentamos aqui à análise literária sobre os poemas, ou sobre o nível de importância e os elementos de cada um. O que buscamos demonstrar é que Calmon, trazendo esse evento em torno da literatura e através de D. Pedro II, coloca o Brasil como um Grande Império, merecedor de uma epopeia que demonstre aos leitores a sua grandeza. Aqui vemos que o Brasil, como D. Pedro II acreditava, é um local de história, mitos e “substância homérica”, e que D. João VI, deveria estar entre os heróis mais consagrados internacionalmente por ter “encontrado” e “civilizado” o país, e apenas uma epopeia poderia contar de forma apropriada essa história tão rica.

A literatura representa a cultura e a história de um local e seu autor. Toda literatura tem uma relação com a História, pois todo autor é uma pessoa de seu tempo. Uma obra literária pode descrever detalhadamente um local e suas tradições, e em um livro um escritor pode abordar profundamente diversas culturas de diversos lugares. Ademais, uma obra é sempre escrita por uma pessoa que é influenciada pela sociedade na qual vive, pela língua que fala e pela cultura na qual se insere. Por isso dizemos que História não é uma narrativa literária, mas os textos de Literatura fazem parte da História.

Além de historiador e bacharel em direito, Calmon era um homem das Letras. Ocupou a cadeira 16 em 1936 da Academia Brasileira de Letras, era biógrafo e publicou, também obras de literatura histórica. Em seguida, percebemos que o autor dedica um espaço significativo em suas narrativas à literatura e a língua portuguesa. Em algumas crônicas, Calmon trabalha a origem de nomes, e em sua maioria cita ou menciona autores literários. É interessante que Calmon menciona diversas vezes Machado de Assis, e dedica a crônica “**A verdade de Machado de Assis**”, publicada em 13 de fevereiro de 1965, ao autor brasileiro. Observamos que além de sua proximidade com a literatura, Calmon também considera Machado de Assis um símbolo nacional.

Nesta narrativa sobre Machado de Assis, Calmon aborda o gênero Biografia e afirma que o livro escrito por Luíz Vianna Filho, intitulado “A Vida de Machado de Assis”, “tem o mérito de lhe restaurar, cândida e fortemente viva, a realidade humana”. Para Calmon, a biografia não é algo fácil de se escrever, mas Vianna “refez-lhe a ‘autenticidade’ com os materiais insubstituíveis da correspondência que os outros biógrafos não viram”. Vianna, de acordo com o autor, se utilizou de materiais que fogem do oficial e apresentou o verdadeiro Machado de Assis. Segundo Calmon, “foi essa fidelidade ao seu passado, à sua condição, aos amigos, às crenças, a aí mesmo, que o isolou na ‘torre de marfim’ do melhor estilo vernáculo – e acabou imortalizando-o. O biógrafo restituiu-lhe o calor humano” (**A verdade de Machado de Assis**. 13/02/1965, Tomo IV, 2013, p. 74-75).

Calmon traz também diversas citações e diversos escritores estrangeiros para compor suas crônicas. Vemos, principalmente a ligação entre a literatura brasileira e portuguesa e sempre que traz a literatura para sua narrativa de alguma forma evidencia a ligação com o Brasil e os brasileiros. Ademais, a literatura brasileira trabalhada pelo autor é, por conseguinte, um símbolo nacional a ser aprendido. Ela traz o orgulho pela pátria, por seus autores, por suas obras que abordam o Brasil verdadeiro. Ao tratar diversos autores e suas obras em “**Política dos escritores**”, publicada em 10 de abril de 1965, Calmon finaliza sua narrativa dizendo que “O misantropo dos “Sertões” desenfadava-se, sem compreender, como Pinheiro Chagas compreende, a substância e o colorido daquela literatura nascente; sobretudo o seu vigor de planta indígena, por isso estranha, mas rijamente nacional!” (**Política dos escritores**. 10/04/1965, Tomo IV, 2013, p. 83).

É, também, interessante notar que Calmon conecta a cultura regional à cultura nacional com a intenção de formar a união que constitui a nação brasileira. O autor evidencia a língua portuguesa e a cultura regional regularmente. No trecho abaixo, Calmon traz como tema central de sua crônica o nome da cidade de *Goiânia*, o qual, de acordo com o autor, “foi um título indianista do poema camoniano de Manuel Lopes de Carvalho Ramos – juiz baiano”.

Afirma Calmon que o poema nomeado “Goiânia” foi um épico sertanejo que

saiu-lhe em 1890 como um impulso de otimismo nacional, que evocava de início, à moda de Virgílio, Ariosto e Camões, o gênio pátrio. [...] Esse épico sertanejo lembra, no fim do século XIX, o seu precursor paulista, do século de Fernão Dias Pais, Diogo Grasson Tinoco, que, com igual fôlego, se dispunha a cantar as façanhas do descobridor das Minas Gerais. É certo que as suas estrofes refletem mais Santa Rita Durão que Camões; e em Goiânia palpita, apesar da vestimenta arcaica, o sentimento novo do Brasil. Mas a corrente de ouro da poesia brasileira, na acepção “brasileirante” de poesia criadora de alma e fibra nativista, constitui, por meio das gerações, uma continuidade inteiriça – e surpreendente (**Goiânia e Brasília**. 23/04/1960 Tomo II, 2013, p. 47).

Como mencionado acima, outro elemento que Calmon relaciona com a cultura nacional é a língua portuguesa e as mudanças que ocorreram na língua com a diversidade cultural e étnica do país, isto é, as particularidades brasileiras. Na crônica “**Apelidos da nossa gente**”, publicada em 25 de fevereiro de 1961, Calmon trata das palavras que se desenvolveram no Brasil, a partir da nossa história. No trecho abaixo notamos essa mistura que se tornou nacional para o autor:

De onde vêm, agressivamente nossos, os apelidos nativistas da gente brasileira? Em ordem cronológica, mamelucos, caboclos, mazombos, jagunços e... candangos? Nomes de guerra, brasileirismos silvestres, definições gloriosas e humildes, mas, de qualquer modo, nacionais (de jaqueta de couro e facão pendente), essas vozes antigas e modernas constituíram ao longo da história do país uma epopéia de resistência e individualidade. Vale a pena esmiuçar-lhe a origem. Com surpresa se verificará que, sob esse rótulo progressivo, se foi afirmando, no roteiro de quatro séculos, a fisionomia forte do povo (**Apelidos da nossa gente**. 25/01/1961 Tomo II, 2013, p. 169).

Assim, Calmon apresenta a cultura e tradição brasileiras como uma das formas de introduzir elementos que afirmam a nação brasileira e a identidade nacional em suas crônicas. Como tratado anteriormente, o movimento de construção da nação e da identidade no imaginário social, somado aos elementos que levam uma comunidade a se reconhecer como tal, desenvolve-se a partir de uma mesma língua, história, tradição e, no caso do Brasil, de uma cultura diversa.

4.1.2 A rica natureza do Brasil

Em suas narrativas, Calmon busca destacar o que acredita serem aspectos do país que merecem um espaço de orgulho, dignos de ser apreciados e evidenciados como elementos que demonstram a grandeza e riqueza do Brasil. A natureza do território brasileiro é um desses elementos importantes para o autor. Em diversas crônicas ele aborda de maneira ou outra a natureza do país. Notamos, porém, que a natureza, bela e diversa, trazida por Calmon, é também um importante elemento de riqueza monetária, além da riqueza simbólica. Segundo Calmon,

É de ontem a história econômica do Pinho do Paraná. Foi preciso que irrompesse pela serra a estrada de ferro, de 1881 a 1885, para que surgisse na estatística da exportação essa nobre árvore, que tem, na classificação de Jussieu, o nome heróico de araucária. Símbolo soberano da floresta austral, enlaçava-se nas lendas mais antigas do *Arauco* indomado. [...] No seu relatório de 1873, anunciou o presidente do Paraná, João José Pedrosa, a remessa para a Exposição Internacional de Viena do melhor pinho da província. E patrioticamente observou: “*Poderia disputar à Rússia e à Suécia o suprimento desse produto em todos os mercados do mundo.*” (**A história do pinheiro**. 08/01/1962, Tomo III, 2013, p. 17,19).

É interessante notar no trecho acima alguns elementos que Calmon busca enfatizar quando ele trata sobre a natureza do país, aspectos que ele irá reutilizar na maioria das vezes em que aborda o tema. Para o autor, a natureza do Brasil é imensamente rica. A natureza selvagem do país que é explorada pelos colonizadores no processo de civilização do país, não é apenas rica financeiramente pelo lucro que gera para os exploradores, é também rica em beleza. Por conseguinte, notamos que a beleza e a diversidade da natureza encontrada ao se explorar o território (entendendo-se aqui o verbo explorar em seus dois sentidos, o de usar para o lucro e o de desbravar) são símbolos que representam o país e seu patriotismo.

Para Calmon, tal natureza necessitava da colonização para ser devidamente admirada e transformada em lucro para a economia do país (lembrando que o período do evento tratado por Calmon se refere ao de colônia e colonizador). Desta maneira, como no trecho acima, o pinheiro se torna um símbolo do patriotismo. O pinheiro nesta narrativa representa a riqueza e beleza do Brasil descoberto pelos portugueses e levado para reconhecimento mundial. O pinheiro do Paraná, como traz Calmon em sua citação de João José Pedrosa, disputa com os maiores mercados por sua beleza e abundância.

Em resumo, a América forneceu ao Velho Mundo preciosas novidades, e dele recebeu – mas para recambiar torrencialmente – as culturas lentamente viajadas do Egito e da Mesopotâmia para o Oriente, e das paisagens de harmonia e convívio – terras dionísicas de azeite, pão e vinho – para os campos virgens do *mundus novus*. Nessa contradição de botânica nutritiva os portugueses tiveram um papel maravilhoso. São responsáveis em larga escala por um admirável transtorno geográfico, em que prevalece a intuição cósmica, incluída no sentimento de que as bênçãos da vida cabem equitativamente a todas as gentes (**América, celeiro universal**. 10/11/1962 Tomo III, 2013, p. 163-164).

Aqui Calmon considera como a colonização e a exploração foram benéficas para o Brasil, pois foi uma troca tanto em relação à natureza quanto em relação à cultura civilizadora. Para o autor, o “transtorno” causado pelos portugueses em nossa geografia foi uma “benção”. Novamente, o autor positiva aspectos da colonização como benéficos, favoráveis para o Brasil e convenientes para Portugal. Assim, Calmon constrói uma narrativa onde os aspectos negativos da dominação portuguesa se transformam e criam uma história harmônica e pacífica.

Outro ponto que chama a atenção no trecho acima é na última frase, onde Calmon diz que “as bênçãos da vida cabem equitativamente a todas as gentes”. Nesta crônica, Calmon está apresentando como a colonização perturbou a natureza do território brasileiro. Por esta perturbação os povos receberam então as “bençãos” do conhecimento europeu. Compreendemos aqui que Calmon transforma em algo positivo a exploração econômica do país e a imposição religiosa e cultural que foi a real interação dos portugueses com os indígenas.

Essa questão nos leva a compreender de maneira evidente que, muito provavelmente, Calmon não percebia esses pontos como negativos. Quando ele apaga ou transforma essa experiência não é de maneira intencional com um objetivo planejado. Calmon quando constrói suas narrativas neste sentido apenas apresenta sua visão sobre os eventos, a visão de um intelectual modernista conservador que segue uma linha de pensamento que vai de acordo com a dos seus pares, da sua geração e tradição.

Calmon também utiliza a natureza como um motivo de orgulho pelo país. O autor apresenta em suas crônicas os mitos que envolviam o Brasil quando os europeus chegaram ao continente, e principalmente, os mitos em torno da riqueza e maravilhas do Brasil. Calmon coloca que o mito de tanta riqueza baseada em ouro não era real, mas era sim um local onde as maravilhas da natureza eram abundantes.

No trecho abaixo percebemos que Calmon trazia esse aspecto para suas crônicas, ao afirmar que o Brasil era rico por sua variedade, e que sua riqueza estava na natureza e na cultura.

Que de o mundo às ilusões, diga-o América, e nesta – particularmente por elas favorecido – o Brasil. Aí está, maior de todas, a das miríficas riquezas, com o vago nome de *El Dourado*, desde os primeiros dias constituiu um incentivo irresistível de expedições e descobrimentos – levando os “conquistadores” cobiçosos ao coração do continente. [...] Que a fortuna tranquila e sólida (ponderou em Pernambuco, ao começar no século XVII, o autor circunspecto dos *Diálogos das Grandezas do Brasil*) consistia antes em lavar o solo do que em percorrê-lo na peregrinação estéril do ouro e da prata! Como se dissesse: estava na agricultura; moía-se nos engenhos; florescia nas raças; verdejava nos canaviais. [...] (**El Dorado, no Brasil**. 02/03/1963 Tomo III, 2013 p. 207-211).

Em “**Dois amigos da Cidade Maravilhosa**”, publicado em 15 de agosto de 1964, Calmon evidencia que, apesar de rica a natureza do Brasil, ela também deve ser civilizada. Logo, durante a colonização e o império se iniciou essa abertura da natureza selvagem para transformá-la em natureza civilizada, e também urbana, bela, evoluída e desenvolvida. Na narrativa, o autor diz que

A arte do jardim e o amor à árvore ajudaram o Rio de Janeiro a vestir-se com as verdes galas da cidade maravilhosa. Agora, que se prepara, com adequado capricho, para as festas quadricentenárias, é oportuno lembrar-lhe dois insígnos precursores da mais civilizada espécie de urbanismo, o que enriquece a natureza cultivando-lhe a exuberância, o semeador, que lhe deu a *Floresta*, e o esteta, que lhe deu o *Parque*, paisagistas ambos, o primeiro aqui da terra, à maneira tropical, o segundo, ao elegante estilo da França Romântica (**Dois amigos da Cidade Maravilhosa**. 15/08/1964 Tomo II, 2013, p. 52-53).

Ademais, a natureza, segundo o autor é também um símbolo do país. Um símbolo que não apenas representa como o país era visto como no período em que foi colônia e império, que envolve o mito, mas também como o país, superando esses pensamentos místicos, deve ser visto no presente e no futuro como uma real nação de grande riqueza natural, “um país tropical abençoado por Deus”.

Segundo Calmon (1961),

A ufania brasileira – fecunda e permanente do decurso da História – tem a sua raiz mais antiga na idéia de que, se há na Terra um paraíso, o seu clima temperado e a sua selva ornamental seria exatamente como os doces ares e a floresta que aqui acharam os europeus. [...] Foi no rumo dessas doutrinas que a verde ilha do Brasil (a “última Tule” da mitologia latina) gozou muito tempo a fama inocente de ser, de verdade, um pedaço de paraíso perdido no oceano boreal, lá perto das costas irlandesas, onde a localizaram os mapas fantásticos da Idade Média. [...] Por estes antecedentes da euforia nativista, vê-se que a vanglória patriótica, da época da Independência, pousava, com firmeza, no solo primaveril, de conceitos e obras que até aí tinha educado o sentimento brasileiro. E longe de amesquinhar a mentalidade nacional, deu-lhe – antes das “realidades” nuas e cruas – o complexo da suficiência que levava, implícitos, os compromissos de liberdade. Idéias ingênuas, fizeram-se forças de conservação. Não foram inúteis, porque fora, criadoras. Ajudaram a criar o Brasil (**O Brasil, este paraíso**. 25/03/1961 Tomo II, 2013, p. 181-184).

4.1.3 Igreja, Militares e Educação

Ao analisar as crônicas percebemos que Calmon destaca três elementos essenciais para a evolução e o desenvolvimento do país: a Igreja, o Exército e a Educação. Para o autor, a História do Brasil é a História da Pátria, e esta apenas se inicia com a colonização e, conseqüentemente, o catolicismo. Além do papel central que Calmon concede à Igreja, o autor também apresenta um forte militarismo em suas crônicas. Os militares são heróis, são protetores e símbolo da união nacional. Por fim, a educação e a cultura herdadas por Portugal que é o único caminho para a Civilização.

Por conseguinte, percebemos o enredo entre esses três elementos. A Igreja e o Exército são de extrema importância para a civilização e o desenvolvimento do país, são duas instituições por si só e são símbolos, o que iremos aprofundar mais adiante. A educação é a única maneira de evoluir para uma sociedade civilizada e a educação que civiliza é a europeia, é aquela herdada principalmente dos portugueses. A educação universitária e o meio cultural e acadêmico no Brasil se desenvolveram a partir da Coroa, da Igreja e do Exército. Logo, o autor considera a Igreja e os militares como parte importante no processo de educação para o desenvolvimento da sociedade brasileira.

A Igreja teve um papel central na colonização do país, foi a partir dela que muitos indígenas foram dominados e colonizados, europeizados e catequizados. É também a partir deste papel central na conquista do território que temos uma tradição católica presente na educação e no reconhecimento da cultura brasileira ainda hoje. Em suas narrativas, Calmon realiza a associação entre Igreja, civilização, educação e civismo de maneira bastante evidente. Para o autor, a Igreja trouxe a educação para o país e é uma tradição a ser lembrada por seu papel na educação e civilização da população.

Para o autor, a Igreja faz parte do Brasil, e por isso deve ser vista como uma forma de orgulho no país que ajudou a construir.

Falta a paisagem “maravilhosa” a sua catedral. É uma ausência pungente e histórica. Todas as grandes cidades têm, dominando-as com o seu perfil agudo, espiritualizado pelo campanário esguio, a catedral longamente aparelhada pela religião das gerações. Em algumas delas, esse monumento é uma casa comum, o seu centro virtual, a convergência necessária da população acomodada tradicionalmente à sobra das devotas e imensas paredes, testemunhas de tudo que ali acontece, santuário, lar, fortaleza, altar de Deus e refúgio dos homens. [...] Praza aos céus que as bênçãos que, a 20 de janeiro, acompanharam a colocação da pedra inaugural da que vai construir-se, segunda a iniciativa do voto do Cardeal-Arcebispo D. Jaime Câmara, brote, robusta, dos seus fundamentos inabaláveis; aumente, avulte, suba, erga-se, com o seu vulto pomposo e o seu divino gesto de cristã fraternidade, do chão generoso para as alturas em que esperamos vê-la; e dotada de uma catedral adequada à sua grandeza, esta cidade de tantos predicados ganhe e mantenha mais um título de civilização. E, afinal, de fé, cultura e convívio (**A odisséia da catedral carioca**. 07/03/1964, Tomo IV, 2013, p. 30-32).

Observamos que como professor, Calmon aborda muitas vezes o tema da educação formal. Para o autor a Igreja está diretamente associada à civilização. Logo, homens que se dedicaram ao ensino devem ser celebrados e homenageados. Ademais, foi esta educação para a civilização que desenvolveu a cultura brasileira, uma cultura que é muito diversificada. Notamos essa associação Igreja-educação-honra no trecho abaixo em que ele fala como Anchieta escolheu o ensino e com isso é parte importante de nossa história e civilização:

[...] Em vez da tranquilidade do claustro, escolheu a imensidade do país; e palmilhou-o em incansáveis viagens. Incumbiram-no de instruir meninos, pacificar gentios, construir colégios, administrar aldeias, consagrar indígenas e europeus, e, sobre essa ordem persuasiva, dizer, em tupi e vernáculo, os louvores divinos – inventando o teatro nacional. Por aí lhe começaram os milagres de nova e rara espécie: os da cultura que rimam palavras e educam multidões, os da escola que desarmam a barbárie e formam o espírito, os do Evangelho posto em literatura (**Dois santos americanos**. 02/06/1962, Tomo III, 2013, p. 101).

A seguir verificamos outro trecho em que Calmon aborda esta importante missão que os religiosos tinham de educar a população selvagem. Em **“Esquecidas origens da Universidade”**, publicada em 30 de Abril de 1960, o autor analisa como a Igreja influenciou, também, no surgimento do ensino universitário.

Revela a transplantação dos ritos universitários o padre Anchieta que narra com ternura e exatidão o solene doutoramento, “com o aparato que se costuma nas Academias da Europa”, realizado nos pátios jesuíticos em 1581. [...] [Inácio Tolosa] Diplomou-se, e ficou na Companhia, cujos trabalhos de catequese e desbravamento heroicamente suportou no Brasil, mas, de tal modo agarrado às formas escolares da sua mocidade, não esqueceu nenhuma nestes climas, aparentemente avessos a tais finezas (**Esquecidas origens da Universidade** 30/04/1960, Tomo II, 2013, p. 50).

Na crônica **“A odisseia da catedral carioca”**, publicada em 7 de março de 1964, Calmon aborda como ambos a Igreja e o Exército são importantes na História do Brasil, não só para a educação, mas para o desenvolvimento urbano do país em geral. Ao abordar a construção da catedral do Rio de Janeiro e como, ao invés de construir a igreja, o príncipe regente mandou que fosse construída a Real Academia Militar no local que foi determinado da catedral. O autor diz que a construção “a Politécnica, com seu frontão clássico e a escadaria nobre, com dois pavimentos a mais da planta original e a sua invejável posição, peculiar aos prédios que concentram” foi interesse urbano da cidade (A odisseia da catedral carioca, 07/30/1964, Tomo IV, 2013, p. 31).

Ainda considerando a importância da construção e abertura das escolas militares, na crônica **“Os 150 anos da Academia Militar”**, publicada em 03 de junho de 1961, Calmon destaca como a Escola prática fundada pelos militares era exemplar na educação por ser constituída por militares de valor, verdadeiros mestres. Segundo o autor,

Em 1741, uma escola prática estabeleceu-se no Rio de Janeiro, e longe de estiolar, sargenteada por broncos instrutores, prosperou, com a teoria de bons artilheiros e a matemática de mestres do porte do Brigadeiro Alpoim, que para ela escreveu (pioneiro colonial da literatura didática) dois compêndios estimáveis (**Os 150 anos da Academia Militar**. 03/06/1961, Tomo II, 2013, p. 215).

Calmon foi professor e reitor, seus livros e sua atuação giravam em torno da educação, da Universidade, da Academia. Assim, não é de surpreender a importância que têm para o autor e que muitas de suas crônicas abordem o surgimento e desenvolvimento destas. Em **“A primeira universidade do Império”**, publicada em 4 de julho de 1964, o autor narra exatamente a sua história e seu início formal no Brasil.

Diz o autor que

Universidade não tivemos na colônia, não tivemos no Império e já ia cinquentona e desanimada esta República quando a ilustre instituição começou a experimentar-se florescer e prosperar no Brasil. Não há dúvida que assim foi. Mas seria injusto esquecer algumas valentes tentativas de dar ao país a sua esperançosa Universidade, como aquela, de 12 de fevereiro de 1881, de que ficou, além da pedra fundamental, a lembrança melancólica em vários discursos paraninfais (**A primeira universidade do Império**. 04/07/1964, Tomo IV, 2013, p. 45).

Calmon dedica o sucesso da criação das escolas formais aos padres e militares, porém a fundação das Universidades é um feito dos intelectuais portugueses. A vinda da Coroa para o país que abriu os portos para essa possibilidade, desenvolvendo o ensino acadêmico e refinando a cultura. Ademais, o intercâmbio de brasileiros da elite em Portugal também proporcionou essa evolução na sociedade.

Porém, é importante notar que Calmon considera que a educação e a intelectualidade sofreram, também, uma forte influência francesa. Quando o autor trata a influência que os franceses tiveram no país geralmente é em torno das ideias, política e ideais de uma sociedade civilizada. Segundo ele,

Entre os mestres de idéias do Brasil romântico ninguém tira a Charles Ribeyrolles o lugar inviolável. É, por muitas razões, histórico. Apesar do breve período que viveu no Rio de Janeiro – exatamente um ano – o flamejante jornalista ensinou para sempre altas e definitivas lições de política e civilização (**Alguns franceses e a liberdade**. 27/07/1963, Tomo III, 2013, p. 281).

Assim, Calmon traz para suas narrativas o envolvimento da Igreja e dos militares na educação escolar e religiosa, e na educação do civismo, do patriotismo e do nacionalismo no Brasil, além de afirmar a importância de uma sociedade educada a partir desses valores. O autor aborda principalmente, indivíduos específicos membros de tais instituições, dando a estes um papel heroico na evolução da nossa história. Por vezes, Calmon aborda a Igreja e o Exército como instituições responsáveis pela construção de locais significantes na História do Brasil, como mencionamos aqui, relacionados à educação.

4.1.4 Os símbolos da Nação: Objetos, Locais e Heróis

É importante compreender que como historiador, Calmon valoriza com intensidade a conservação dos símbolos nacionais, sejam esses materiais ou não. No trecho abaixo, podemos ver que o autor elogia o trabalho feito em torno da conservação daquilo que representa a nossa História e o que ele considera como a nossa evolução de selvagens para civilizados. Ademais, tais objetos e símbolos demonstram de maneira clara essa evolução do território brasileiro que,

com a chegada dos portugueses, se tornou uma Grande Nação moderna e civilizada. Além disso, os artefatos, locais e símbolos ensinam à população o civismo, e sua conservação não engloba apenas a História, mas também a História da Pátria.

São inestimáveis os serviços que a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico (Rodrigo de Melo Franco à frente) tem prestado à cultura nacional, protegendo, socorrendo, salvando edifícios representativos das várias épocas da evolução brasileira. [...] Possuímos é verdade, uma arte colonial e genuína, informativa dos processos culturais que criaram o Brasil. Carecia de um inventário metódico, esclarecido pela pesquisa paciente, como a que empreendeu nos cartórios de beneditinos D. Clemente da Silva Nigra. [...] É para o aspecto educativo desses museus de antiguidade nacionais que queremos chamar a atenção dos responsáveis, neste número, abrangendo os que administram, os que ensinam, os que escrevem, os que defendem o leal patriotismo e os que o praticam pela ação e pela palavra. [...] Cuide-se desses pormenores da espiritualidade brasileira, recolhidos na penumbra, senão escondidos no segredo de tantas instituições sem publicidade. Que ali estão pedaços palpantes de uma realidade maior: da viva realidade do Brasil! (**O esplendor das santas misericórdias**, 22/04/1961, Tomo II, 2013, p. 195-197).

Ainda considerando o trecho acima, notamos que Calmon julga como patriotismo a defesa e conservação da História do Brasil. Percebemos a questão do civismo sendo levantada através do ensino da História, a utilização da História como um elemento diretamente relacionado ao civismo. A história de um local, quando pensamos, nos remete a uma cultura e identidade específicas. Nos utilizamos dos eventos históricos e de seus heróis para construir uma narrativa sobre a História de um povo e assim definir a sua identidade. Da mesma maneira, Calmon prestigia aqueles que se dedicam aos cuidados de preservação e divulgação, pois sem a História do país não se pode construir no imaginário da população uma identidade nacional.

Seguindo essas considerações sobre artefatos, objetos e locais que devem ser considerados importantes locais de memória e por isso preservados, o autor aborda diversos locais que representam tanto a arquitetura brasileira como a sua tradição cultural. Assim, o autor, traz em diversas crônicas locais históricos e a importância de sua conservação para a História Nacional. Desta maneira é possível identificar os locais que considera simbólicos para a história da pátria.

Abaixo vemos Calmon falando sobre a Matriz do Pilar, em Ouro Preto, e a necessidade de se preservar tais locais para a manutenção da história, do ensino da história e do civismo.

[...] Aliás, os monumentos históricos da velha capital das Minas se acham todos ameaçados pela instabilidade do terreno difícil. É uma cidade deliciosamente velha, a pedir que a socorram; um imenso tesouro de arte a exigir que a resguardem. Aquele muralhado desabado vale como advertência. E justifica a atenção alarmada dos brasileiros para o acervo de civilização e civismo que se guarda em Ouro Preto, como num escrínio fabuloso de arquiteturas raras, de cultura tradicional e reminiscências líricas, aliando às maravilhas do estilo (o reino de Aleijadinho) o símbolo das liberdades (a república de Tiradentes). [...] Pois é em nome de toda essa tradição que

a cultura brasileira recomenda a restauração da matriz do Pilar. Nem só daquela jóia esplendida de arte antiga. Mas a preservação de Ouro Preto, e das igrejas das Minas Gerais que sobraram do período convulsivo da invasão daquelas “alterosas” montanhas, como documentos estéticos da civilização que plasmava e definia o Brasil (**A admirável matriz do Pilar**, 06/05/196, Tomo II, 2013, p. 200-204).

Seguindo este sentido, trazemos um trecho da crônica “**A fazenda São Mateus**”, outro exemplo de como o autor preza pela manutenção de monumentos e locais históricos. Neste trecho vemos ainda que Calmon preza pela tradição brasileira, e que este local, além de um local histórico e de memória nacional, é um símbolo da tradição cultural que deve ser resguardado e lembrado.

Calmon diz que

Naquela casa formidável, de escadaria pomposa e dimensões de mansão real, mora um largo trecho da tradição brasileira – em que se unem grandes nomes da colônia e do império, os ciclos econômicos de dois séculos sucessivos, o descobrimento da terra, o latifúndio remoto, as visagens da tirania e da liberdade, esplendores de corte rural e a poesia da paz agreste, num delicioso recanto de fertilidade e silêncio. [...] Na geografia sentimental de Minas, o seu lugar é definitivo. Há terras que merecem a sua biografia, como os homens. Esboçamos em breves traços a dessa propriedade arcaica. O suficiente para indicá-la à veneração dos que amam e zelam os monumentos nacionais (**A fazenda de São Mateus**. 16/06/1962, Tomo III, 2013, p. 107-110).

A história do Brasil está sempre conectada a Portugal para Calmon. O autor, em sua narrativa “**Os restos de Pedro Álvares Cabral**”, publicada em 17 de outubro de 1964, diz que “a Francisco Adolfo de Varnhagen, o grande historiador, devem-se em Portugal dois achados: o túmulo de Pedro Álvares Cabral e o exato nome do estilo frondoso dos Jerônimos”. Calmon então diz que “na Graça de Santarém, um brasileiro – era a conclusão – descobriu o seu descobridor”. Ao narrar este evento histórico de curiosidade aos seus leitores, Calmon apresenta uma narrativa da história luso-brasileira. O autor traz um historiador brasileiro que era “rigorosamente patriota”, e assim descobriu algo que ligava novamente Brasil e Portugal na História, 14 anos após a declaração da República.

Logo, vemos a tradição conservadora, da cultura e história luso-brasileira sendo apresentada aos leitores como algo inquestionável. Nesta lógica, o autor traz o orgulho do brasileiro que descobriu o nosso descobridor. Este patriota trouxe a lembrança de que somos um país civilizado, educado e que evoluiu graças aos portugueses. Uma questão que, principalmente, vem à tona novamente por este grande historiador brasileiro, um historiador de destaque, um militar que além de escrever a história faz parte da História do Brasil também por suas obras.

Por fim, em sua última crônica publicada, Calmon disserta sobre os símbolos do nacionalismo. Na crônica intitulada “**O caboclo e a independência**”, o autor aborda o nativismo e o indianismo que se desenvolveram no período, e de certa forma critica o símbolo nacional do *indianismo* que se apresentam entre as culturas na América do Sul. Porém, ele explica que “na quadra da independência – um sentimento comum teceu entre os povos, que se faziam ações, uma teia espontânea de simpatia”, e nesse sentido justifica a confusão que descreve.

Calmon diz que

A verdade é que, ao viver o Brasil o seu gesto emancipador, se um político, como o baiano Gomes Brandão, se chamou arrogantemente de Montezuma, o próprio príncipe, que o chefiou, na maçonaria, tomou o nome de Guatimozin (ou Cuauhtémoc, imperador dos mexicanos). E porque a fonte do nacionalismo era o poema indianista de Durão, *Caramuru*, nas suas imagens os fundadores do Império foram buscar símbolos e inspirações. O imperador trocou o arminho – dos antigos reis – pela murça de papos de tucano – dos tuxauas da floresta. Alegoricamente um inca da banda do Atlântico; “caboclo” para a “unânime aclamação”; postiço, imaginário, absurdo – e, todavia, popular. Porque isso era americano! (**O caboclo e a independência**. 23/01/1969 Tomo IV, 2013, p. 311).

Acima, Calmon aborda, ele mesmo uma questão que levantamos neste estudo, o da construção de símbolos. Para o autor, existe essa confusão na mistura entre as culturas para formar um símbolo. Porém, o autor mesmo já justifica este aspecto partindo da justificativa que somos todos americanos. Igualmente, questionamos nós a construção, pelos intelectuais brasileiros, dos símbolos que representam a nação, que instigam o civismo e que são centrais para a História Pátria.

Os símbolos e heróis são construídos por alguém com uma intenção objetiva, são muitas vezes preservados por monumentos e objetos históricos, e a História Pátria perpetua esses símbolos através de narrativas que buscam desenvolver o nacionalismo e uma identidade no imaginário da população. Como observamos no trecho abaixo no qual Calmon fala sobre a bandeira, e aqui temos bandeira com “B” maiúsculo, o verde e amarelo, o lema ordem e progresso, revela a história fabulosa do país representada em um símbolo nacional:

Toda bandeira nacional exprime um idealismo estridente. Há nas suas cores uma utopia necessária. Ou é a lembrança fabulosa de heróico passado – a utopia da tradição –, ou a promessa de gloriosos tempos – a utopia do porvir. Pertencem ao primeiro tipo essas velhas insígnias elaboradoras pelo espírito histórico, em cujos matizes revivem epopéias. A Bandeira brasileira é da outra índole. Concebeu-a José Bonifácio, em 18 de setembro de 1822, como uma risonha imagem deste “paraíso” cósmico [...] Mas lá está declarado que em campo *verde de primavera*, o losango é *amarelo de ouro*, ou seja na inovação da natureza tropical a opulência metálica, das minas gerais. Ao centro o escudo do Reino Unido, formado pela combinação da Cruz-de-Cristo e da esfera armilar dos descobrimentos, teria um círculo constelado, representando cada uma das dezenove estrelas as províncias do Império [...] (**A história da bandeira nacional**, 03/12/1960, Tomo II, 2013, p. 134-135).

O herói militar é, também, um símbolo de orgulho pátrio para o autor. No trecho abaixo vemos como Calmon apresenta em a suas narrativas esse símbolo por meio de uma celebração militar realizada em homenagem a D. Pedro II. Temos aqui a Independência como um evento marcante da liberdade do povo brasileiro, evento em que temos o símbolo das flores da vitória e os heróis que dela participaram.

Neste cenário descrito por Calmon transparece o orgulho pelos militares que daquele momento participaram, um momento de orgulho à pátria:

Eram os sobreviventes da campanha da libertação, homens do Dois de Julho, que todos os anos, com impecável pontualidade, festejavam os combates de Cabrito e Pirajá, o Sete de Janeiro da ilha de Itaparica, a entrada, pela Soledade e a Lapinha, do “exército pacificador”, pisando com pé triunfante as flores da apoteose!

Calmon tende, também, a abordar eventos que poderiam ser desconhecidos ao público, curiosidades da história do país, e nestas narrativas estão os símbolos, os monumentos os heróis da nossa história. Por vezes esses símbolos são apresentados pela primeira vez para o leitor como algo, ou alguém, novo a se aprender que representa a pátria. Outras vezes, o autor trabalha com documentos e símbolos que já fazem parte do conhecimento geral, e com isso ele coloca tantos esses símbolos conhecidos quanto os não conhecidos no mesmo âmbito de ensinar o civismo, apresentar o orgulho da nação.

Em “**O culto de Tiradentes**”, publicado em 17 de junho de 1961, o autor diz que

Depois da justiça cruel dos contemporâneos, sofreu Tiradentes a demorada justiça dos tempos. Foi longa e difícil a elaboração do culto cívico do ardente precursor da Independência. Tudo, no princípio, conspirou contra o grande conspirador. Em torno da sua memória, vilipendiada pela sentença feroz da Alçada, se fez o silêncio dos túmulos. [...] Chegaria a sua vez, mas quando chegasse a vez das correntes liberais gulosas de antecedentes populares, necessitando de um símbolo clamoroso, exigindo o herói vindicativo! Tão negado e duvidoso quando se criava o “mito”, é agora história, verdade e modelo. A luta literária que ferveu à sua sombra (e foi como “sombra”, ou fantasma penitente que o reivindicou soberanamente a poesia!), cristalizou a convicção de que a Independência tinha um antepassado legítimo. E esse precursor merecia a devoção compreensiva das gerações. Em tudo isso o que se operou foi uma restituição. Restituíram-no o povo (**O culto de Tiradentes** 17/06/1961 Tomo II, 2013, p. 222; 225).

Compreendemos, ao ler o trecho aqui apresentado, que o próprio autor trata essa questão que aqui estudamos em relação a construção de símbolos através da história, da literatura e da tradição cultural, o que é interessante. Porém, o autor volta a se dedicar ao seu objetivo principal, que não é o da crítica histórica, mas o da própria construção de símbolos da nação e da educação cívica da História Pátria.

4.1.5 O Império Brasileiro e D. Pedro II, o brasileiro

De acordo com Reis (2006), Calmon olha o Brasil a partir da família imperial, mesmo quando se afirma como neutro e partindo do ponto de vista nacional. Aqui, o autor

[...] se justifica dizendo que vê o Brasil como uma construção difícil, e não quer destruí-lo propondo a luta entre brasileiros. Para ele, todos os personagens que tiveram uma ‘ação construtiva’ devem ser reconhecidos e aplaudidos. E o personagem que poderia unir, reunir, confraternizar todos os brasileiros, para ele, a partir de 1808, era o imperador. Mas Calmon não se tornou monarquista de repente, pois, na verdade, foi sempre um fanático defensor do imperador [...] (REIS, 2006, n./p.).

Ao longo da leitura das crônicas, notamos que a família imperial é um assunto recorrente, poucas destas tem como tema central o período da República. Calmon apresenta o Império Português no Brasil e o Império Brasileiro como governos positivos na história do país. O primeiro por ter civilizado e desenvolvido o país, o segundo por ter conseguido a sua liberdade.

Desta forma, Calmon apresenta a família como os representantes honrados da Nação brasileira. Tanto em território nacional como em estrangeiro, D. João VI e sua família são dignos de orgulho por suas ações e honra em nome do Brasil. Calmon tinha também uma longa trajetória com D. Pedro II a partir de seus estudos e biografias. Logo, o personagem principal de muitas de suas crônicas é D. Pedro II, suas características e suas atitudes e são todas positivadas e o Imperador brasileiro é homenageado por suas ações, principalmente por ter libertado o país da soberania portuguesa, afinal D. Pedro II é um Imperador brasileiro.

Na crônica a seguir, vemos como Calmon apresenta o reconhecimento da honra e dignidade do governo brasileiro pelos britânicos.

[...] Solicitada a audiência ao imperador ofendido – receberia de bom semblante o agente de Sua Majestade britânica, e com a sua oração e a resposta matavam-se a querela! O marques (continua na sua correspondência o Príncipe de Joinville) “achava essa proposta boa e honrosa”, que mais do que isso não concedera a Inglaterra a ninguém; e que consolasse-se, que ficava com a certeza de que tudo fizera para ressalvar a dignidade nacional [...] E observa em louvor do intermediário: “O Lavradio arranhou tudo o melhor possível e sempre pensando antes de tudo na hora e dignidade do Brasil e do governo vosso. Tomou muitíssimo a peito este negócio que lhe deu muitíssimo que fazer” (**Nos bastidores da Questão Christie**. 09/03/1963, Tomo III, 2013, p. 214).

Calmon demonstra também o apreço que outras famílias reais e governos estrangeiros tinham pela família imperial brasileira. Ademais, D. Pedro II, figura de destaque nas crônicas, é altamente elogiado e reverenciado. Mesmo quando Calmon fala de alguns aspectos da personalidade do Imperador que não seriam vistas como comuns ou boas para se ter, D. Pedro II acaba sempre mostrando o porquê é o Imperador e o homem digno e honrado que é. O autor traz ainda diversas peculiaridades sobre o Imperador, porém, é em algum evento curioso da história mundial na qual D. Pedro II teve influência ou surpreendeu personagens internacionais com sua personalidade e inteligência.

Abaixo vemos Calmon colocando D. Pedro II na história da invenção do telefone.

Nem tudo está dito sobre a história do telefone. Conta Catherine Mackenzie na biografia de Alexandre Graham Bell que, de um modo providencial e indireto, concorreu o Imperador do Brasil para o feliz sucesso da invenção. Remete o conhecido episódio da exposição do Centenário da Independência norte-americana, de 1876. Que D. Pedro II a visitava, ao cair da tarde de 25 de junho, e chamado pelo jovem professor para lhe experimentar o aparelho elétrico de transmissão da voz, com a atenção que dispensou ao autor e à idéia imediatamente consagrou, a ambos. [...] Mas faltam a essa novela da vida real (absolutamente histórica) alguns pormenores que a esclarecem. Foi fortuito, sem dúvida, o encontro em Filadélfia de Graham Bell e D. Pedro II [...] (**D. Pedro II e o telefone**, 29/04/1961, Tomo II, 2013, p. 197-198).

Muitas vezes quando pensamos em um país o associamos aos seus chefes de Estado. Quando consideramos um chefe de estado como bom, percebemos tal país como um país bom e próspero. Seguindo esta lógica, D. Pedro II, para Calmon, representa o Brasil com sua simpatia, sensatez e, também, por suas posições e opiniões em relação a assuntos sociais. Essa visão do Brasil através do imperador que, em muitas crônicas, Calmon apresenta como ser o que leva governos do exterior e suas populações ao reconhecimento do Brasil como uma grande nação.

No seu excelente livro *D. Pedro II nos Estados Unidos*, revelou Argeu Guimarães o espantoso benévolo que por lá circulou, ao desembarcar em Nova York, simples e curioso, o imperador do Brasil. Para os norte-americanos, era a primeira testa coroada que entrava em contato com a sua civilização de ferro e óleo. Acolheram-no com alvoroço e simpatia – naquele ano jubilar da Independência, em que grandes festas celebravam o centenário nacional. [...] Graças a essa precaução – e ao eco que obteve no país a imperial visita, tornou-se de repente D. Pedro II um personagem popular no mundo ianque. Tão conhecido e comentado – acrescente-se – que ironicamente lhe sugeriram o nome para candidato à Presidência da República! Antes, de cogitaram os “sulistas” para rei da Confederação! [...] “O Norte tem-me agradado muito mais do que o Sul”, observara o imperador, condenando a discriminação racial, oposto à escravatura, estimando as providências que elevassem o nível às populações escuras (**O imperador nos Estados Unidos**. 10/03/1962, Tomo III, 2013, p. 53-55).

Neste trecho apresentado temos aspectos muito interessantes dessa relação país e chefe de Estado. Nesta visita de D. Pedro II aos Estados Unidos, Calmon afirma que a população foi preparada para receber o imperador do Brasil em uma data comemorativa importante. Indo além dessa preparação, D. Pedro II, como sempre, se destaca por sua personalidade, o que acaba por representar o Brasil. De acordo com o autor, o imperador logo se tornou popular por seu jeito e suas ideias, tanto que o queriam para governar o país. Outro ponto de destaque é o pensamento de D. Pedro II em relação a escravidão, apresentado por Calmon.

Calmon destaca como o Imperador seria contra a escravatura e a discriminação entre as raças. O que é interessante destacar que o Brasil ainda era um país com um mercado de escravizados extremamente ativo no período mencionado. E vale lembrar que nosso país foi o último a abolir a escravatura, sendo apenas 12 anos após esse evento narrado por Calmon. Essa questão nos leva a identificar como Calmon trabalha em torno do personagem D. Pedro II de forma a exaltar o imperador, não apenas em seu modo de governar, mas em suas ideias, e que isso é um orgulho para o país, tanto dentro do Brasil quanto fora.

Achamos válido trazer um trecho do *New York Herald* em sua edição que informa a população sobre a futura visita do imperador. Segundo Calmon, o trecho foi escrito pelo jornalista James O'Kelly, que foi enviado ao Rio de Janeiro tratar da visita do imperador ao país:

The Emperor of Brazil comes to us in a double capacity – first, as the ruler of the greatest American nation, our own excepted, one which dominates the Southern Continent much as the United States the Northern; and second, as a man personally distinguished for his learning, humanity and enterprise. He should be welcomed on his visit to this country, not only as the representative of an empire with which we are in friendly relations, and who, because of that fact, should be received with all courtesy, but also as a sovereign who has nobly sought to promote the welfare of his people. [...] We cannot afford to seem cold or indifferent on an occasion when two continents meet, each to congratulate the other on its vast improvement and growth. (NEW YORK HERALD [volume] (New York [N.Y.]), 08 April 1876.)

O Imperador do Brasil vem a nós em capacidade dupla – primeiro, como o governante da maior nação Americana, com exceção a nossa, uma que domina o Continente Sul muito como os Estados Unidos o Norte; e segundo, como um homem distinto por seu aprendizado, humanidade e empreendimento. Ele deve ser recepcionado em sua visita a esse país, não apenas como o representante de um império com o qual temos relações amigáveis, e quem, por este fato, deve ser recebido com toda a cortesia, mas também como um soberano que nobremente tem buscado promover o bem-estar de seu povo. Não podemos nos dar ao luxo de parecermos frios ou indiferentes em uma ocasião quando dois continentes se encontram, cada um para parabenizar o outro em sua vasta melhoria e crescimento (NEW YORK HERALD [volume] (New York [N.Y.]), 08 Abril 1876. Tradução nossa).

Gostaríamos de destacar nesta nota do *New York Herald* a relação entre os países e como o jornalista busca pontuar a importância do imperador ao equiparar a grandeza do Brasil com os Estados Unidos, claro com os Estados Unidos sendo de maior importância, mas ambas grandes nações em seus continentes. Aqui, ambos os países cresceram e se desenvolveram, e como os governantes dos Estados Unidos, D. Pedro II foi responsável por isso ao prezar sempre pelo bem-estar da população. Assim, o imperador é apresentado ao público estadunidense um grande soberano de uma grande nação, bem como Calmon o apresenta quase cem anos depois em sua narrativa de 1962.

Para Calmon, como já mencionamos acima, a Independência foi um ato de liberdade. O autor aborda tanto diversos atores do governo e sociedade que tiveram algum papel no processo quanto D. Pedro I, como responsáveis por essa grande vitória. No trecho da narrativa abaixo, percebemos como o autor apresenta a Independência como um momento de discórdias, mas um momento em que venceu o herói a ser celebrado. Ademais notamos os símbolos trazidos por Calmon em torno deste evento:

Proclamada a independência sob o signo das líricas liberdades, no dia imediato (na verdade, desde o dia anterior) os campos se dividiram, de um lado os que a queriam ordeira, unificada, monárquica, José Bonifácio à frente, do outro lado os que a pretendiam democrática, federal, senão republicana – como os revolucionários pernambucanos doutrinados por frei Caneca, Natividade Saldanha, o Doutor Barata (**Quando Bolívar era esperança**. 16/03/1963, Tomo III, 2013, p. 215).

Aqui é interessante vermos a oposição entre monarquia e república através das palavras utilizadas para caracterizar cada. A monarquia é ordeira e unificada enquanto a república e a democracia são buscadas pelos revolucionários doutrinados. Novamente lembramos como a escolha das palavras utilizadas por um autor é sempre intencional e cria um tom que pode demonstrar essa intenção do autor, no caso positivar a monarquia em relação a uma nova forma de governo.

4.1.6 O Brasil no exterior

Como já identificamos acima, a impressão que os países e populações estrangeiras têm sobre o país é de extrema importância para Calmon. Para o autor, a família imperial, e D. Pedro II principalmente, era a representação do país no exterior. O autor preza por esta impressão que os outros tinham de nosso país, como viam sua grandeza, sua riqueza, sua cultura e, muito, como o país havia evoluído de bárbaro a civilizado.

A família imperial era importante e não bastava que aqueles que escreviam sobre o Brasil tivessem um grande apreço pelo país, era necessário que reconhecessem como uma nação moderna e civilizada, o que se percebia também através da família imperial, como notamos no trecho abaixo sobre Domingo Faustino Sarmiento:

Compreende-se que, passando pelo Rio de Janeiro, sem especiais razões (muito ao contrário) para simpatizar com o Brasil no início tímido do reinado de D. Pedro II – rapazinho de educação fradesca –, achasse a cidade atraente à sociedade contraditória, a política inexpressiva, o soberano mesquinho produto do meio e da época, a nação uma incógnita. [...] Publicou Sarmiento os *recuerdos de viaje* longe de imaginar que em cinco anos uma transformação profunda faria de sua indiferença – encharcada de preconceito – uma admiração enternecida pelos costumes, pelo regime, pela gente, pelo príncipe: e pedindo-lhe a hospitalidade, se converteria num amigo [...] (**Sarmiento e o Brasil**. 20/07/1963 Tomo III, 2013, p. 277-278).

Repetidas vezes Calmon busca retratar como o Brasil é percebido no exterior, como os brasileiros são recebidos e representados por figuras internacionais que Calmon considera importantes. Esses “amigos do Brasil”, segundo Calmon, possuem alguma relação afetiva com o país. Em diversas crônicas, o autor narra como de figuras históricas conhecem o Brasil, as suas impressões ao visitar o país, em geral o que escrevem sobre nosso país e cultura. Por vezes, o autor traz críticas realizadas por pessoas de destaque ou intelectuais estrangeiros, porém, quando ao tratar de tais críticas, Calmon tende a justificá-las como injustas e infundadas, por fim, dando destaque aos elogios e aclamações ao país e ao povo brasileiro.

Como podemos ver no trecho a seguir, Calmon aborda como Antônio Feliciano de Castilho, escritor e pedagogo português, percebia o Brasil. Ademais, é considerável o tom literário que Calmon utiliza em suas narrativas que abordam tal tema, como no trecho a seguir ao utilizar palavras que expressam os sentimentos e pensamentos do escritor:

Uma grande ternura pelo Brasil estampava-se no pensamento literário de Antônio Feliciano de Castilho. Nenhum escritor português do seu tempo – de Almeida Garret a Eça de Queiroz – foi mais amável e compreensível com as coisas e os homens deste país. Em nenhuma de suas páginas, eruditas, críticas, noticiosas, pedagógicas ou políticas, houve jamais um estremecimento zangado, uma atitude de intolerância ou de menosprezo desprendendo-o do enleio cordial de uma estima que herdou do pai e legou ao filho, espontânea e vitalícia. Os outros às vezes agastavam-se, em transe e amarguras – que recortaram o metal do estilo a caricatura “brasileira.” Castilho, não. Sem olhos para ver a luz americana – o poeta cego se uniu sentimentalmente aos que aqui, na sua língua, lhe recitavam os versos, por uma gratidão interminável, alimentada sucessivamente pelo aplauso, pela correspondência, pela viagem, pelo conhecimento das pessoas, pela afinidade, senão pela fraternidade dos destinos (**Os três Castilhos**. 13/01/1962, Tomo III, 2013, p. 21-22).

Nesse trecho retirado de “**Os três Castilhos**”, vemos que Calmon compara a estima que o escritor que tem pelo país com a crítica de outros escritores. Calmon demonstra a amabilidade de Antônio Feliciano de Castilho, que reconhece o povo brasileiro e o Brasil como ligada à de Portugal de forma fraterna, em contraste a outros autores que escrevem sobre o país com “amargura”. Por este motivo, o escritor português demonstra sua honra e, de forma subjetiva, sua elegância, além da cordialidade herdada de seu pai, ou seja, sua opinião que é relevante.

Calmon busca apresentar a impressão de que as pessoas que importantes para ele têm do Brasil. O autor traz escritores, intelectuais, cientistas, ou seja, figuras que ele próprio consideraria de destaque e dos quais a opinião seria importante, ou figuras de grande importância política. No trecho abaixo, Calmon homenageia Carlos Antônio López, no centenário de seu falecimento. Neste tributo ao antigo Presidente do Paraguai, Calmon destaca a sua relação bem-sucedida com o Brasil, diferente de seu filho, Francisco Solano:

Assume, afinal, as proporções de um patriarca – que fez de três idéias primárias o governo solitário: a defesa, a autoridade, o desenvolvimento. Para realizá-las, cultivou – enquanto de como lhe conveio – a aliança brasileira. [...] Carlos Antônio mandara o filho Benigno estudar na Academia Naval do Brasil – e a despeito daquela zangada resistência a que se lhe disputasse a terra (a terra e o rio) – fazia da cooperação com o seu grande vizinho o tripé da estabilidade platina. Enquanto vivei, esse equilíbrio engenhoso foi mantido. Nem deixa de ser irônica a contradição da política externa do primeiro e do segundo López. Enquanto Carlos Antônio favorecia a “intervenção” brasileira no Prata (1850), que Francisco Solano hostilizaria com todos os seus recursos bélicos! Nessa divergência de gerações havia igualmente um contraste de caracteres; e uma oposição de mentalidade (**O centenário dos López**. 15/12/1962, Tomo III, 2013, p. 175-178).

Notamos também, que além de destacar as diferenças de mentalidade em torno da relação entre Paraguai e Brasil, Calmon também aponta que isso se devia a um valor moral. Para o autor, a diferença com que os dois presidentes, pai e filho, trataram a aliança e o relacionamento com o Império brasileiro, demonstra não só a posição política e moral entre os dois. Enquanto o pai, Carlos Antônio, presidia o Paraguai, existia uma aliança pacífica, mesmo que não sentimental entre os dois países, mas era uma relação de honra e troca, o filho, Francisco Solano, ao assumir e não seguir os passos do pai neste compromisso demonstra também uma diferença de caráter.

Na crônica “**Democracia coroada**”, publicada em 11 de julho de 1964, Calmon destaca como acontecimentos históricos no país são também comemorados fora deste. Nesta narrativa, o autor diz que “em Buenos Aires, por ocasião das festas que lá se fizeram em honra da Abolição da Escravatura no Brasil. Foram manifestações de júbilo retumbante, a que

Mitre emprestou a autoridade do seu depoimento e da sua coerência” (**Democracia coroada**, 11/07/1964, Tomo IV, 2013, p. 48). O autor apresenta como um evento tem impacto na visão que a Argentina tem do Brasil, e por ser um evento de grande significância, mesmo sendo extremamente tardio, o império é julgado e, então, parabenizado por suas ações por um de nossos vizinhos, um país de também grande importância.

Desta maneira, observamos como é importante para o autor o país ser considerado como um amigo de outros países, além de uma potência de igual valor em relação a outros países “importantes” no cenário global. Nos dois trechos que apresentaremos a seguir, Calmon expõe essa necessidade de que o Brasil seja uma grande nação com relações de amizade com outras nações. Temos, então, o crédito das ótimas relações internacionais que o país mantém.

José da Silva Lisboa, com a “abertura dos portos”, é o patrono da independência econômica. Derrubou – com o conselho inteligente – o sistema colonial. Negociaria o Brasil com todos os países amigos! O velho Andrada – assessorando D. Pedro I – consolidou a independência política. Rompeu – com a ação inspirada – a subordinação histórica. O Brasil tornou-se igual às outras potências do globo! (**Patriarca e visionário**, 22/06/1963, Tomo III, 2013, p. 264-264).

Homenageamos a graciosa rainha que a bordo do seu iate vem conhecer o Brasil. É terra amiga, e hospitaleira, lhe terão dito, não só os diplomatas que a representam neste país, como os parentes que em várias ocasiões aqui estiveram. Em gerações sucessivas. Desde o Príncipe Alfredo, tenente da Armada, que tinha, como hoje tem Philip, o título de Duque de Edimburgo, até o Príncipe de Gales, que seria Eduardo VIII (o que por amor perdeu seu trono). Também por vezes o Brasil aparece no diário, na correspondência, nas recordações da Rainha Vitória, a “avó da Europa” – tetravó de Elizabeth II (**A Rainha Vitória e o Brasil**, 09/11/1968, Tomo IV, 2013, p. 294).

4.2 CALMON E SUAS FONTES

De acordo com Sandra Pesavento (2013), a história nacional passou a preocupar muitos historiadores a partir do espírito romântico no início do século XIX. Ao darem maior atenção à história da nação passaram investir na busca do “espírito do povo, da alma das nações, que recuperassem os heróis com seus grandes feitos e que registrassem a saga da construção de cada Estado” (PESAVENTO, 2013). Evidenciamos, neste sentido, que esses historiadores buscavam nas origens de suas nações, e nos seus mitos fundadores, a base para a construção da identidade nacional. Esta movimentação que busca no passado da nação e nas origens de seu povo temo acaba resultando na criação e desenvolvimento de um sentimento de pertencimento, de comunidade.

Logo, é com a escrita da história que os historiadores geram a nação e a identidade nacional e, como já percebemos nos trechos citados anteriormente, Calmon se utiliza de diversos tipos de fonte escrever a sua história nacional. Ele traz livros, como biografias e de História, diários, cartas, notícias de jornais, memórias e reminiscências e até, surpreendentemente para o período, História oral. Com estas fontes o autor desenvolve a narrativa do evento, a história por trás da fonte, além de descrever os locais, as pessoas, a cultura, a política e a sociedade do período escolhido. Ademais, e talvez o aspecto mais importante, tais fontes auxiliam na legitimação das suas crônicas.

Ainda, Calmon é na maioria de suas narrativas bastante específico com os detalhes da fonte. O autor tende a apresentar a fonte, onde a fonte pode ser encontrada, o ano em que foi escrita e por quem, além de citar diversos trechos das fontes utilizadas. Estas fontes trazem mais vida para a narrativa, muitas vezes mais fluidas. Outras vezes notamos que Calmon se prende nesta apresentação das fontes de forma que, quando o espaço para suas crônicas diminui, a narrativa perde sua fluidez e muitas vezes se torna confusa.

Porém, percebemos também que quando seu espaço diminuí significativamente, Calmon nem sempre cita suas fontes. Trouxemos trechos para exemplificar e para, desta maneira, antes de aprofundarmos o assunto, mostrarmos um pouco mais a diversidade de fontes históricas nas crônicas:

O que não se publicou, e ora divulgamos, é a carta que o Barão de Penedo, a 22 de dezembro de 1873, escreveu de Roma ao Imperador, e positiva o sucesso temporário de sua embaixada (na ignorância do processo armado contra as prelações brasileira), ao mesmo tempo condicionando-o à conduta tolerante do Governo. Neste papel (do arquivo da Casa Imperial, ora no Museu de Petrópolis) se lê precavida advertência que tarde chegou ao destino (**A difícil missão do Barão de Penedo**. 10/12/1960 Tomo II, 2013, p. 139).

Aí o visitou, em 12 de agosto de 1876 (por ocasião de sua segunda viagem à Europa), D. Pedro II. Afinal, que influência exerceu na obra de Wagner a hipótese... *brasileira*? Observe-se que publicou Wagner *Mein Leben* em 1870, em edição familiar, que só se universalizou em 1911, quando esse precioso livro foi simultaneamente difundido na Alemanha e na França, permitindo a pesquisa histórica em torno de muitos de seus capítulos obscuros (**Wagner e o Brasil**. 10/06/1961 Tomo II, 2013, p. 219).

Foi um deus-nos-acuda, porque todos esperavam de Sua Majestade as perguntas mais impertinentes, menos estas, que demandavam ciência fradesca e vagares de pesquisa, desusados no país. O *Diário do Imperador* (publicado por Guilherme Auler) enche-se de leves irritações; e transpira enfado. [...] São palavras do imperador: [...] (**O centenário do Instituto Arqueológico**. 24/02/1962 Tomo III, 2013, p. 47).

Divulga José Maria Rosa em *La Caída de Rosas* (Madri, 1958) um documento em que aparecem como diretor e redator, respectivamente, Vadie Sudré e Antônio Gonçalves Dias, com a observação de que *O Americano* era hebdomadário e se distribuía por subscrição. Muitos de seus artigos, enfaticamente “indianistas”,

emoldurados do sentido “continental” em que se entrincheirou – antes da crise de 1850 – *O Americano*, são da mesma pena luminosa que “guardou a memória do moço guerreiro, do velho tupi”! (**Gonçalves Dias inédito**. 08/08/1964 Tomo IV, 2013).

Na realidade encartara-se o poeta do *lenço* num emprego humilde do Paço. A 3 de fevereiro de 1888 em portaria (inédito que elucida o pequeno ministério literário), o mordomo, Visconde de Nogueira da Gama, o colocou “interinamente” como “escriturário do almoxarifado do paço na cidade”. Mas com exercício na secretaria, na quinta, o que lhe proporcionou a promoção a arquivista (cargo que lhe atribui o *Almanaque Laemmert* para 1889) e consequentemente agregação à imperial livraria. (**Os boêmios do Velho Rio**. 13/10/1965 Tomo IV, 2013, p. 113).

É fácil prová-lo. “*Sertões desta capitania*”, reza a carta régia de 20 de janeiro de 1699. O ouvidor de Porto Seguro, em 1764, descobria “nos sertões”. “Por serões intransitáveis” – carta do Bispo Azeredo Coutinho, em 1801. Permitia o governo em 1810 se fosse “aos sertões do rio Paraná”. As sesmarias mineiras dadas em 1851 mediam-se “nos sertões”. Afinal, os textos catiços: *sertões* do Brasil, canta Filinto Elísio; “largos sertões”, “dilatadíssimos”, repete, com o conhecimento da terra (onde, juiz, sentenciou os inconfidentes), Antônio Diniz. E nas *Memórias do Brasil reino* o Padre Perereca. E Aires de Casal (“sertões dos rios Uruguai e Paraguai”) na *Corografia Brasílica* (**Os sertões de Euclides**. 12/02/1966 Tomo IV, 2013, p. 130).

Em todo caso, acudiu-me a curiosidade de saber a origem dessa bandeira do Brasil antigo, alinhada entre a dos países que veneram a Senhora de brancas roupas e faixa celeste no seu santuário célebre. Quam ali a pôs? E quando foi isso? No arquivo do Conselheiro Almeida Areias, Barão de Ourém, que se guarda no Instituto Histórico, principiei a desenredar a meada. Os jornais do tempo completaram a resposta (**O Brasil em Lourdes**. 29/07/1967 Tomo IV, 2013, p. 206).

A notícia é do *Times*, de Londres: “O ex-imperador e sua família visitaram hoje Lourdes. A falecida imperatriz visitou a capela em agosto de 1888, mas o imperador enfermo não pôde então acompanhá-la.” No *diário* (inédito) de D. Pedro não há alusão à bandeira. Registra: “Comunguei e ouvi a missa na igreja que muito me agrada, a do morro” (**História de uma bandeira**. 07/09/1968 Tomo IV, 2013, p. 281).

Isto em 1970, num papel secreto que passou, em Londres, ao grande Pitt (revela William Pence Robertson em *La Vida de Miranda*, recente revisão revista por Pedro Grases, em Caracas). Apenas – liberal como um inglês – o “prócer” impunha ao inca o regime representativo. Mestiço de nativo e britânico; pois o limitaria, nas suas funções majestáticas, uma Câmara de Lordes... feita de caciques vitalícios (**O caboclo e a independência**. 23/01/1969 Tomo IV, 2013, p. 311).

Calmon utiliza variadas fontes que demonstram as mudanças pelas quais a História vinha passando. Claro, o autor se utiliza de documentos e arquivos oficiais em suas narrativas. Em “**Herói Americano, General Labatut**”, publicada em 5 de agosto de 1961 (Tomo II, 2013, p. 250), o autor fala que “consta no *Registro de Estrangeiros* (agora publicado pelo Arquivo Nacional) pelo menos quatro viagens de *Pedro Labatut*, entre 29 de janeiro de 1819 e 26 de novembro de 1821, de Montevidéu para o Rio de Janeiro”. Porém, Calmon não se prende apenas a fontes oficiais, ele demonstra que a História é escrita por documentos além dos oficiais e registrados.

Na crônica “**A origem dos nossos coqueirais**”, publicada na edição de 21 de janeiro de 1961, Calmon fala sobre a natureza do Brasil e como se modificou e diversificou após a chegada dos portugueses. Para explicar essa modificação das palmeiras, o autor busca em um documento, encontrado, que dá o suporte necessário ao que está contando ao leitor. Diz Calmon que “temos hoje a explicação disto por um documento que achamos no Arquivo Histórico Ultramarino, em Lisboa: a certidão do Regimento com que veio, em 1602, o Governador-Geral Diogo Botelho” (**A origem dos nossos coqueirais**. 21/01/1961 Tomo II, 2013, p. 155). Calmon não apenas apresenta a sua fonte como também passa ao leitor a importância da pesquisa histórica.

Em um grande número de suas crônicas, Calmon, então, se utiliza de cartas, diários e memórias. No trecho abaixo o autor se utiliza do diário do imperador para narrar o evento que está retratando.

Recorremos ao diário (arquivo da Casa Imperial, Petrópolis) – e com o inédito à vista podemos não apenas reconstituir a viagem, como fixar os seus aspectos inolvidáveis. Assim, na capital de Pedro, o grande. Lá chegou a 20 de agosto. Compareceu “incógnito” ao congresso de orientalistas que então se realizava, e fez aos filólogos perguntas elementares de sânscrito e samarino! (**Um brasileiro na Rússia dos Czares**. 30/11/1963, Tomo III, 2013, p. 340).

Em outro texto no qual o autor narra a visita do Arquiduque Maximiliano, Imperador do México, em 1860, Calmon utiliza cartas trocadas entre a Condessa de Barral e a Imperatriz Teresa Cristina para desenvolver o enredo de sua curiosidade histórica. De acordo com o autor, “correu, aliás, o boato de que o arquiduque viera ao Brasil tratar do casamento do irmão mais novo, Luís José, guapo rapaz de 18 anos...”. Calmon então introduz a carta dizendo, “leiamos, porém, a carta que a Barral escreveu de Petrópolis à Imperatriz Tereza Cristina (em 2 de fevereiro de 1860). Guarda-se inédita, no arquivo imperial” (**Maximiliano do México** 09/04/1960, Tomo II, 2013, p. 41).

Além de utilizar fontes que não seriam consideradas oficiais, o autor traz fontes que demonstram certa subjetividade em sua escola. No trecho abaixo Calmon apresenta as fontes que irão legitimar sua narrativa, porém, por não serem oficiais ou talvez uma fonte que o autor não considerasse de total confiança, ele valida a que escolheu como verdadeira. Calmon diz que

O assunto é tentador; e resolvemos, por nossa conta, estudá-lo. À falta de melhor notícia (e a respeito nada se encontra nos jornais compulsados), temos que recorrer a dois autores locais, Juan Francisco Ortiz, nas suas *Reminiscências* (1907), e Gustavo Arboleta, num artigo do *Boletim de História e Antiguidades* (1916). O primeiro é verdadeiro. O seu depoimento tem minúcias amáveis de retrato: lembra com justiça o mestre dos verdes anos, quando José da Natividade Saldanha ganhava o pão a ensinar meninos. O Segundo é imaginoso e equívoco (**A morte inexplicável de um poeta**. 14/03/1964 Tomo IV, 2013, p. 33).

Como mencionado acima, é interessante notar que ao falar de um assunto em que não encontrou fontes em que confiava plenamente, o autor traz fontes que falam sobre o assunto e aborda sua veracidade. Nesta crônica em que Calmon trata a morte de José Natividade Saldanha e a vida do ativista brasileiro, ele traz a fonte de dois autores, mas apenas se utiliza realmente daquele que considera verídico, o de Ortiz. De acordo com Calmon, Ortiz é o que retrata de forma justa o brasileiro e “como esse professor desafortunado” “depondo as armas, voltava a paz do seu seminário e ao remanso das fortes humanidades: depois de tanto lutar, explicava poesia” (**A morte inexplicável de um poeta**. 14/03/1964, Tomo IV, 2013, p. 33-34).

Outro exemplo deste aspecto de mudança e da abertura da História para documentos não oficiais, encontramos na crônica “**Um amigo invisível, Leopoldo I**”, publicada em 11 de fevereiro de 1961. Nesta narrativa em que o autor aborda as relações exteriores do Brasil, ele traz a questão de que certos assuntos ou eventos podem não ser encontrados em documentos e arquivos oficiais, afirmando a importância dessa mudança em relação aos documentos históricos. Segundo Calmon,

Exemplo disto é a discreta intervenção de Leopoldo I, rei dos belgas, nos assuntos anglo-brasileiros de 1851 e de 1863. Dela não falam os documentos públicos. Ignoramos se nos arquivos oficiais ficou o seu traço leve, de mediação amistosa. Não daríamos com este itinerário íntimo sem a correspondência do Príncipe de Joinville (cunhado de ambos) com D. Pedro II, que se guarda nos cartórios da Casa Imperial. E, todavia, se apresenta de absoluto interesse para a dupla crise que se abateu, em 1863, em 1851, sobre a política externa do Brasil (**Um amigo invisível, Leopoldo I**. 11/02/1961 Tomo II, 2013, p. 162-163).

Não só as fontes, mas a História em geral, são de extrema importância para Calmon. Claro, estamos nos referindo a um intelectual historiador, que foi também reitor de uma das principais universidades do país. Porém, é interessante destacar que Calmon ensina aos seus leitores sobre suas fontes, para dar base para suas narrativas e as legitimar. Ao mesmo tempo, Calmon ensina a necessidade da História para o país, a necessidade de um Instituto que se dedica a guardar e preservar a história e tradição do país como vemos abaixo, o autor apresenta a importância do Instituto Histórico para a nação brasileira, para assegurar a tradição da pátria através da história e dos objetos e fontes históricos:

Há uma instituição carecendo de amparo. Por sinal, no seu gênero a mais antiga destas Américas. É mais do que uma instituição que enlanguesce à míngua de auxílio público; é um instituto que não pode decair sem afronta e humilhação da cultura nacional. Não tem “segredo” ou “mistério”, nisto; e, todavia, cabe no espaço dedicado aos mistérios e segredos da História do Brasil. É que o velho Instituto com ela se identificou; e no país não se pode falar de tradição pátria sem a sua colaboração secular, sem as três centenas de volumes de sua *Revista*, a única, em vernáculo, que regularmente se publica... desde 1839 (veja-se bem, desde a infância da nacionalidade!), sem o seu culto assíduo ao que dá firmeza, coerência e perpetuidade ao Brasil (**Esse velho Instituto Histórico**. 04/04/1964 Tomo IV, 2013, p. 34).

Também, em outra crônica, a intitulada “**O Campo de Guararapes**”, publicada em 27 de junho de 1964, Calmon aborda a mesma questão de preservação da história e dos institutos que se dedicam a ela. Assim, cabe também perceber que Calmon, nestas narrativas, está se referindo ao seu tempo presente da década de 1960. Como um intelectual modernista conservador, ele critica o descaso que se tem com tais instituições ao contar sua história e sua importância para a sociedade brasileira. Ademais, Calmon destaca a importância dos patrimônios e monumentos, e da igreja como parte da sociedade brasileira. Nesta crônica o autor diz que

Não se deu, ainda, conta, a cultura brasileira, do que deve a um tranquilo serviço federal, que se chama Diretoria do Patrimônio Histórico, a cuja frente, desde o início, se acha Rodrigo Melo Franco de Andrade. Manejando os instrumentos de estudo e decisão que a Lei lhe atribuiu, esse douto serviço tem salvado, silenciosamente, da destruição, alguns primores da velha arte. E vai restaurando, um pouco aqui, um pouco ali, as igrejas antigas do país. A sua ação é duplamente providencial, tanto quando impede que a ignorância respeitável – denominada de “camartelo do progresso” – ponha abaixo a conservação dos monumentos invioláveis (**O campo de Guararapes**. 2706/1964 Tomo IV, 2013, p. 43).

Aqui, Calmon aponta inclusive os aspectos principais que estamos analisando e que o intelectual julga como de extrema significância para a cultura, a tradição, o ensino e o civismo no país. Vemos que quando fala de monumentos os relaciona à tradição, contra o progresso que os destrói para a modernização, afinal o autor é um modernista conservador, ou seja, a tradição deve ser mantida. Também, a tradição está diretamente ligada à igreja, tanto o local como patrimônio histórico, quanto a atuação da igreja católica na evolução da civilização no Brasil. E, por fim, uma cultura que é sábia e não é ignorante sabe conservar a sua história nacional, a ferramenta que pode educar sobre a nação, a pátria e o civismo. Como diz Calmon: “São centros de interesse e educação; a eles vão, aos bandos, turistas e crianças; completam a doutrinação cívica – dos colégios – e o conhecimento pitoresco – dos forasteiros; [...]” (**O campo de Guararapes**. 27/06/1964, Tomo IV, 2013, p. 44).

Como já indicamos no início do capítulo, Calmon se situa em um momento que os tipos de fontes estavam se abrindo para além dos documentos escritos. Claro, precisamos lembrar que Calmon ainda é um historiador conservador e diz em uma de suas crônicas que “a frase é grandiosa; mas assim, como se repete, não a registra a História. Em primeiro lugar, porque não há documento em que se encontra (e História é documento)”. Ainda assim, Calmon se aproveita de muitas das formas possíveis de fonte história até, talvez sem considerar como tal, fontes narradas.

Calmon utiliza também em algumas crônicas fontes orais. Apesar de constituir um número pequeno as narrativas em que Calmon fala ou utiliza a história oral, é significativa quando lembramos que estamos analisando um objeto escrito por um historiador vindo da tradição conservadora na década de 1960. Logo, lembramos que apesar de conservador, Calmon é também modernista. O autor se dedicou profundamente à historiografia e à educação, assim percebemos este fato como um indício de que Calmon seguia uma tradição, mas acompanhava as mudanças desenvolvidas na historiografia durante o período em que se dedicou a publicar suas obras.

Em sua crônica publicada em 31 de julho de 1965, intitulada “**A musa de José de Alencar**”, vemos o autor evidenciando a necessidade da história oral para que este evento pudesse se tornar um evento histórico a ser recontado posteriormente. Percebemos, assim, como o estudo e a produção de obras da História estava se modificando no período e como o autor acompanhava essas mudanças. Calmon diz que

Entre os dois textos flutua o delicado mistério que na realidade foi o romance do romancista. A tradição oral conservou no estreito círculo daquela família esse enredo sem publicidade, que para se tornar histórico precisava da confiança – de uns dos doces versos, e da inconfidência – de umas inocentes indiscrições (**A musa de José de Alencar**. 31/07/1965, Tomo IV, 2013, p. 97).

Também, na crônica “**O capacete de Mem de Sá**”, publicada em 08/05/1965, Calmon se utiliza da história oral que foi coletada no período. Calmon inicia sua narrativa sobre Mem de Sá e a fundação do Rio de Janeiro a partir de uma fonte oral. Segundo Calmon, “como diz o episódio (contado à guisa de anedota pelo franciscano que a recolheu à tradição oral) projeta nobremente na história carioca a figura severa do seu patriarca, vale a pena dizer em breves palavras quem ele era”.

É interessante perceber que aqui Calmon não cita especificamente sua fonte como visto anteriormente, não menciona de onde retirou essa fonte oral, isto é, onde encontrou ou suas datas, mas ainda assim, o autor descreve em detalhes sua narrativa do evento. Notamos que Calmon utiliza novamente a fonte como ferramenta de legitimação.

5 CONCLUSÃO

Em 2 de Abril de 1960, Pedro Calmon escrevia sua primeira crônica para a seção Segredos e Revelações da História do Brasil. Com o texto intitulado “Gustavo Barroso”, Calmon prestava homenagem ao intelectual que o precedeu e inaugurou a seção na Revista “O Cruzeiro” em 1948. Barroso inaugurou a seção com a intenção de uma pedagogia cívica, de narrar eventos históricos para um público geral e a partir de uma visão conservadora. Bem como Barroso, Calmon foi um intelectual, historiador, bacharel em direito e político que se destacou na elite intelectual brasileira. Desta forma, a sucessão da coluna ser assumida por Calmon com o falecimento de Barroso é icônica.

Calmon iniciou sua carreira intelectual no Museu Histórico Nacional (MHN), passando, desde jovem, a se destacar no meio acadêmico e intelectual. Se tornou membro da ABL, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), sendo presidente deste até seu falecimento em 1985, foi reitor da Universidade do Brasil (hoje UFRJ) e participou de outros muitos institutos nacionais e internacionais ligados à cultura e história. Além de um autor com uma coleção de obras bastante ampla, Calmon se concentrou profundamente em escrever sobre a história do Brasil, principalmente, sobre o Império brasileiro e D. Pedro II. Conforme Reis (2007), Calmon insere-se no grupo dos “descobridores do Brasil” que veem os documentos legitimar uma verdade histórica e, desta maneira, percebemos que as suas ideias, atividades e os discursos utilizados em suas obras nos fazem considerar ele como um modernista conservador.

Os intelectuais estão relacionados tanto a um específico tipo de profissão ou posição dentro da sociedade, quanto a um papel assumido por eles. Neste estudo, consideramos os intelectuais como mediadores culturais, seguindo Gomes (2016). O grupo intelectual que evidenciamos, assim, é uma geração que percebemos como uma que assume como missão a interpretação das ideias e da história para a construção da nação, através dos ideais conservadores relacionados ao movimento modernista. Tais intelectuais, como afirma Gomes (2016), tiveram, e ainda tem, um grande impacto na sociedade brasileira por sua atuação no meio cultural e político, pois se encontravam envolvidos na produção do conhecimento e dos ideais no imaginário social da população.

As questões sobre nação e o “sentimento nacional” eram caras para os intelectuais brasileiros do início do século XX, como Calmon. A construção da Nação e da identidade nacional, ou seja, a seleção das imagens e ideias que definiam o Brasil como uma grande nação e o verdadeiro brasileiro eram centrais para os intelectuais do período. Assim, constituir

na população um sentimento de pertencimento, de comunidade e de união nacional foi assumida como uma missão pelos intelectuais modernistas conservadores, que buscavam através de uma visão otimista da história criar uma noção em torno do Brasil do futuro.

Como afirma Abreu (2015), esses intelectuais conservadores identificavam os problemas do país como relacionados à ausência de um sentimento de solidariedade e assim utilizavam símbolos e alegorias com um discurso cívico-patriótico para produzir um sentimento de união na população. Segundo Bourdieu (1989), o poder simbólico pode ser compreendido como “o poder de construir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força”. Desta forma, vemos os intelectuais modernistas conservadores se utilizando deste poder simbólico para construir a nação e sua identidade brasileira.

Os intelectuais do período consideravam o seu sucesso a partir do reconhecimento dos seus pares, isto é, dentro da academia, da elite e da universidade. Em 1960, Calmon já possuía esse reconhecimento intelectual e acadêmico, e com as revistas se tornando os novos salões, como diz Gomes, vemos a escolha de Calmon em assumir a seção Segredos e Revelações da História do Brasil como uma oportunidade de conquistar um novo espaço, um espaço onde pode atuar como o Professor da Nação. Logo, vemos que a escolha do espaço e, Calmon estar sucedendo um intelectual como Barroso é significativo.

A revista O Cruzeiro foi lançada em 1928 e era o carro-chefe dos Diários Associados, de Assis Chateaubriand. Foi uma revista pioneira por sua inovação com o fotojornalismo e sua alta qualidade gráfica, ademais era considerada uma formadora de opiniões por sua posição de prestígio na sociedade brasileira. Seu público-alvo eram as camadas mais altas da sociedade, o que também se torna importante quando estudamos a elite intelectual brasileira que busca construir um determinado pensamento no imaginário social, sendo que são estas camadas que representam os modelos e os valores que os conservadores buscam difundir como aqueles dos “verdadeiros” brasileiros.

Como comentamos, a seção já havia sido inaugurada com uma intenção de pedagogia cívica e, por isto, Calmon se torna perfeito para assumi-la na ausência de seu criador. Calmon escreveu 338 crônicas entre 1960 e 1968, e nos apoiando na análise de conteúdo de maneira flexível pudemos, conforme a metodologia proposta por Bardin (1977, p. 105), “descobrir os ‘núcleos de sentido’ que compõem a comunicação e cuja presença, ou frequência de aparição podem significar alguma coisa para o objectivo analítico escolhido” (p. 105). Então, após a leitura de todas as crônicas e destaque de palavras centrais nestas,

selecionamos os principais temas que consideramos essenciais para investigar a validade de nossa hipótese.

Trabalhar analisando a construção e a difusão de narrativas históricas traz a importância de considerar os questionamentos em torno dos usos e abusos que podem ser feitos sobre a História. Segundo Margaret McMillan (2009),

Discutimos sobre história em parte porque pode ter significância real no presente. Usamos em uma variedade de maneiras: para nos mobilizar-nos a atingir objetivos no futuro, para fazer reivindicações – de terras, por exemplo – e, tristemente para atacar e diminuir outros. Obtemos muito de nossa identidade das comunidades em que nascemos ou que escolhemos pertencer. Gênero, etnicidade, orientação sexual, idade, classe, nacionalidade, religião, família, clã, geografia, ocupação, e, é claro, história pode entrar nas maneiras em que definimos nossa identidade. Assim como novas maneiras de nos definirmos aparecem, também aparecem novas comunidades (MACMILLAN, 2009, p. 53, tradução nossa).

Ademais, os discursos, governos, ideologias etc., se utilizam da história para se legitimar e vemos principalmente, regimes autoritários neste contexto. Heróis, eventos, glórias, erros do passado são ferramentas para legitimar uma ideia ou crença no presente, bem como o apagamento se torna instrumento de abuso da História que vem com a intenção de perpetuar uma determinada visão.

Os temas centrais de Calmon se dão ao redor da colonização, da Coroa Portuguesa, do Império brasileiro e da cultura luso-brasileira, além do mais, o autor considera que a História do Brasil tem início com a chegada dos portugueses e apenas a partir do século XVI realiza um movimento de evolução para uma sociedade civilizada. Conseqüentemente, temos textos que romantizam um estado autoritário, a exploração e a violência colonizadora. Assim, Calmon apresenta uma visão otimista e harmônica da História do país e desenvolve uma História Pátria para construir a nação do futuro.

Aqui não abordamos ainda diversos temas possíveis para análise nas narrativas de Pedro Calmon sobre a História, colonização, evolução e civilização do país. Entre alguns pontos que ainda poderíamos destacar estão a abordagem das três raças, a harmonia entre as raças e a pacífica colonização. Seria possível também aprofundar ainda mais o uso da literatura em suas crônicas, a literatura e a família imperial e a sua caracterização dos membros da família Imperial. Infelizmente é necessário fazermos um recorte e uma seleção, ainda que subjetiva, para que possamos, neste espaço que temos, criar uma visão geral do que o autor tratava e como ele apresentava sua própria seleção e recorte para os seus leitores.

Sendo assim, para esta análise, buscamos apresentar quem foi o autor e intelectual Pedro Calmon, o contexto em que ele se encaixa historicamente para compreendermos melhor suas narrativas e os temas abordados. Então, selecionamos e intitulamos os principais temas das crônicas como: Cultura, literatura e patriotismo; A rica natureza do Brasil; Igreja, Militares e Educação; Os símbolos da Nação: Objetos, Locais e Heróis; O Império Brasileiro e D. Pedro II, o brasileiro; e o Brasil no exterior. Outrossim, devemos notar que Calmon mantém as características de uma escrita da História em suas crônicas. Ele se utiliza de fontes, citações e autores para justificar e legitimar suas narrativas, além de advogar pela preservação da história e dos monumentos históricos.

Por conseguinte, verificamos que Calmon assume a seção *Segredos e Revelações da História do Brasil* para se colocar em uma posição de Professor da Nação. Calmon narra eventos e curiosidades da História Pátria e utiliza um discurso cívico patriótico para desenvolver um sentimento nacional e o patriotismo no imaginário social dos seu leitores e, com isso, construir a Nação e a identidade brasileira. Tal construção se dá a partir de elementos conservadores e ideais otimistas sobre a história do país. Ao usar símbolos nacionais, Calmon cria um sentimento de harmonia nesta união nacional, e gera um tom de orgulho pela nação e patriotismo em seus textos. Logo, como um intelectual modernista conservador, Calmon busca apresentar aos leitores a grande nação do futuro, o Brasil, e o verdadeiro brasileiro patriota.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Luciano Aronne de. A construção de uma “verdadeira nação no Brasil”: nacionalismo, autoritarismo e corporativismo. **Revista História: Debates e Tendências**, v. 15, p. 268-282, 2015.
- BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: ROMANO, Ruggiero (Org.). **Enciclopédia Einaudi**, vol. 5. Portugal: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1985.
- ARAÚJO, Mariele S. **A medida das raças na mistura imperfeita: discursos racialistas em Pedro Calmon – 1922/33**. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BERGAMASCHINE, Gueise de Novaes. **Rei ou funcionário público? História da historiografia de Pedro Calmon em suas biografias de D. Pedro II**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Universidade Federal e Juiz de Fora, 2018
- BLANKE, Horst Walter. **Para uma nova história da historiografia**. In: MALERBA, Jurandir (Org.) A escrita da História. Teoria e história da historiografia. São Paulo: Contexto, 2006, p. 27-64 (Capítulo de livro).
- BLOCH, Marc. **Apologia da história**. Zahar, 2001.
- BOSI, Alfredo, et al. **História do Brasil nação: 1808-2010**. Vol. 3. Academia Brasileira de Letras: 2012.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- CALMON, Pedro. **Segredos e Revelações da História do Brasil**. Edição do Senado Federal – Vol. 174-B, Tomo II. Brasília: Senado Federal, 2013.
- CALMON, Pedro. **Segredos e Revelações da História do Brasil**. Edição do Senado Federal – Vol. 174-C, Tomo III. Brasília: Senado Federal, 2013.
- CALMON, Pedro. **Segredos e Revelações da História do Brasil**. Edição do Senado Federal – Vol. 174-D, Tomo IV. Brasília: Senado Federal, 2013.
- CHARTIER, Roger. **A Aventura do livro – do leitor ao navegador**. Trad. Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes [São Paulo]: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Editora UNESP, 1998
- CONSTANTINO, Núncia Santoro de. Pesquisa histórica e análise de conteúdo: pertinência e possibilidades. **Estudos Ibero-Americanos**, PUCRS, vol. XXVIII, n. 1, p. 183-194, Junho/2002.

- COUTINHO, Amélia. Pedro Calmon. In: ABREU, Alzira Alves de. et al. (Coords.) **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro: Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/pedro-calmon-muniz-de-bittencourt> Acesso em: 28 jul. 2020.
- DE LUCA, Tânia Regina. **A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N) ação**. Unesp, 1998.
- FERREIRA, Jorge; GOMES, Ângela de Castro. **1964: um golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.
- FICO, Carlos. **Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- FRAGA, Gerson. **Os pedreiros e a Madame da Cajuada: a autoimagem do brasileiro através dos textos de Rachel de Queiroz na revista “O Cruzeiro” (1948-1950)**. In: DOMINGOS, Charles Sidarta Machado, et al. “Capítulos de história política: problemas e estudos”. Passo Fundo: Acervus, 2020.
- GOMES, Ângela de Castro. Essa gente do Rio. Intelectuais cariocas e Modernismo. **Estudos Históricos**, 1993. Rio de Janeiro, vol. 6, n. 11, 1993, p. 62-77.
- GOMES, Ângela de Castro. **História e historiadores – A política cultural do Estado Novo**. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999.
- GOMES, Ângela de Castro. A “cultura histórica” do Estado Novo. **ANPUH – XIX Simpósio Nacional**. Mesa Redonda – Cidadania e Projetos Culturais: historiadores e folcloristas no Brasil. Projeto História, São Paulo, (16), fev. 1998.
- GOMES, Ângela de Castro. República, educação cívica e história pátria: Brasil e Portugal. **ANPUH – XXV Simpósio Nacional de história**. Fortaleza, 2009.
- GOMES, Ângela de Castro; HANSEN, Patrícia Santos. **Intelectuais mediadores**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2016.
- KRILOW, Leticia Sabina Wermeier. **Jornal como fonte e/ou objeto da escrita histórica: proposta metodológica aplicada à análise das representações sobre “o político” na “grande imprensa carioca” de 1955 a 1960**. Oficina do Historiador, v. 12, n. 1, Jan./Jun. 2019, e-33745.
- LAFETÁ, João Luís. 1930: **A crítica e o Modernismo**. São Paulo: Editora 34, Duas Cidades, 2000.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Unicamp, 2013.
- MAGALHÃES, Aline Montenegro; BOJUNGA, Claudia Barroso Roquette-Pinto. Segredos da história do Brasil revelados por Gustavo Barroso na revista O Cruzeiro (1948-1960). **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 27, n. 54, p. 345-364, Julho-Dez. 2014.
- MAIA, Tatyana de Amaral. **Os cardeais da cultura nacional – O Conselho Federal de Cultura na ditadura civil-militar (1967-1975)**. São Paulo: Itaú cultural: Iluminuras, 2012

MAIA, Tatyana de Amaral. **Os “outros” no ensino de história:** a pluralidade cultural como representação da identidade nacional nos currículos escritos de história no Brasil. CEM Cultura, Espaço & Memória, n. 6, 2015 (Artigo).

MACMILLAN, Margaret. **Dangerous Games:** The uses and abuses of history. Modern Library, 2009.

MANNHEIM, Karl. **Karl Mannheim:** Sociologia. In: FORACCHI, Marialice Mencarini (org. da coletânea). Tradução de Emílio Willems, Sylvio Uliana e Cláudio Marcondes. São Paulo: Ática, 1982.

MEYRER, Marlise Regina. **Representações do desenvolvimento nas fotorreportagens da revista o cruzeiro: 1955-1957.** Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007. 257 f.

MEYRER, Marlise Regina. Revista O Cruzeiro: um projeto civilizador através das fotorreportagens (1955-1957). **História Unisinos**, vol. 14, n. 2, pp. 197-212, Maio/Agosto, 2010.

MORAES, Eduardo J. **A questão da brasilidade.** In: A brasilidade modernista. Sua dimensão filosófica. Rio de Janeiro. Graal, 1978, p. 71-109.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. **Culturas políticas na história:** novos estudos. Belo Horizonte: Argvmentvm (2009): p. 13-37.

OLIVEIRA, Lucia Lippi, **Sinais da Modernidade na era Vargas:** vida literária, cinema e rádio. In: DELGADO, Lucília de A. N. O Brasil Republicano. Volume 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

OLIVEIRA JÚNIOR, Carlos Mauro de. História política e história dos conceitos: um estudo sobre o “político” em Pierre Rosanvallon e Marcel Gauchet. **História da historiografia**, Ouro Preto, n. 9, pp. 166-183, Agosto 2012.

PÉCAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil.** Tradução de Maria Júlia Goldwasser. São Paulo: Editora Ática, 1990.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural.** 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. In: **Estudos Históricos.** Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

REIS, José Carlos. **História e Teoria.** Historicismo, Modernidade, Temporalidade e Verdade. 3ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.

REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil 2:** de Calmon a Bomfim: a favor do Brasil: direita ou esquerda? Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007 [eBook Kindle].

ROQUETTE-PINTO, Edgar. **Ensaio de antropologia brasileira.** Brasileira, 1933.

ROSANVALLON, Pierre. Por uma História Conceitual do Político. Tradução de Paulo Martinez. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, vol. 5, n. 30, pp. 9-22, 1995.

RÜSEN, Jörn. **¿Qué es la cultura histórica?:** Reflexiones sobre una nueva manera de abordar la historia. Trad. de F. Sánchez Costa e Ib Schumacher. Cultura Historica, 2009. Disponível em: http://www.culturahistorica.es/ruesen/cultura_historica.pdf. Acesso em: 16 nov. 2019.

SALIBA, Elias Thomé. **Cultura**. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz. A abertura para o mundo: 1889-1930. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

SANTOS, Afonso Carlos Marques dos. **A invenção do Brasil:** Ensaios de história e cultura. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.

SILVA, Tomaz Tadeu (Org.). **Identidade e diferença:** a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.

SIRINELLI, Jean-François. **Os intelectuais**. In: RÉMOND, René (Org.). Por uma história política. Tradução de Dora Rocha. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

SOWELL, Thomas. **Os intelectuais e a sociedade**. Trad. Maurício Righi. São Paulo: É Realizações, 2011.

VALE, Nayara Galeno do. **Hélio Vianna e Pedro Calmon:** identidade do historiador e embates em torno da escrita da História do Brasil. Monografia. Programa Nacional de Apoio à Pesquisa. Fundação Biblioteca Nacional, 2012.

VALE, Nayara Galeno do. **Um Retrato Inteiro e Harmônico da Nação:** Identidade e Escrita da História do Brasil na Obra de Pedro Calmon. Tese (doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

VALE, Nayara Galeno do. Histórias gerais, histórias particulares: Pedro Calmon e a prática historiográfica na década de 1960. **Aedos**, Porto Alegre, v. 9, n. 21, p. 474-492, dez. 2017.

VELLOSO, Mônica. A Brasilidade verde-amarela. Nacionalismo e regionalismo paulista. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 6, n. 11, 1993, p. 89-112.

VELLOSO, Mônica. **Os Intelectuais e a política cultural do Estado Novo**. In: DELGADO, Lucília de A. N. O Brasil Republicano. Vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

XAVIER, Libânia Nacif. Interfaces entre a história da educação e a história social e política dos intelectuais: conceitos, questões e apropriações. **Intelectuais mediadores:** práticas culturais e ação política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. p. 464-486.

WEHLING, Arno. Unidade, diversidade, sociabilidade: o IHGB nos seus 170 anos. **Acervo: Revista do Arquivo Nacional**, v. 22, n. 1, p. 201-208, 2011. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/43797>. Acesso em: 02 abr. 2023.

WEHLING, Arno. **Introdução**. In: CALMON, Pedro. Segredos e Revelações da História do Brasil. Edição do Senado Federal – Vol. 174-B, Tomo II. Brasília: Senado Federal, 2013.



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Av. Ipiranga, 6681 – Prédio 1 – Térreo
Porto Alegre – RS – Brasil
Fone: (51) 3320-3513
E-mail: propesq@pucrs.br
Site: www.pucrs.br